



Número: 57/2007

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**Pós-Graduação em Geografia**

Francis Pedroso

**O CENTRO DE CAMPINAS (SP) – USOS E TRANSFORMAÇÕES**

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Orientadora:** Profa. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte

**CAMPINAS - SÃO PAULO**

Julho – 2007

**Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca  
do Instituto de Geociências/UNICAMP**

P343c      Pedroso, Francis  
            O centro de Campinas (SP) – usos e transformações / Francis  
            Pedroso.-- Campinas,SP.: [s.n.], 2007.  
  
            Orientador: Claudete de Castro Silva Vitte  
            Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto  
            de Geociências.  
  
            1. Geografia urbana.    2. Urbanização.    3. Campinas (SP).  
            I. Vitte, Claudette de Castro Silva.    II. Universidade Estadual de  
            Campinas, Instituto de Geociências.    III. Título.

Título em inglês: Campinas (SP) Downtown – uses and transformations.

Keywords: - Urban Geography,

- Urbanization,

- Downtown,

- Campinas (SP).

Área de concentração: Análise ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Mestre em Geografia

Banca examinadora: - Claudete de Castro Silva Vitte,

- Gloria da Anunciação Alves,

- Dênio Munia Benfatti

Data da defesa: 28/08/2007



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ÁREA ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

AUTORA: FRANCIS PEDROSO

O CENTRO DE CAMPINAS (SP): USOS E TRANSFORMAÇÕES

ORIENTADORA: Profa. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte

Aprovada em: 25/08/2007

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte

Prof. Dr. Denio Munia Benfatti

Profa. Dra. Glória Anunciação Alves

- Presidente

Campinas, 28 de agosto de 2007

200755380

*Aos Meus Queridos Avós*  
José e Irene

## *Agradecimentos*

Agradeço a UNICAMP, por todas oportunidades que me foram proporcionadas desde a graduação.

A minha orientadora Claudete de Castro Silva Vitte por acreditar em meu potencial para a realização do projeto.

Aos Professores Glória da Anunciação Alves e Dênio Benfatti por aceitarem o convite para comporem a banca de defesa.

A minha família em especial a minha mãe (Sônia) e a minha irmã (Karen), por me suportarem em casa e por me darem muito apoio a todas minhas iniciativas.

A todos os funcionários do Centro de Memória da Unicamp pela paciência em me ajudarem com a “cata” da grande maioria do material utilizado nesta pesquisa.

Aos Professores Julio Suzuki e Antônio Carlos Vitte pelas preciosas contribuições em minha qualificação.

As funcionárias do Instituto de Geociências Val e Edinalva pelo bom humor e disposição para nos ajudar sempre.

A todos meus professores pela inspiração.

A UNIPINHAL que me proporcionou a realização profissional como professora de geografia durante o mestrado.

Aos meus amigos de mestrado em especial ao Cristiano pelos momentos de discussões teóricas, apoio e brincadeiras.

A minha amiga Louise que me deu muita força em toda minha trajetória e que também mostrou o que eu não deveria fazer, a Ilka pelos momentos de lingüística no ônibus do trabalho, a Vera pelo carinho e experiência que tem me transmitido, a Simone e a Daniela Regina pela força.

Aos meus queridos amigos da graduação Helen, Dani, Caio, Maria Alice, Moab, Rodrigo, Leandro e a Elisa que sempre estarão ao meu lado.

Ao meu querido Julio que nestes últimos meses tem me dado muito apoio. Me ajudou muito com as fotos me acompanhou nas visitas ao centro e até emprestou seu apartamento para que eu pudesse escrever a dissertação.

*“[...] de modo que a cada segundo a cidade infeliz contém  
uma cidade feliz que nem mesmo sabe que existe.”*  
Ítalo Calvino

## Sumário:

|                                                                                                                                                   |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Introdução.....                                                                                                                                   | 1   |
| Capítulo 1. História de um Centro Urbano .....                                                                                                    | 4   |
| 1.1    No caminho dos Guaiases à Vila do Açúcar (1722-1834).....                                                                                  | 6   |
| 1.2    Café, ferrovia e cidade: o início da industrialização e do comércio em Campinas (1835-1933).....                                           | 9   |
| 1.3    O Plano Prestes Maia: modernização do Centro de Campinas (1934-1970) .....                                                                 | 17  |
| Capítulo 2. Teorias sobre o Centro da Cidade .....                                                                                                | 26  |
| 2.1    Da Cidade ao Centro da Cidade .....                                                                                                        | 27  |
| 2.2    Do Centro aos Centros .....                                                                                                                | 33  |
| 2.3    De volta ao centro .....                                                                                                                   | 36  |
| Capítulo 3. O Centro de Campinas.....                                                                                                             | 45  |
| 3.1    Compreendendo a metodologia.....                                                                                                           | 46  |
| 3.2    Décadas de 1970 e 1980: do glamour à decadência.....                                                                                       | 48  |
| 3.2.1 – <i>O Centro nos anos 1970</i> .....                                                                                                       | 49  |
| 3.2.2 – <i>A implantação de novas formas do comércio a partir dos anos 1980 e suas influências nas transformações do Centro de Campinas</i> ..... | 53  |
| 3.2.3 – <i>O Centro nos Anos 1980</i> .....                                                                                                       | 58  |
| 3.3    Anos 1990, pensar sobre o Centro. ....                                                                                                     | 68  |
| 3.4    Década de 2000, vida no Centro. ....                                                                                                       | 84  |
| Conclusão .....                                                                                                                                   | 110 |
| Referências Bibliográficas .....                                                                                                                  | 114 |
| Referências Bibliográficas de Jornais .....                                                                                                       | 116 |
| Referências Bibliográficas da Internet .....                                                                                                      | 120 |
| Bibliografia.....                                                                                                                                 | 120 |

## Sumário de Cartogramas, Fotos, Imagens e Quadros

|                                                                                                                |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Cartograma 1.1 – Campinas em 1842.....                                                                         | 8  |
| Cartograma 3.1 – Área Central de Campinas.....                                                                 | 50 |
| Cartograma 3.2 – Localização da Rua Álvares Machado e Terminais de Ônibus.....                                 | 93 |
| <br>                                                                                                           |    |
| Foto 1.1 – Canal do Córrego Anhumas e Avenida Orozimbo Maia em 1928.....                                       | 14 |
| Foto 1.2 – Vista aérea de Campinas nos anos 1930.....                                                          | 18 |
| Foto 1.3 – Rua Conceição em 1930.....                                                                          | 21 |
| Foto 1.4 – Rua Conceição em 1946.....                                                                          | 21 |
| Foto 1.5 – Início da Rua Conceição em 2005.....                                                                | 23 |
| Foto 1.6 – Demolição da Catedral do Rosário em 1956.....                                                       | 24 |
| Foto 3.1 – Vista Aérea do Centro de Campinas-SP entre 1963-1965.....                                           | 48 |
| Foto 3.2 – Rua Treze de Maio, início da década de 1970 e 1978.....                                             | 51 |
| Foto 3.3 – Supermercado Eldorado – 1980.....                                                                   | 52 |
| Foto 3.4 – Praça Lago dos Cisnes início nos anos 1970.....                                                     | 61 |
| Foto 3.5 – Aspecto do Terminal Central.....                                                                    | 62 |
| Foto 3.6 – Aspecto do Terminal Central e área de “camelôs”.....                                                | 63 |
| Foto 3.7 – Aspecto do Terminal Central.....                                                                    | 63 |
| Foto 3.8 – Mercado Municipal e Estação de Bondes Carlos Botelho (entre 1908 e 1925).....                       | 64 |
| Foto 3.9 – Mercado Municipal de Campinas – junho de 2007.....                                                  | 65 |
| Foto 3.10 – Terminal Mercado I.....                                                                            | 65 |
| Foto 3.11 – Terminal Mercado II.....                                                                           | 66 |
| Foto 3.12 – Terminal II.....                                                                                   | 67 |
| Foto 3.13 – Supermercado Municipal Campineiro (R. Barão de Jaguará) e Centro Empresarial Encol.....            | 69 |
| Foto 3.14 – Catedral Metropolitana de Campinas.....                                                            | 70 |
| Foto 3.15 – Rua Conceição – Área de entorno da Catedral Metropolitana.....                                     | 71 |
| Foto 3.16 – Aspecto das fachadas das lojas da Rua treze de Maio 1998.....                                      | 73 |
| Foto 3.17 – Área para desapropriação no projeto de reformulação do Centro de Campinas em 1994.....             | 75 |
| Foto 3.18 – Palácio dos Azulejos.....                                                                          | 76 |
| Foto 3.19 – Largo do Rosário e Praça Guilherme de Almeida - 1960.....                                          | 80 |
| Foto 3.20 – Largo do Rosário e Praça Guilherme de Almeida - 2007.....                                          | 80 |
| Foto 3.21 – Camelô da Rua Álvares Machado.....                                                                 | 86 |
| Foto 3.22 – Rua Álvares Machado no trecho liberado ao tráfego de veículos.....                                 | 89 |
| Foto 3.23 – Estação Ferroviária de Campinas.....                                                               | 91 |
| Foto 3.24 – Área de entorno da Estação Ferroviária.....                                                        | 91 |
| Foto 3.25 – Área de entorno da Estação Ferroviária – Sobrado.....                                              | 92 |
| Foto 3.26 – Barracas de Camelô da Rua Álvares Machado, no entorno do Terminal Mercado I.....                   | 95 |
| Foto 3.27 – Barraca de Camelô de produtos eletrônicos na Rua Álvares Machado, próximo ao Terminal Central..... | 95 |
| Foto 3.28 – Barraca de Camelôs de eletrônicos e variedades, próximo ao Terminal Central.....                   | 96 |
| Foto 3.29 – Vendedor Ambulante de Salgados na rua Álvares Machado.....                                         | 97 |
| Foto 3.30 – Loja na rua Álvares Machado divide a calçada entre vendedor ambulante e seus produtos.....         | 98 |

|                                                                                                                      |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Foto 3.31 – Aspecto da Praça Antônio Pompeu – Jóquei Clube, Monumento – Túmulo Carlos<br>Gomes e Bares ao fundo..... | 104 |
| Foto 3.32 – Aspecto dos Bares da Praça Antônio Pompeu.....                                                           | 104 |
| Foto 3.33 – Aspecto da Treze de Maio após a revitalização.....                                                       | 107 |
| Foto 3.34 – Aspecto das fachadas da Treze de Maio após a despoluição visual e reformas. ....                         | 108 |
| Imagem de Satélite 3.1 – Local onde era a Praça Lago dos Cisnes, hoje o Terminal Central.....                        | 61  |
| Quadro 1 – Motivações que conduzem as intervenções em centros urbanos. ....                                          | 38  |



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**Pós-Graduação em Geografia**

**O Centro de Campinas (SP) – Usos e Transformações**

**RESUMO**

**Dissertação de Mestrado**

**Francis Pedroso**

O presente estudo buscou compreender o Centro da Cidade, suas origens, suas transformações através dos tempos na cidade capitalista como um ponto de concentração territorial na cidade do comércio, indústria e serviços, até os dias de hoje. No qual, o centro da cidade apresenta-se sob diversas formas e funções, nas mais diferentes partes do mundo e do Brasil.

A partir dos anos 1970 observamos a tendência à degradação dos centros tradicionais por meio da dispersão da população, do comércio e serviços para outros lugares da cidade, como os subcentros de bairros, *shoppings*, hipermercados e mega-lojas.

Nesta perspectiva, o planejamento urbano passou a estudar os centros das cidades e tentou encontrar alternativas para promover a recuperação ou revitalização das áreas centrais, nos quais temos diversos exemplos pelo mundo, como é o caso de Barcelona, Lisboa entre outros.

Enfocamos nesse trabalho o estudo do Centro da Cidade de Campinas, São Paulo, que é um caso de um centro que vêm sofrendo intervenções urbanas desde o final do século XIX e que foi transformado profundamente desde então.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**Pós-Graduação em Geografia**

**Campinas (SP) Downtown – Uses and Transformations**

**ABSTRACT**  
**Master Paper**  
**Francis Pedroso**

The present study searched to understand Downtown, their origins, their transformations through out the times in the capitalist city as a point of territorial concentration in the city of the commerce, industry and services, until the nowadays. Which, the downtown presents under several forms and functions, in the most different parts of the world and Brazil. Starting from the years 1970 we observed the tendency to the degradation of the traditional centers through the dispersion of the population, of the commerce and services to the other places of the city, as the sub-centers of periphery, shopping centers, hypermarkets and mega-stores. In this perspective, the urban planning started to study the Downtowns and tried to find alternatives to promote the recovery or revitalization of the central areas, which we have several examples around the world, as the case of Barcelona, Lisbon among others. We focused in this paper the study of Downtown of Campinas, São Paulo, that is a case of a center that it was suffering urban interventions since the end of the XIX century and that it was deeply transformed ever since.

## Introdução

O presente trabalho “O Centro da Campinas (SP) – usos e transformações”, pretende contribuir na compreensão da formação do espaço urbano e dos “centros de cidade” no Brasil, tendo como estudo de caso o município de Campinas. Para isto, iremos resgatar a formação histórica do “Centro de Campinas” estudando os usos e as transformações pelas quais passaram este centro ao longo de sua existência.

A necessidade de estudo deste tema surgiu a partir da discussão sobre a tendência à degradação dos centros tradicionais das cidades, promovida, pela dispersão de uma população crescente que busca moradia em locais onde os custos são menores ou mais seletivo do que do centro tradicional, pela desconcentração das atividades econômicas da área central da cidade, pela formação de subcentros que são os centros formados em bairros com a presença de comércios e serviços para atender a população local, pela ocupação dos espaços centrais anteriormente muito valorizados pelo capital imobiliário, tanto para moradia quanto para o comércio, por novos atores que participam das transformações do centro, como os “ambulantes” e “camelôs”.

Constatou-se que os centros tradicionais das cidades tendem a perder determinadas funções sociais, culturais, econômicas e políticas a partir desse conjunto de fatores.

Existem diversos estudos que tratam do processo de “esvaziamento” dos centros tradicionais das cidades. Tal discussão levou à indagação se o centro tradicional de Campinas estaria se “esvaziando”.

O centro tradicional possui um valor cultural e histórico que exerce as mais variadas funções para diversos segmentos da sociedade que o utiliza para suas compras, para moradia, lazer e entretenimento.

O centro de Campinas também repete esta lógica e concentra serviços, escolas, faculdades, possui uma ocupação residencial, tem a presença dos bancos, lojas dos mais variados segmentos, lojas de departamentos e restaurantes *fast-food* que geralmente estão presentes nos *shopping-centers*, ruas especializadas em roupas, peças para eletrodomésticos, brinquedos, restaurantes, bares, lojas especializadas em gêneros musicais, sebos, hotéis, pensões, agências de empregos, médicos, dentistas, igrejas, camelôs, supermercados entre outros que compõem a diversidade da área central campineira.

Mas, o Centro de Campinas, apresenta características peculiares que justificam seu estudo. É uma cidade que cresceu usufruindo a infra-estrutura implantada promovida pela agricultura do café e se desenvolveu rapidamente durante o século XIX, na qual tinha um centro de cidade com lojas e serviços que muitas vezes só estavam presentes nas capitais.

A população do Centro de Campinas sofreu com uma trágica epidemia de febre amarela no início do século XX, numa das épocas áureas de Campinas. O Centro de Campinas também foi um dos primeiros lugares do Brasil a receber um Plano Urbanístico que traçou as linhas mestras e as formas atuais do centro.

Por várias vezes, durante o século XX, o Centro de Campinas, sofreu intervenções urbanísticas, algumas profundas, outras mais superficiais, mas que mostraram a importância de estudar esse caso, de períodos de sucesso e de períodos de fracasso, que conformam o centro.

Esse centro é único e se diferencia do Rio de Janeiro e de São Paulo por, ao mesmo tempo, abrigar desde o comércio informal e pequenas lojas até o comércio mais capitalizado das lojas de departamentos, que na maioria das grandes cidades, só estão presentes nos *shoppings*.

Pretende-se mostrar como as novas formas do comércio, tais como *shopping-centers*, hipermercados e mega-lojas (de comércio e de serviços) promovem uma reorganização espacial por meio da reorientação do valor imobiliário, pela reorganização das infra-estruturas locais e muitas vezes regionais, pela estratégia locacional adotada ou ainda pela capacidade que estas formas possuem em exercer o papel de centralidade, não somente de comércio e de serviços, mas também de centro de lazer e entretenimento para uma grande parcela da população.

No primeiro capítulo foi realizado um breve histórico, para reconstituirmos a formação urbana de Campinas. Procuramos resgatar a economia que se iniciou com a atividade canavieira e posteriormente a cafeicultura, que formaram as bases da estrutura urbana e do centro tradicional de Campinas, por meio das redes de infra-estrutura para o deslocamento da produção e comércio.

Neste momento, foi analisada a organização urbana do centro, de forma resumida, desde os primórdios em 1722 até o final dos anos 1960. Estudamos a gênese do processo de como o lugar tornou-se centro, procurando mostrar como as atividades da indústria, do comércio, dos serviços e do lazer foram dando forma e dotando este lugar de centralidade. Também coube o estudo sobre as primeiras intervenções urbanísticas no Centro de Campinas por Saturnino de Brito e posteriormente, as do Plano Prestes Maia.

No segundo capítulo, Teorias Sobre o Centro, levantamos elementos para compreender a origem dos centros das cidades, a importância social deste lugar e as diversas funções que este tem desempenhado para as variadas sociedades. Também este estudo proporcionou a compreensão por meio de diversos autores, as degradações que vêm sofrendo os centros, as reformulações dos centros das grandes cidades mundiais e o porquê desse fato e os diagnósticos que vêm sendo realizados sobre os centros. O estudo deste capítulo de cunho teórico subsidiou os questionamentos acerca das reorganizações espaciais, reformas, bem como o estudo os diversos acontecimentos que vêm transformando o Centro de Campinas.

Finalmente no terceiro capítulo, O Centro de Campinas, mostramos os usos e as transformações mais recentes que ocorreram no centro dos anos 1970 até os anos 2000. Para a elaboração deste capítulo foi realizada uma pesquisa de campo com diversas visitas ao Centro de Campinas durante dois anos nas quais foram realizadas observações, entrevistas e foram tiradas diversas fotos, além do levantamento bibliográfico realizado no Centro de Memória da UNICAMP que nos proporcionou reportagens jornalísticas das três décadas em questão, além de um acervo de fotos do centro que nos permitiu comparações com a atualidade e podemos utilizar esta gama de informações variadas para a análise e complementação das observações em campo.

Esperamos dessa forma poder contribuir para o estudo sobre o Centro de Campinas e promover a reflexão sobre o assunto.

## **Capítulo 1. História de um Centro Urbano**

O objetivo deste capítulo é resgatar a gênese do processo histórico do município de Campinas, e compreender a formação do núcleo urbano e o desenvolvimento de sua área central, que se constitui o tema principal deste estudo.

O resgate de alguns elementos da história de Campinas foi feito para entender como se formou o conjunto urbano, com forte concentração demográfica, industrial, de comércio e de serviços, resultando em uma dada infra-estrutura que fez de Campinas uma das maiores cidades brasileiras do interior.

A formação do município de Campinas faz parte de um contexto de formação urbana que é comum a uma significativa parcela das cidades brasileiras, nas quais, muitas cidades surgiram para atender as economias agro-exportadoras: como a cana-de-açúcar, que teve papel fundamental na formação dos núcleos urbanos nordestinos e do sudeste nos séculos XVI, XVII e XVIII; o ciclo do ouro em Minas Gerais, no qual Campinas surge como “caminho” para as terras de Minas Gerais e de Goiás; e os posteriores ciclos da borracha na região Norte e do café na região Sudeste, no qual Campinas, efetivamente, deixa de ser somente uma “parada para tropeiros” ou uma “passagem” e torna-se uma cidade.

Com o ciclo do ouro no século XVIII, o Brasil teve uma primeira formação urbana no interior de seu território, que ocorreu pelas cidades de Minas Gerais, formaram-se núcleos que foram muito intensos em suas atividades econômicas, e desempenharam funções urbanas de moradia, de comércio e cultura, e que tiveram seu desenvolvimento urbano postergado com a diminuição da atividade aurífera.

Mas, mesmo fugaz em seu processo, o ciclo do ouro, proporcionou uma dimensão única de exploração de uma parte pouco conhecida do interior do Brasil, pois o processo de “entradas e bandeiras”, adentrou as matas para procurar riquezas e “caminhos” para as terras mineiras e guaiases<sup>1</sup>. Caminhos os quais deixaram marcas pelo interior dos atuais estados de São Paulo e Minas Gerais e que foram de suma importância para o surgimento das primeiras vilas e posteriores cidades paulistas e mineiras.

Campinas surgiu como um povoado no século XVIII que servia de abastecimento para estes tropeiros aventureiros em busca de riquezas pelo interior do Brasil e servia como pouso ao meio da “Estrada dos Guaiases”.

---

<sup>1</sup> Guaiases ou Goiasés são termos utilizados por diversos autores para denominar as atuais terras do atual Estado de Goiás e a parte fronteira com o Estado de Minas Gerais.

Para uma melhor organização e cronologia desse capítulo, o dividimos nos seguintes períodos: em: 1722 a 1834; 1835 a 1933; e 1934 a 1970.

### **1.1 No caminho dos Guaiases à Vila do Açúcar (1722-1834).**

No início do século XVIII o Brasil assistiu a uma crise na mineração que atingiu as principais cidades mineiras da época (Tiradentes, Ouro Preto, Mariana e Sabará), decorrentes da Guerra dos Emboabas. Esta crise levou os primeiros paulistas a evitarem a exploração do ouro de Minas Gerais e a buscarem esse mineral em outros lugares, daí surge o “Caminho dos Guaiases”, estrada rudimentar que ligava a província de São Paulo a Goiás, local onde havia sido encontrado ouro e que serviu de alternativa à conturbada economia de Minas Gerais.

O Caminho dos Guaiases, rústica picada, que ligava São Paulo às novas jazidas de ouro, interceptava em territórios da Vila de Jundiá, densa mata que se estendia do Ribeirão dos Pinheiros até os campos de Mogi. Três campinhos com regatos, em meio do caminho, única oportunidade de descanso e alimentos verde para as tropas, justificariam a construção de um pouso, a concessão de sesmarias e o desenvolvimento do bairro rural. (BADARÓ, 1986, p.11).

Campinas oferecia as condições necessárias para a implantação de um pouso, possuía boa pastagem para os animais (os chamados campinhos) e água em abundância. Essas condições propiciaram a formação de um bairro rural em 1745, pertencente à Vila de Jundiá, chamado de Bairro do Mato Grosso das Campinas, que teve como população inicial pessoas que se estabeleceram para praticar agricultura de subsistência e atender a demanda dos tropeiros que por aqui paravam em busca de pouso e alimentos. (BATTISTONE FILHO, 1996).

Naquela época, a população que vivia no Bairro das Campinas dependia totalmente da Vila de Jundiá, pois não havia no bairro nenhuma seção jurídica ou administrativa da sesmaria, nem mesmo Igreja ou cemitério. Esta situação fez com que os moradores ficassem insatisfeitos e lutassem para que houvesse uma autonomia religiosa e a posterior construção da Igreja e do cemitério (CAMPOS JUNIOR, T., 1952).

Em 1773, os moradores conseguem a licença para a construção da Igreja Matriz que precisou de uma autorização para a construção de uma capela provisória, pois não havia dinheiro suficiente para a construção de uma Igreja. Logo depois da expedição desta licença, Francisco Barreto Leme, primeiro colonizador do bairro, sesmeiro e líder local, foi nomeado o diretor e

fundador da povoação pelo Governador da Capitania de São Paulo, o Sr. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Matheus. (BADARÓ, 1986).

Em 14 de julho de 1774 é inaugurada a Capela provisória “[...] situada na época, onde se acha erguido o monumento a Carlos Gomes – e o local da demarcação da Matriz definitiva – onde está situada hoje, a Matriz do Carmo [...]” (BADARÓ, 1986, p. 13). Este fato, juntamente com a nomeação de Francisco Barreto Leme, marcam a fundação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso na data da inauguração da capela. A simultaneidade religiosa com o governo civil constituiu numa característica política-administrativa da época.

Francisco de Barreto Leme como fundador e diretor da sesmaria tinha o compromisso de incentivar a urbanização e povoamento da freguesia de acordo com as prerrogativas do governo da capitania, definindo dimensões de quadras, de ruas e disposição das casas. Desta forma, Barreto Leme doou parte de suas terras situadas no “campinho do meio” (atual Praça Bento Quirino, onde está o “marco zero” de Campinas) local onde já havia sido construída a capela provisória e já estava demarcada a área para a Matriz. (CAMPOS JUNIOR, T., 1952).

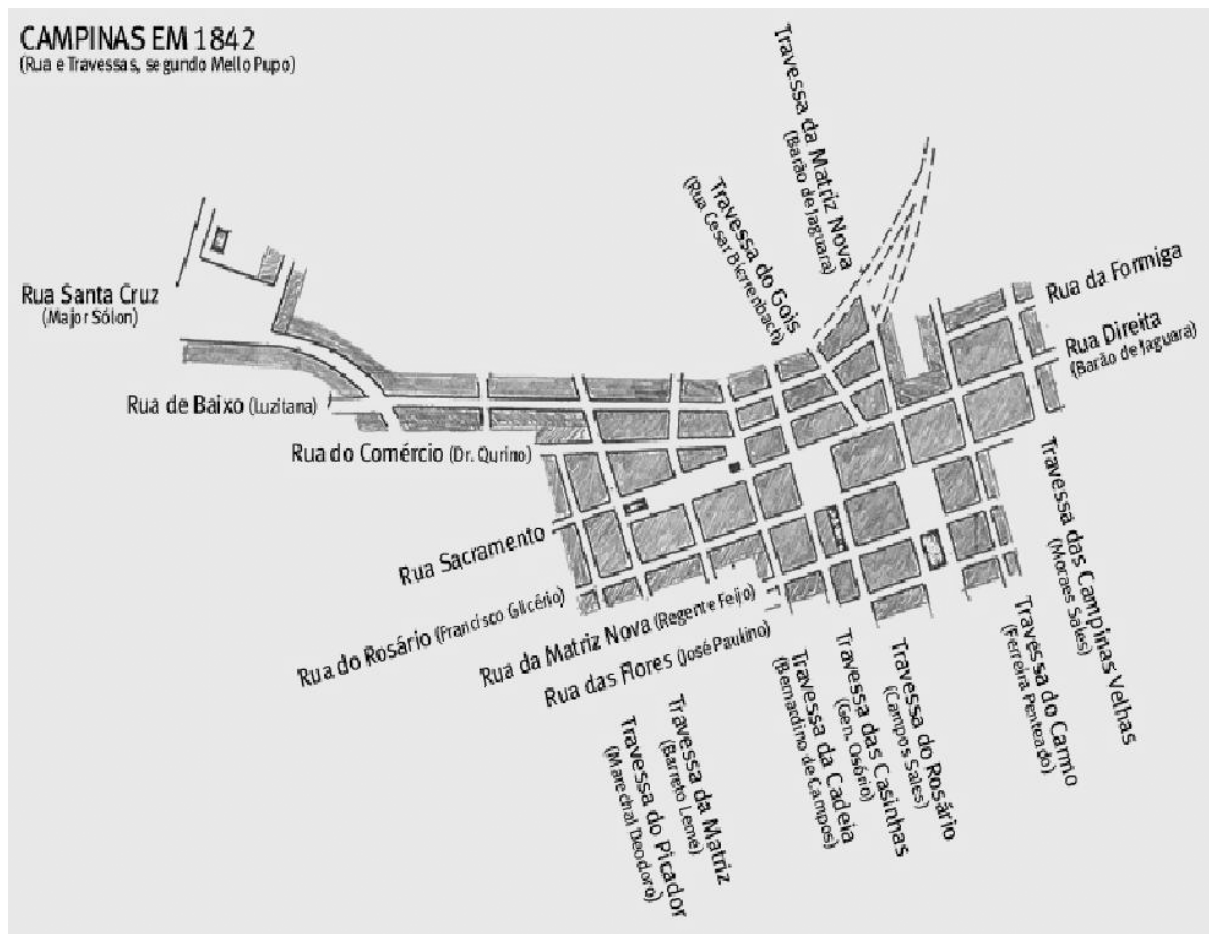
Todo o desenvolvimento urbano de Campinas até o final do século XIX, ocorreu nesta área doada por Barreto Leme, ali construíram casas e a capela e até mesmo, a estrada dos guaiases que passava pelo “primeiro campinho” (atual bairro do Proença), foi desviada para passar no “campinho do meio”, bem próximo à capela, esta área se tornou um espaço de maior infra-estrutura local e veio a ser mais tarde, o núcleo central da cidade.

Neste núcleo central foram realizados os primeiros arruamentos (CAMPOS JÚNIO, T., 1952), com a Rua de Cima (atual Rua Barão de Jaguará), Rua do Meio (atual R. Dr. Quirino) e a Rua de Baixo ou do Comércio (atual Rua Luzitana), por onde passava a estrada dos guaiases, ligando esta região até o bairro de Santa Cruz (hoje este bairro pertence ao atual Cambuí), local onde ficava o “terceiro campinho” de parada dos tropeiros e a saída da freguesia em direção a Mogi-Mirim. Podemos observar a nítida demarcação da área urbana de Campinas, conforme descreve Badaró:

A área urbana de Campinas com centro na Praça Bento Quirino, iria estender-se especialmente ao longo do eixo Jundiá-Mogi, crescendo ao Norte, no sentido do bairro de Santa Cruz e ao Sul para os lados do Cemitério Bento. Secundariamente ocuparia o eixo ortogonal, definido pelo Bairro das Campinas Velhas (primeiro “Campinho”) e o recém aberto (1792) caminho para Itu (atual Avenida Moraes Sales)[...] (BADARÓ, 1986, p. 15).

No Cartograma 1.1 temos um esquema do Centro de Campinas de 1842, elaborado pelo historiador Celso Maria de Mello Pupo. Podemos observar a Travessa da Campinas Velha (atual Avenida Moraes Salles) por onde passava a Estrada do Guaiases indo até o primeiro Campinho no atual bairro do Proença. Depois a estrada foi desviada para passar na área doada por Bento Quirino, o Campinho do Meio, através da Rua da Direita (atual rua Barão de Jaguará) e posteriormente esse campinho tornou-se o Centro de Campinas

**Cartograma 1.1 – Campinas em 1842.**



*Cartograma: PUPO, 1969.*

A demarcação definitiva do núcleo central e a intensificação de sua ocupação se deram mais tarde em 1797, quando a freguesia foi elevada à categoria de Vila denominada Vila de São Carlos e se tornou autônoma com relação à Vila de Jundiáí. O nome de São Carlos foi dado em homenagem ao nascimento da Princesa Infanta D.Carlotia e ao dia 04 de novembro, data de elevação da freguesia à vila e dia de São Carlos (THUT, 1952).

Também foram definidos nesta data os limites do território da Vila. Foram demarcados o rossio e a localização da Casa do Conselho e da Cadeia. Também foi erguido o Pelourinho e definida a primeira eleição para juízes e vereadores (THUT, 1952).

O declínio da mineração e por consequência, a diminuição do fluxo no Caminho dos Guaiases, fez com que se intensificasse a fixação de famílias na Vila, pois a presença de terras devolutas ou de fácil apropriação, além da proximidade com São Paulo, eram atrativos para o estabelecimento destas pessoas que inicialmente, com poucos escravos, passaram a produzir cana-de-açúcar. (BADARÓ, 1986).

A elevação dos preços do açúcar na Europa transformou a economia da Vila de São Carlos, modificando seus hábitos e imprimindo-lhe os primeiros traços de riqueza. Grandes latifúndios foram constituídos pela reunião de pequenas propriedades rurais e a concessão de novas sesmarias, nas quais instalavam-se os engenhos com mão-de-obra escrava voltados para a produção de açúcar para exportação (BADARÓ, 1986). Assim,

[...] despontava a vida na cidade, onde os senhores de Engenho construíam casas para fins de semana, desempenhavam suas atribuições administrativas e religiosas, dispunham de um incipiente comércio de tecidos, roupas e utensílios domésticos, importados de Portugal e contavam com artífices dedicados à arte de construir e equipar suas moradias. Médicos, músicos, advogados e professores completariam, nos anos seguintes, a população da cidade, que aumentaria significativamente. (BADARÓ, 1986, p. 17).

Ainda, segundo Badaró (1986), o comércio da vila dependia do abastecimento realizado pelas tropas de burro que carregavam o açúcar para Santos e voltavam com as mercadorias importadas que eram comercializadas na Rua do Comércio (atual Rua Barão de Jaguará). Depois, com as obras da Catedral (1807-1833), do Teatro São Carlos (1814) e da Igreja do Rosário (1817) foi estabelecido um comércio mais sofisticado na Rua de Cima (R. Barão de Jaguará) e no Largo do Rosário que já despontava como o “Centro da Cidade”.

## **1.2 Café, ferrovia e cidade: o início da industrialização e do comércio em Campinas (1835-1933)**

A partir de 1835 a Vila de São Carlos passa a ter uma produção significativa de café. E nesse período que se inicia gradativamente a substituição da lavoura de cana-de-açúcar pelo café. Isto ocorre em decorrência das visíveis vantagens oferecidas pela cultura cafeeira, como o preço

elevado no mercado internacional e a necessidade de uma força de trabalho menor empregada na produção, ampliando os lucros dos senhores. (BADARÓ, 1986).

Pode-se acrescentar, que neste período, estava ocorrendo um esgotamento das terras férteis do Vale do Paraíba, área pioneira no cultivo do café. Com isso, intensificou-se o processo de expansão das lavouras cafeeiras pelo interior do estado de São Paulo e a Vila de São Carlos se beneficiou neste contexto, por possuir capital para iniciar um novo negócio, terras férteis, além da privilegiada localização e facilidade na circulação de mercadorias, já conquistadas durante os anos de cultura de cana. “O capital necessário para o financiamento, plantio e formação dos cafezais teve, em Campinas, como origem, a atividade canavieira – muitos cafeicultores foram antigos plantadores de cana [...]”.(SEMEGHINI, 1988, p. 16).

Em 1842 a Vila de São Carlos é elevada à categoria de município e retoma a denominação de Campinas, porém não há uma explicação encontrada para a mudança do nome (CABRAL, 1952).

Neste período a produção de café se expandiu rapidamente em Campinas, por meio da mão de obra escrava que vinha em desembarques clandestinos no litoral paulista, por causa dos embargos ao tráfico, ou migrava da região nordeste para o sudeste brasileiro (BATTISTONI FILHO, 1996).

Em 1850 a Inglaterra impôs o fim do tráfico negreiro por causa das pressões burguesas, objetivando ampliar o mercado consumidor também para os países colônias ou ex-colônias, este fato reduziu a disponibilidade por este tipo de mão de obra, e levou o Brasil a promover a entrada de imigrantes europeus para trabalhar nas lavouras como assalariados.

Em 1868 houve uma queda na produção mundial de café, o que levou o Brasil e a região de Campinas a uma vantagem ainda maior nos preços no mercado mundial de café (BADARÓ, 1986). “Na década de 1870, o café já estava implantado no município e na região, uma vez que a elevação do preço do café no mercado internacional, a partir de 1870, havia estimulado o cultivo do produto”. (SEMEGHINI, 1988, apud BAENINGER, 1996, p.28).

Este momento marca uma nova fase para Campinas que irá experimentar o desenvolvimento urbano decorrente da riqueza que o café proporcionou:

A partir de 1860, Campinas ampliou suas funções urbanas para atender às novas demandas da economia e da população, tornando-se importante pólo regional de comércio e de prestação de serviços. O núcleo urbano de Campinas destacava-se, nesse período, pela antiga função de centro comercial e de comunicação da antiga rota de Goiás e da região do açúcar, aumentando o número de estabelecimentos comerciais e já fazendo emergir um forte setor de serviços. (BAENINGER, 1996, p.28).

Pode-se observar a importância das diversas atividades econômicas e do desenvolvimento urbano que ocorreram para atender a demanda da população local, principalmente quando houve a transição da economia baseada no trabalho escravo, para uma economia capitalista assalariada que também proporcionou a ampliação do mercado consumidor de produtos e serviços.

Em 1872 foram inaugurados os trilhos da Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais, ligando Campinas a Jundiaí e, portanto, entroncando as linhas da São Paulo Railway. Ligando, desta forma, Campinas a São Paulo e Santos. Posteriormente, em 1875, a Cia. Mogiana fez a ligação férrea de Campinas com as principais cidades do interior produtoras de café. (BADARÓ, 1986).

A presença do café e sua necessidade de escoamento para exportação permitiram a implantação de uma rede de ferrovias que ligou o interior do estado a capital, e adensou a formação de uma rede de cidades com fluxos comerciais e de comunicação estruturados, na qual Campinas serviu de entroncamento destas importantes ligações por seu destaque na produção econômica, localização e prestígio comercial que vinham sendo conquistados ao longo de seu desenvolvimento.

Segundo Cano (1977), a acumulação advinda do café permitiu que o excedente gerado pudesse ser aplicado em investimentos urbanos, tais como: a expansão das ferrovias, empresas de serviço público, indústrias, bancos, sistemas de armazenagem e comunicação. Campinas se favorece na implantação dessas infra-estruturas urbanas, por estar mediando as relações comerciais entre capital e interior.

Campinas, crescia, tendo agora na Estação e Armazéns da Cia Paulista, o principal vetor de desenvolvimento da área urbanizada. O centro comercial que já ocupava os Largos do Rosário e da Catedral, prolongou-se pelas ruas General Osório, Bom Jesus (Campos Sales), São José (13 de Maio) e posteriormente pela Rua da Constituição (Costa Aguiar), até a ferrovia. (BADARÓ, 1986, p. 23).

Estes investimentos na infra-estrutura urbana imprimiram ao centro de Campinas importantes funções comerciais e industriais que se intensificaram durante todo ciclo cafeeiro e continuaram a prosperar mesmo após o fim do cultivo do café. A presença da ferrovia proporcionou à Campinas uma característica peculiar em relação às outras cidades da região, na qual Campinas tornou-se um ponto de entroncamento dos trens e, portanto, da rede de circulação de mercadorias, de pessoas, e da rede comunicação, conseqüentemente, tornou-se um ponto densamente desenvolvido pelo comércio, e despontou como um centro de distribuição para o restante do interior do Estado.

Na Rua São José (atual Rua Treze de Maio), que é uma rua que começa em frente a porta principal da estação de trens, estabeleceu-se o comércio varejista de armarinhos e tecidos, nas áreas mais próximas ao Largo da Estação instalou-se um importante comércio atacadista, implantaram-se indústrias e os primeiros hotéis da cidade.

As primeiras avenidas largas também surgiram nesta época e foram implantadas próximas a Estação, como a Avenida Andrade Neves e a Boulevard Itapura (hoje Avenida Barão de Itapura), que contrastavam com as estreitas ruas centrais da cidade. Além disto, Campinas pôde contar com o serviço de telégrafo que foi introduzido juntamente com a ferrovia, posteriormente, em 1875 com a iluminação a gás nas principais ruas durante a noite e em 1879, com o sistema de “bondes puxados por burro” constituindo numa alternativa de transporte público. (BADARÓ, 1986).

A concentração do capital advindo da economia cafeeira, somado a presença de uma mão-de-obra assalariada, composta principalmente por imigrantes, proporcionaram o início do desenvolvimento industrial de Campinas.

Em 1852 foi fundada uma fábrica de velas de cera por G.F. Vasconcelos na região central de Campinas, em 1853 uma marcenaria da família Krug também no centro, e mais tarde, em 1857 a empreitada da família Bierrembach que fundou uma fábrica de chapéus no bairro de Santa Cruz (atual Cambuí) empregando por volta de 60 operários referenciando o setor industrial em Campinas. (MENDES, 1951).

Enfatizando ainda a industrialização de Campinas com a implantação das primeiras unidades, destaca-se em 1858 a implantação no bairro do Bonfim da Fundação Faber & Irmãos por imigrantes alemães que atendiam, por meio da fundição, a produção de equipamentos agrícolas, como enxadas, arados, serras etc. Posteriormente, em 1868 é implantada a fundição de Ferro e Bronze Sampaio e Peixoto na área central, em 1870 surge a Pedro Anderson & Cia. Implantada também no centro próximo a Estação Ferroviária, uma construtora que realizou quase todos os trabalhos de Construção da Cia. Paulista de Ferrovias, ainda podemos citar a fundição Guilherme Mc Hardy, localizada na rua Andrade Neves que distribuía máquinas e equipamentos agrícolas e a Lidgerwood implantada também na Andrade Neves, sendo uma fundição e distribuidora de equipamentos agrícolas. (BATTISTONI, 1996).

No ano de 1888, a abolição dos escravos contribuiu pra o aumento da população urbana de Campinas, com a saída de muitas dessas pessoas das fazendas para a cidade portanto,

Campinas chegou em 1888 com cerca de 50.000 habitantes, sendo que 20.000 estavam em área urbana. (BADARÓ, 1986).

A cidade cresceu muito, em extensão e em população, nos últimos anos do século XIX e Campinas adentrou no século XX já com alguns problemas conseqüentes da urbanização rápida e sem planejamento, como a falta de pavimentação das ruas, a ausência de saneamento básico que não incluía água encanada para todos os prédios da cidade, o esgoto que, em grande parte, percorria as ruas a céu aberto até chegar a algum córrego e a falta de coleta de lixo, que era enterrado superficialmente nos quintais das casas, ou ficava exposto nas ruas propiciando um ambiente favorável a proliferação de roedores e insetos, vetores de doenças.

Tais fatores contribuíram para que de 1889 a 1897, a população de Campinas sofresse com três surtos consecutivos de febre amarela, o que provocou o êxodo da população urbana para a área rural e até mesmo para outros municípios, causou muitas mortes e reduziu a população urbana de 20.000 habitantes para 5.000, no final do período. (BADARÓ, 1986).

Foram tomadas uma série de medidas por parte dos governos nacional, provincial e municipal, tais como a produção de fogueiras de ervas aromáticas espalhadas pela cidade para espantar o mosquito transmissor, o *Aedes aegyptii*, a eliminação das fossas, o aterro dos pântanos, muitos deles localizados na área central, a canalização dos córregos, e diversas obras de saneamento para o conter a moléstia. (LAPA, 1996).

Em 1892 foi criada a Companhia Campineira de Águas e Esgotos para cuidar do abastecimento de água encanada e promover a coleta de esgotos municipal. Em 1896 é feito um código de obras para o perímetro urbano no qual proibia a construção em terrenos pantanosos e exigia ligação de água e esgotos em todas as construções (BADARÓ, 1986).

O governo estadual implantou em Campinas o Centro de Comissão Sanitária do Estado, dirigido pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito, que elaborou os planos para abastecimento de água, planos para a coleta e destinação do lixo e do esgoto, pavimentação das ruas centrais e da canalização da rede de drenagem urbana. Foram canalizados os córregos que atravessavam o Centro de Campinas, o Tanquinho, o Serafim e o Anhumas, sendo construídas galerias subterrâneas para os trechos centrais e canais a céu aberto para os trechos periféricos dos córregos. Também foram planejadas avenidas marginais a esses córregos (Avenida Anchieta e Orozimbo Maia). (LAPA, 1986). A Foto 1.1 retrata o canal do córrego Anhumas em 1928, já com a Avenida Orozimbo Maia construída.

**Foto 1.1 – Canal do Córrego Anhumas e Avenida Orozimbo Maia em 1928.**



*Foto: Coleção V8 – Centro de Memória da Unicamp.*

Em 1897 as epidemias de febre amarela estavam controladas, mas houve conseqüências sobre o crescimento econômico e social de Campinas, que vinha se desenvolvendo a passos largos, mas que se desacelerou por causa das epidemias. O aspecto positivo foi que a cidade ganhou em ter de efetivar uma infra-estrutura sanitária planejada.

Em 1900 Campinas chega à virada do século com 19.000 habitantes na área urbana, número próximo de habitantes que possuía antes da epidemia. (BADARÓ, 1986).

Os anos seguintes à grande epidemia de febre amarela não tiveram um ritmo de desenvolvimento intenso. A área urbana de 1900 a 1925 pouco se expandiu, poucas fábricas foram instaladas, ainda que destacava-se entre as efetivadas a Cervejaria Columbia, implantada em 1908 na Avenida Andrade Neves, no centro, e a Cia. Curtidora de Campinas, em 1910, na Vila Industrial. (BADARÓ, 1986).

Já a população urbana de Campinas cresceu nas primeiras décadas do século. Em 1912 chegou a ter 38.346 habitantes e em 1920 chegou a 50.000 habitantes. Esta população ocupou a área do centro que tinha sido construído no século anterior e que foi “esvaziado” durante a epidemia e posteriormente foi reurbanizado e valorizado pelas obras de saneamento e pavimentação. (BADARÓ, 1986).

A partir de 1925 foram aprovados novos loteamentos pela Prefeitura Municipal e a cidade voltou a se expandir, aliada a um novo padrão de urbanização propiciado pelo automóvel, pela expansão associada a bairros estritamente residenciais e pela necessidade de novos locais de moradia, frente ao esgotamento das áreas urbanas livres do centro. Surgiram os bairros do Guanabara, Parque Industrial, São Bernardo e Vila Marieta entre outros, que a partir de então não tinham um crescimento “patrocinado” pela Prefeitura, mas sim pelo parcelamento de terras das antigas áreas particulares rurais, promovidas pela especulação imobiliária da iniciativa privada. (BADARÓ, 1986).

De acordo com Ricardo Badaró (1986), essa conjunção de fatores levou a Prefeitura Municipal a contratar um Plano de Urbanismo, no qual podemos destacar três fatores que contribuíram intensamente por esta decisão na década de 1930:

- As repercussões econômicas e territoriais da industrialização e da urbanização promovida a partir da década de 1920 por meio do setor privado, que muitas vezes não obedeciam a nenhum critério técnico e que fez com que a Prefeitura ficasse sem meios para orientar o crescimento da cidade. Surgiram também problemas de ligação viária dos novos bairros com o centro da cidade, além da necessidade de esgotos, pavimentação e transportes para atender essas áreas.

- Os fatores decorrentes da epidemia de febre amarela que elevou o nível de “consciência urbanística” e um senso de responsabilidade das autoridades com relação ao crescimento da população e territorial intensos.

- O sentimento “bairrista” das elites que tinham “a esperança de transformar novamente Campinas, numa grande cidade” (BADARÓ, 1986, p. 38), como era antes da epidemia. Isso porque,

as estreitas ruas centrais com suas edificações do século passado representavam então a antítese do progresso. Tornava-se imperativa uma reforma radical que criasse amplas avenidas, possibilitasse a construção de prédios modernos à semelhança da capital e que obedecesse também os preceitos de urbanismo moderno quanto às áreas de expansão urbana. (BADARÓ, 1986, p. 38).

Em 1929 o então Prefeito de Campinas, Orozimbo Maia, declarou a necessidade de se elaborar um plano de urbanismo para o município e, ainda neste mesmo ano, foi elaborada uma planta cadastral e foi contatado o Engenheiro Anhaia Mello, professor de urbanismo da Escola Politécnica de São Paulo para a elaboração de um plano. O engenheiro visitou Campinas e

apresentou uma proposta para o município, mas o trabalho não teve continuidade devido a Revolução Constitucionalista de 1930 que interrompeu os trabalhos municipais impôs os prefeitos fossem nomeados. (BADARÓ, 1986).

Somente em 1933, o prefeito nomeado, Perseu Leite de Barros, deu início ao que seria o Plano Urbanístico Prestes Maia que alterou o panorama de Campinas nas décadas seguintes e foi como uma linha mestra na qual derivaram todos os outros planos urbanísticos municipais.

Tal plano ganhou o nome do conhecido engenheiro, contratado para elaborar o projeto. Contudo, este plano teve um ideólogo, o engenheiro Carlos Willian Stevenson, que foi presidente do Conselho Municipal de Engenheiros de Campinas de outubro de 1933 a 1936. (CORREIO POPULAR, 14/07/2004).

Anhaia Mello já havia sugerido ao Prefeito anterior, Orosimbo Maia, a formação de uma Comissão Municipal e havia apresentado bases para um Plano da Cidade de Campinas, levando em conta as concepções de cidade moderna, de cidade ordenada e de uma cidade para o cidadão daquela época<sup>2</sup>. Porém, Orosimbo Maia apenas produziu uma primeira planta cadastral da cidade e não houve tempo hábil durante sua administração para a formatação deste projeto. Anhaia Mello, logo depois, assumiu a prefeitura de São Paulo e não mais pôde trabalhar em conjunto com o município de Campinas.

Carlos Stevenson em conferência proferida em de novembro de 1933 no Rotary Clube de Campinas falou sobre o destino do urbanismo do município. Segundo Antonio da Costa Santos (2002), toda a linha do discurso central do engenheiro Stevenson estava organizada na idéia da remodelação de Campinas, pois o município era considerado um importante centro viário (como um nó de redes de transportes ferroviário e rodoviário) do Estado e, naquele momento, só oferecia ruas impróprias à circulação intensa de veículos.

Stevenson ainda apresentou as intervenções urbanísticas que estavam sendo feitas na cidade de São Paulo, onde “ruíram as antiquadas construções arcaicas, velhas ruas sórdidas que deram lugar a esplêndidas avenidas e bairros novos surgiram” (STEVENSON *apud* SANTOS, A., 2002, p. 261).

De acordo com Santos, A. (2002), nesta conferência, Carlos Stevenson sugeriu ao Prefeito de Campinas, Perseu Leite de Barros, a contratação de um urbanista com a função de consultor e

---

<sup>2</sup> Um cidadão daquela época era uma pessoa com as necessidades de um membro da elite, que era um morador das cidades.

orientador nos trabalhos de remodelação e “modernização” da cidade de Campinas. Baseando-se nas concepções de plano de urbanistas americanos como Nelson Lewis, que falava da cidade moderna, como a cidade funcionalizada e dividida por zonas e de um “*Master Plan*” sugerido por Lewis e adotado por Anhaia Mello<sup>3</sup>, professor de urbanismo da escola Politécnica de São Paulo, posteriormente prefeito do mesmo município e idealizador da remodelação de São Paulo. Stevenson, ao completar a conferência, afirmou

[...] “deveria ainda abordar a questão das zonas (zoning), e a localização das diversas atividades e utilizações urbanas; as questões de circulação e de viação urbana, e outros”. O Engenheiro Stevenson transformará o conceito mais amplo de plano de urbanismo idealizado por Anhaia Mello em um pragmático projeto de remodelação da cidade [...]. (SANTOS, 2002, p.262).

O Engenheiro Stevenson, neste seu discurso, traçou o “destino” do urbanismo da cidade de Campinas e ao final, pediu a todos a união da cidade em torno do plano:

E todos nós, campineiros natos e de boa adoção, queremos ver esboçado o plano de uma nova cidade, a Campinas do Amanhã, que passe abrir aos visitantes os solares da hospitalidade, pelas portas longas e bem tratadas avenidas, cheias de ar, de luz, de elegantes prédios e bons edifícios públicos. (CORREIO POPULAR, 14/07/ 2004).

Em março de 1934 é anunciada, pela Prefeitura Municipal de Campinas, a contratação do urbanista Francisco Prestes Maia, para trabalhar como consultor na elaboração do plano urbanístico municipal. Prestes Maia, era engenheiro civil e urbanista formado pela Escola Politécnica e professor desta mesma faculdade.

### **1.3 O Plano Prestes Maia: modernização do Centro de Campinas (1934-1970)**

A Foto 1.2 mostra o Centro de Campinas no início dos anos 1930, antes do início da execução do Plano Prestes Maia. Nela, podemos observar a grande quantidade de casas no centro e a Catedral do Rosário no centro da foto. São poucos os edifícios com mais de três andares.

---

<sup>3</sup> Para Anhaia Mello, um plano de urbanismo é a “exacta (sic) coordenação de todas as phases (sic) do desenvolvimento cívico, a fim de que a cidade se desenvolva de maneira ordenada, facilitando e melhorando a vida do cidadão e a vida coletiva”. (MELLO, A. Apud SANTOS, A. 2002, p.254).

**Foto 1.2 – Vista aérea de Campinas nos anos 1930.**



*Foto: Coleção Geraldo Sesso – Centro de Memória da Unicamp.*

O plano urbanístico que começou a ser elaborado por Prestes Maia tinha como base a remodelação do sistema viário do centro da cidade, combinado com a abertura de avenidas de contorno perimetral interno, médio e externo. Constituindo numa intervenção radiocêntrica semelhante às intervenções que estavam sendo feitas em São Paulo e indo contra ao desenvolvimento original e histórico da cidade que era reticulado e ortogonal. (SANTOS, 2002).

A abertura de duas largas avenidas centrais, com os nomes dos republicanos campineiros Francisco Glicério e Campos Sales, seria o princípio da remodelação do centro. Estas avenidas surgiriam com a desapropriação e derrubada de imóveis na área central e seriam ligadas ortogonalmente, entre a estação ferroviária e uma praça projetada. (SANTOS, 2002).

Prestes Maia trabalhou durante quatro anos neste projeto e, devido às atribuições políticas da época, promovidas pela política de Estado Novo de Getúlio Vargas e as constantes trocas de prefeitos do município de Campinas, o Plano se reduziu a um anteprojeto e Prestes Maia não chega a assiná-lo por diversos interesses políticos imbricados no Plano:

A afirmação do anteprojeto como obra muito pouco aberta, objeto apenas de trocas políticas e negócios urbanos, interessaria as frações do capital local voltadas para a produção, apropriação e consumo do espaço, notadamente aquelas de caráter especulativo imobiliário, articuladas com a gestão estadual de Adhemar Pereira de Barros. Segundo Badaró (1986, p.188), não se aprovava concomitantemente ao plano nenhuma planta de zoneamento nem indicações precisas quanto à densidade e demais características ocupacionais. Manteve-se a princípio, no geral, a mesma legislação

vigente até então, atribuindo-se à Prefeitura a responsabilidade de estimular e promover os usos mais adequados do solo e de inibir ou mesmo proibir aqueles tidos como inconvenientes, até que pudesse dispor de uma legislação completa e perfeitamente adaptada à realidade da cidade. (SANTOS, 2002, p.293).

Somente em 1941, com Euclides Vieira como prefeito nomeado, iniciaram as primeiras desapropriações referentes ao projeto de remodelação da cidade idealizado por Prestes Maia. Mas as obras, então, realmente começaram a ser realizadas em 1948, concomitante à gestão do primeiro prefeito eleito após o fim da ditadura de Getúlio Vargas, Miguel Vicente Cury. (BADARÓ, 1986).

Prestes Maia havia previsto um período de 25 anos para a aplicação total de seu plano, mas esta meta foi atropelada pelo ritmo de crescimento da cidade. As intervenções das décadas de 1930, 1940 e 1950, foram mais dramáticas que o esperado. Em 1939, os jornais começaram a noticiar as primeiras desapropriações e demolições de quarteirões inteiros para a construção do Palácio da Justiça e alargamentos das Avenidas Francisco Glicério, Campos Salles e da Rua Conceição em frente a Catedral Metropolitana. (CORREIO POPULAR, 14/07/2004).

Cabe adentrar em alguns aspectos relevantes para o Centro de Campinas do Plano de Melhoramentos Urbanos de Prestes Maia para Campinas, pois o conteúdo do plano é abrangente para todo o município e de conteúdo denso, no qual nos deteremos a algumas partes por meio da análise realizada por Ricardo Badaró.

Prestes Maia concluiu que o Centro de Campinas possuía ruas muito estreitas e que necessitava de avenidas largas para escoar o trânsito, por isto propôs o alargamento de alguns logradouros, tais como a Avenida Francisco Glicério, Avenida Campos Salles, Rua Benjamin Constant, Rua Conceição, Rua General Osório e Rua José Paulino que envolviam a desapropriação e demolição de diversos imóveis inclusive o da Catedral do Rosário, que na época era a principal igreja de Campinas, para o alargamento da Francisco Glicério. (BADARÓ, 1986).

Também foram previstas áreas no centro para a construção de prédios públicos tais como: o Paço Municipal, Fórum e Repartições Estaduais, Centro de Saúde, Correios e Telégrafos, Hotel Municipal, e Centros de Comunidade (biblioteca pública, sala de conferências, museu, instalações esportivas etc.). Além disto ficaram definidas regras para a construção de edifícios no centro que iriam ser proporcionais a largura da rua em que seriam construídos e foi proposto um plano de zoneamento para a área central. (BADARÓ, 1986).

Podemos falar que o Plano Prestes Maia foi realizado em duas etapas: a primeira de 1934 a 1955; e a segunda de 1956 a 1962.

Na primeira fase (1934 a 1955) as obras se iniciaram lentamente e foram incorporando gradativamente as mudanças sugeridas. Em diversas quadras das principais ruas centrais podiam-se ver duas larguras de ruas diferentes proporcionadas pelo trabalho executado lentamente, no qual foram desapropriando os imóveis e realizando as obras por etapas. Este fato se deu principalmente pela falta de recursos por parte da prefeitura para executar todas as obras planejadas. (BADARÓ, 1986).

A Prefeitura por não dispor de recursos suficientes, se limitava, na maior parte das vezes, a adquirir as faixas de terreno, resultantes dos recuos legais, protelando a aplicação do dispositivo legal que lhe facultava o direito de desapropriar o terço restante, ou seja, as edificações ainda não recuadas de uma quadra. Esta situação perdurou até o final do período e conferiu à área central da cidade um aspecto peculiar, marcado pela irregularidade dos alinhamentos que entremeavam, numa mesma quadra trechos modernos, já alargados e antigos trechos ainda estreitos. (BADARÓ, 1986, p. 183).

Neste período, aos poucos as “velhas construções” foram sendo substituídas por edifícios na área central, foi o período de verticalização desta área. Também alguns edifícios públicos previstos no plano foram construídos no período, como o Fórum de Justiça, o de Correio e Telégrafos e o Centro de Saúde. (BADARÓ, 1986).

Nas Fotos 1.3 e 1.4 podemos observar a Rua Conceição em dois momentos: a primeira imagem é em 1930, ainda uma rua estreita, com a parada de bondes e a presença de vários sobrados. No segundo momento, vemos a mesma rua em 1946, durante a execução do Plano Prestes Maia, já com a parte do casario à direita da rua demolido até aproximadamente metade da rua, permanecendo estreita em seu prolongamento.

**Foto 1.3 – Rua Conceição em 1930.**



*Foto: Coleção V8 – Centro de Memória da Unicamp.*

**Foto 1.4 – Rua Conceição em 1946.**



*Foto: Coleção V8 – Centro de Memória da Unicamp.*

Desta forma, foi finalizada a chamada primeira fase de implantação do Plano Prestes Maia em 1955 e concluiu-se que foi um processo que ocorreu lentamente, mas que trouxe transformações profundas no Centro de Campinas, por meio do alargamento das ruas e demolição de uma parcela bastante significativa do centro.

As marcas deixadas por esse plano imprimiram o modo de como é o centro, uma conjunção de prédios antigos ao lado de prédios modernos intercalados, sem uma linha histórica regular. Nesta época, não somente o urbanista Prestes Maia, mas também os governantes municipais do período, aliaram a idéia de modernidade à construção de prédios mais modernos e à derrubada dos prédios mais antigos. Assim, as elites de Campinas a queriam tão moderna quanto a capital.

Muitos marcos da história de Campinas foram perdidos nesse processo. Essa perda era justificada como necessária para fortalecer a supremacia do transporte rodoviário considerado mais moderno e rápido, justificando os alargamentos das ruas. As marcas da história do centro, da Campinas do café ou de toda uma sociedade que havia construído a cidade, deram lugar ao que poderia ser “o moderno”.

Esse tipo de intervenção que substituiu as construções antigas por outras mais modernas predominou como podemos observar na Foto 1.5, que retrata a mesma Rua Conceição em dezembro de 2005, na qual não se vê mais nenhum casarão.

**Foto 1.05 – Início da Rua Conceição em 2005.**



*Foto: Francis Pedroso, dezembro de 2005.*

A segunda fase do Plano Prestes Maia deu-se entre 1956 a 1962 e constituiu-se de uma revisão do plano e da retomada das obras iniciadas anteriormente, porém sob um novo contexto econômico pelo qual atravessava o país.

Em 1956, o presidente Juscelino Kubitschek intensificou o desenvolvimento industrial, principalmente com relação a produção de bens de consumo duráveis, que representou uma ampliação da capacidade produtiva do país e a conseqüente intensificação da urbanização do país, com forte migração de pessoas das zonas rurais para as urbanas, para ocuparem os postos de trabalho oferecidos pela incipiente indústria e conseqüentemente tivemos o rápido crescimento das cidades brasileiras, num contexto populacional e territorial.

Campinas, localizada muito próxima da capital São Paulo (aproximadamente 100 quilômetros), conforme já foi dito, apresentava diversas facilidades de comunicação e transportes e já tinha algumas indústrias implantadas no município. Esses requisitos permitiram que a cidade crescesse com taxas elevadas, passando de 135.000 habitantes em 1956, para 285.000 em 1967. O número de estabelecimentos industriais também se multiplicou; em 1951 eram 215 com 14.500 postos de trabalho, e em 1967 foi para 834 estabelecimentos que ofereciam 23.239 postos. (BADARÓ, 1986).

Portanto, a justificativa para a retomada do Plano Prestes Maia estava atrelada à situação do crescimento rápido de Campinas e a necessidade de estruturar a cidade para o futuro. Nesse contexto, as obras recomeçaram, porém com um novo Prefeito, Rui Novaes, que foi democraticamente eleito e que estava munido de recursos econômicos para viabilizar as obras do plano, situação diferente da primeira fase de implantação. (BADARÓ, 1986).

Em 1956 o ritmo das obras começou acelerado. Foram derrubados 66 prédios no centro, além da Catedral do Rosário. Concluiu-se, dessa forma, os alargamentos totais das avenidas Campos Salles, Francisco Glicério e da rua Conceição que haviam sido deixados sem finalização e foram realizados os alargamentos das outras ruas e avenidas propostas no plano. (BADARÓ, 1986).

Na Foto 1.6 podemos observar a demolição da Catedral do Rosário em 1956 para ampliação das Avenidas Francisco Glicério e Campos Salles.

**Foto 1.6 – Demolição da Catedral do Rosário em 1956**



*Fonte: Coleção V8 – Centro de Memória da Unicamp.*

Ainda foram construídas todas as avenidas que articulam o Centro de Campinas com os bairros e com as rodovias. O centro ficou circundado pelas largas avenidas perimetrais que foram

todas construídas nesta época com 30 metros de largura ou mais (Moraes Salles, Irmã Serafina, Anchieta, Orozimbo Maia e Senador Saraiva). (BADARÓ, 1986).

O período de intensas obras no centro durou até 1962 e teve o segundo Prefeito eleito, Miguel Vicente Cury (1960-1963), que realizou importantes obras principalmente relacionadas à circulação viária de Campinas e construiu o Viaduto Miguel Vicente Cury que proporcionou o entroncamento de três grandes avenidas centrais e a ligação do centro com a Rodovia Anhangüera. (BADARÓ, 1986).

Este ritmo acelerado das obras em Campinas durou até aproximadamente 1962, quando o país adentrou em recessão econômica.

Nos anos 1970, houve a retomada da instalação de indústrias na região e intensificou-se a conurbação de municípios e a tendência à metropolização. A política de abertura de novas estradas e a recuperação e melhoria das já existentes, além da implantação do aeroporto de Viracopos, ainda no final dos anos 1960, contribuíram para a expansão da mancha urbana do município de Campinas, com instalação de distritos industriais próximos as principais rodovias (Anhangüera, Bandeirantes, D. Pedro I, Santos Dumont, Campinas/ Mogi-Mirim).

Desta forma, novos postos de trabalho surgiram em Campinas e o município passou e receber mais migrantes de outros municípios e estados e chegou ao início dos anos 1980 com uma população urbana de 588.318 habitantes. (BAENINGER, 1996).

## **Capítulo 2. Teorias sobre o Centro da Cidade**

[...] nenhuma área é ou não é centro; como fruto de um processo – movimento – torna-se centro. No social, nada é; tudo torna-se ou deixa de ser. (VILLAÇA, 2001, p. 238).

Há uma longa discussão intelectual entorno das teorias referentes ao espaço urbano e aos Centros das Cidades. Este capítulo pretende resgatar alguns elementos desta complexa discussão, para nos ajudar como um fio condutor nesta reflexão sobre o “centro da cidade”, para tentarmos compreendê-lo através dos tempos: desde suas origens, enfatizando as cidades capitalistas, como um ponto de concentração territorial na cidade do comércio, indústria e serviços; até os dias de hoje, no qual o centro da cidade apresenta-se sob diversas formas e funções, nas mais diferentes partes do mundo e do Brasil. Também esperamos que este capítulo nos ajude a resgatar os fatores condicionantes gerais para entender o caso do Centro de Campinas.

## **2.1 Da Cidade ao Centro da Cidade**

As cidades surgem a partir do processo de sedentarização do homem, ou seja, quando o homem se fixa em um território, num determinado momento da história no qual passa a existir uma nova relação entre homem e natureza, esta que deixa de ser a principal condicionante da localização humana e passa a ser transformada pelo homem.

Desde sua origem, a cidade, representa uma maneira de organizar o território e uma relação política (ROLNIK, 1988), pois, as cidades aglomeram indivíduos em um determinado espaço pelas mais diversificadas motivações, como para proteção de um povo tal como nas cidades medievais, por questões religiosas, para concentrar poder ou para a sobrevivência de uma determinada população.

Mas especificamente, podemos nos deter as cidades ocidentais, que são a origem do Centro da Cidade que estudaremos. Estas cidades surgem por causas econômicas, políticas e sociais, sendo que existem sempre forças históricas que ajudam na compreensão da origem, evolução e função das cidades, além disto, estas cidades têm como importância fundamental o capital no seu desenvolvimento.

A cidade é uma pré-condição para o capitalismo e com o desenvolvimento do mesmo, o surgimento e o crescimento das cidades se intensifica.

Tendo por referência o autor Antônio Carlos Robert de Moraes (2000), compreendemos que no processo de valorização do espaço, o capitalismo vai se instalando nas diversas partes do

planeta mostrando uma nova lógica de relacionamento das sociedades com seus espaços por meio da apropriação dos lugares, no ordenamento dos territórios e nos usos dos recursos naturais. Portanto, a partir desta nova relação, há a valorização capitalista do espaço, pois o capital é seletivo do espaço terrestre e elege lugares para sua aplicação e fixação.

Ainda, o capitalismo estabelece em cada localidade os arranjos mais convenientes ao centro (a centralidade exercida por cada local) para cada caso. (MORAES, 2000).

Villaça a partir de um ponto de vista da produção do espaço urbano, divide a cidade capitalista em dois períodos: o das cidades do início do capitalismo, nos séculos XVII, XVIII e XIX, marcadas fortemente pela intervenção e direcionamento do Estado na sua organização espacial e ideológica; e o das “cidades tipicamente capitalistas”, que se evidenciam mais intensamente a partir do século XIX, que se caracterizam por uma organização espacial produzida pelo direcionamento do capital principalmente pelo mercado imobiliário. (VILLAÇA, 2001).

Estabelecendo o princípio de valorização do espaço por meio do capitalismo e do caráter concentrador de pessoas nas cidades podemos compreender que a urbanização mais intensa ocorreu acompanhada do desenvolvimento do capitalismo, portanto compreende-se que inicialmente a urbanização e a industrialização são fenômenos que ocorreram em conjunto e que ajudaram na formação da cidade concentrada.

Maria Encarnação Spósito afirma que a cidade é um espaço de produção (a produção artesanal corporativa e a produção manufatureira), constituindo a cidade na base territorial da indústria, sendo que nela concentram-se o capital e a força de trabalho. (SPÓSITO, 2004).

De acordo com a autora o desenvolvimento da industrialização impulsionou a urbanização e provocou o impacto urbano a partir do crescimento acelerado das cidades, pelo crescimento vegetativo e pelos fluxos migratórios que ficaram mais acentuados após a revolução industrial, portanto, neste período, a cidade passou a exercer novos papéis, no qual transformou sua estrutura interna. A cidade capitalista tornou-se o espaço do poder econômico e político, no qual houve uma especialização funcional dos lugares que levou a uma divisão social do trabalho e que se fortaleceu com o desenvolvimento posterior das redes de transportes e comunicação.

Uma hierarquia urbana surgiu, algumas cidades tornaram-se centros de decisões, outras, centros de produção e ainda outras cidades tornaram-se pequenos centros. Como Spósito (2004) expõe, o crescimento vertiginoso das cidades cria uma maior procura por espaço, ampliando o

núcleo urbano de centro para periferia, alteram-se também as condições de vida, a segregação e os mais diversos problemas urbanos surgem.

Portanto, tem-se claro que a partir de um determinado momento, a cidade passa a ser organizada em função do mercado, torna-se o espaço de desenvolvimento das mais diversas atividades capitalistas, é o lugar onde as indústrias se desenvolvem e por isso torna-se o lugar no qual as pessoas habitam<sup>4</sup>, para facilitar o acesso ao novo meio de produção capitalista, inicialmente atrelado a produção industrial.

[...] é a partir de um certo momento da história que as cidades passam a se organizar em função do mercado, gerando um tipo de estrutura urbana que não só opera uma reorganização do seu espaço interno, mas também redefine todo o espaço circundante, atraindo para a cidade grandes populações. (ROLNIK, 1995, p. 30).

Enfatizando a formação das cidades capitalistas e seu processo de centralização Villaza afirma que na sociedade capitalista contemporânea, quem organiza territorialmente a cidade é o mercado, de acordo com uma lógica que lhe é favorável, sendo o centro um reflexo da necessidade de aglomeração em virtude da perda mínima em tempo, energia e gastos com deslocamentos humanos. (VILLAÇA, 2001).

No Brasil, a industrialização se intensificou a partir de 1930, em decorrência da decadência da atividade agrícola cafeeira especificamente na região sudeste, que teve seu início ainda no século anterior, e que deixou como herança uma infra-estrutura de transporte ferroviário, principalmente no interior do Estado de São Paulo, e uma mão de obra assalariada e desempregada consequência da “quebra” da bolsa de valores de Nova York.

A industrialização no Brasil é intensificada juntamente com a urbanização, aglomerando no espaço urbano, chamado cidade, pessoas, indústrias, residências, locais de lazer, infra-estrutura, comércio e serviços tais como: correios; telégrafos; escolas; alfaiates; açougues etc.

Isto fez com que estes locais de grande concentração de indústrias, comércios e serviços, tornassem locais centrais das cidades, não pela geografia, mas por serem dotados de centralidade, ou seja, um ponto de convergência e de integração dos meios de produção, dos transportes, dos meios de comunicação, dos meios de lazer, do local de moradia, dos centros de decisão, dos cartórios, dos espaços públicos, dos restaurantes, dos locais de boemia, dos locais para estudar, dos bancos, enfim, o centro da cidade tornou-se um lugar valorizado pela concentração de

---

<sup>4</sup> Habitar no sentido de morar, viver (reproduzir-se socialmente, trabalhar, praticar lazer, residir etc.)

empregos, serviços, possibilidades e pessoas. Esta época também fica marcada pelo surgimento de uma burguesia urbana que fortalece ainda mais a infra-estrutura, indústria, comércio e serviços.

A cidade capitalista que começou a surgir no Brasil no final do século XIX e início do século XX, foi o lugar onde ocorreu uma série de processos sociais, foi o centro da acumulação de capitais e da reprodução social. Tais processos que criaram funções e formas, cuja distribuição espacial constituíram na própria organização urbana. Um destes processos sociais e sua respectiva forma foram a centralização e a área central, sendo, nesta área, aonde foram se concentrar os capitais, as principais atividades econômicas e a aglomeração populacional. (CORRÊA, 2000).

Esta centralidade emergente, no caso de muitas cidades paulistas, irá aproveitar de uma infra-estrutura já pronta, proveniente do capital cafeeiro para se instalar como as vias, ferrovias ou linhas de bondes nas localidades próximas às estações explorando esta vantagem locacional<sup>5</sup> proporcionada pelos meios de transporte, tanto para a circulação de mercadorias, quanto para a circulação de pessoas.

Esta época marcou o início de um processo de concentração de capitais<sup>6</sup>, acumulação que possibilitou novos empreendimentos varejistas e estimulou a expansão do consumo mudando o comportamento de toda uma sociedade:

O desenvolvimento do capitalismo mercantil fez crescer o comércio varejista e introduziu profundas transformações no comércio atacadista e importador, além de fazer surgir novos tipos de estabelecimentos, desenvolver novos métodos de comerciar e de criar novos hábitos de consumo, tudo isso sob o impulso da crescente concorrência. Declinaram as casas que eram simultaneamente importadoras, atacadistas e varejistas [...] Iniciou-se o declínio da “loja geral”, que vendia um pouco de tudo [...]. (VILLAÇA, 2001,p.253).

Dentre as mudanças dos hábitos de consumo, que Villaça trata no texto acima, ressaltam-se desde o declínio das lojas que vendiam todos os produtos e também dos mascates que faziam vendas domiciliares para o surgimento das lojas especializadas, ou seja, cada loja com uma especialidade de produto. Esta foi uma das mudanças fundamentais que irá contribuir para o

---

<sup>5</sup> A vantagem locacional é uma maior possibilidade e condição de acesso, de comunicação, de transporte, de custo etc. a partir do ponto onde está localizado o objeto (pode ser um comércio, indústria, serviços ou uma produção agrícola). (SPÓSITO, 2004).

<sup>6</sup> A concentração é entendida “quando a empresa amplia sua base de acumulação – pelo aumento de número de equipamentos e máquinas [...]”.(LENCIONI, 1994). Portanto, havendo também uma ampliação da produção e conseqüentemente da acumulação.

adensamento da aglomeração numa área central, de diversos tipos de lojas que se especializavam em um segmento de produtos nas áreas centrais.

Além disso, houve uma valorização das áreas centrais por parte das classes dominantes que consumiam os produtos e que valorizavam o viver nas áreas centrais pelas “vantagens” que este se propunha a oferecer. O centro nesta época não é somente associado como local de consumo de produtos, mas também como consumo da cidade como “obra” que é um conceito desenvolvido por Henry Lefebvre, que explica a centralidade como o lugar, onde estão concentrados os lazeres, os teatros, os museus, a cultura, as manifestações populares, os cafês, os restaurantes, as bibliotecas etc. E também é este o lugar onde a elite irá valorizar e habitar.

[...] o centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes de tudo o ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades [...]. (SPÓSITO, 1991, p.6).

[...] o centro é a partida da cidade que, delimitada espacialmente, por exemplo, situada na confluência de um esquema radial das vias de comunicação, desempenha um papel ao mesmo tempo integrador e simbólico. O centro é o espaço que permite, além das características de sua ocupação, uma coordenação das atividades urbanas, uma identificação simbólica e ordenada destas atividades e, daí, a criação das condições necessárias à comunicação entre os atores. (CASTELLS, 1983, p. 311).

Podemos compreender as transformações do espaço urbano a partir da acumulação de capital e pelo tipo de sociedade, a burguesia comercial, que emergiu deste tipo de processo. Uma centralidade era necessária como uma facilidade para a indústria e o comércio que se implantava nesta época de acordo com Castells e Spósito, este centro era necessário para fazer a confluência/convergência das comunicações, das informações, do capital e do consumo.

Este período é marcado pela existência de um centro único que facilitasse a vida urbana, um lugar onde se encontravam reunidos todos os serviços disponíveis da cidade: os correios, os telégrafos, as lojas de tecidos, os mercados municipais de comércio de alimentos, os bancos, os serviços de saúde disponíveis, o comando da cidade como a câmara de vereadores ou o fórum de justiça e o local de convergência dos meios de transportes. Em suma, como lembra Lefebvre “*Não existe realidade urbana sem um centro; comercial, simbólico, de informações de decisão etc.*” (LEFEBVRE, 1969, p.64).

A concentração no centro era tal, que seria difícil de imaginar a existência destes serviços de forma descentralizada. Esta forma centralizada permitia uma lógica de funcionamento que era obrigatória para um período onde os meios de comunicação e circulação não eram amplamente

difundidos espacialmente. Havia uma necessidade de um conjunto de atividades concentradas para minimizar custos e aproveitar estruturas.

O centro tradicional era tido como a imagem do que é uma cidade, ele era “a cidade”, ou o espaço concentrado de comércio e serviços. Para muitos, as palavras centro e cidade eram consideradas sinônimas.

[...] o Centro caracteriza-se como um espaço qualificado não só do ponto de vista funcional, mas principalmente por seus aspectos simbólicos e formais que têm, na força de sua continuidade temporal e na permanência de seus espaços coletivos, a capacidade de evocar uma imagem que o identifica, por antonomásia, com “a Cidade”. (TOURINHO, 2006, p. 280).

A produção do espaço urbano, num primeiro momento passa a ser marcada por uma maior intervenção do Estado que definia onde seriam implantadas as vias de acesso, ferrovias, ou obras de saneamento. Em um segundo momento a produção do espaço urbano e das áreas centrais nas cidades capitalistas, passa a ser marcada pela intervenção do Estado juntamente com o mercado imobiliário que explora e direciona muitas vezes o crescimento e usa de uma valorização do espaço por meio de determinadas “vantagens locacionais”, da indústria e do terciário que irá alterar profundamente o valor da terra por meio de sua presença, ou não, num lugar. (VILLAÇA, 2001).

Ainda como lembra Villaça (2001), o centro principal da cidade, no início do século XX, é dotado de um valor simbólico para o capitalismo, ele representa a chaminé, a fumaça, em conjunto com as propagandas e as vitrines. O centro tradicional exerce uma função ainda maior do que ser um ponto de convergência de pessoas, informações, dinheiro ou um espaço altamente valorizado, o centro exerce a função de representar a ideologia do capital.

Os espaços centrais das cidades são densos não só porque concentram atividades e grupos, mas também porque abrangem várias significações, que ao mesmo tempo se entrecruzam, complementam-se, contradizem-se. Dá-se o que o filósofo Henry Lefebvre chamou de “simultaneidade simbólica”: segundo ele, cada época histórica constrói uma centralidade específica e, na cidade capitalista moderna, a dimensão lúdica – ligada ao imprevisto, ao jogo das relações sociais, aos encontros, ao “teatro espontâneo” – muitas vezes se entrelaça à dimensão do consumo, que é o tipo peculiar e específico de centralidade criado pela cidade capitalista (FRÚGOLI, 1995, p.12).

Portanto, a grande maioria dos centros das grandes cidades capitalistas de meados do século XIX até aproximadamente a década de 1950 no mundo e até 1970 no Brasil eram os lugares mais dinâmicos da vida urbana, com a presença de habitantes, grande concentração de empregos, atividades terciárias e, dotado de simbologia para suas populações. E também,

historicamente, os centros tradicionais eram eleitos como uma localização de fácil acesso para as instituições públicas e religiosas.

Vargas e Castilho (2006) observam que os centros das cidades vêm recebendo diversas denominações ao longo do tempo, tais como: “centro histórico, centro de negócios, centro tradicional, centro de mercado, centro principal ou simplesmente, centro”.

A noção de centro urbano, como ponto para onde convergem os trajetos ou as ações particulares que facilitam o encontro, o descanso e o abastecimento, definindo-o, historicamente, como o lugar das trocas comerciais, conduz ao conceito de centro de mercado (...) Logo, infere-se que este centro articula-se com a cidade por meio de sua função e seu significado, transmitindo uma idéia de posição relativa na área urbana. (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 02).

A noção de centro também está, na maioria das vezes, entrelaçada com as origens históricas do núcleo urbano, ou seja, quase sempre o centro está relacionado com os primórdios da cidade.

## **2.2 Do Centro aos Centros**

Uma hierarquia urbana surgiu, algumas cidades tornaram-se centros de decisões, outras, centros de produção e ainda outras cidades tornaram-se pequenos centros. De acordo com Spósito (2004), o crescimento vertiginoso das cidades criou uma maior procura por espaço, ampliando o núcleo urbano de centro para periferia, alterando-se também as condições de vida e a segregação surgindo os mais diversos problemas urbanos.

O Centro deteve o máximo grau de centralidade havido na cidade desde sua fundação porque este cresceu com a cidade. Ele se fez com a cidade como único espaço central, ele foi feito pela cidade e com a cidade como um todo, como resumo da concentração, quando isso era possível. Sendo assim, só pode vir a existir um Centro em cada cidade, simplesmente, diria Castells, aquele que nas aglomerações urbanas tem nome de Centro. Foi dele como realidade física, geográfica e funcional que aflorou a centralidade como noção do que é central e foi ele que se beneficiou conceitualmente como todos seus atributos. (TOURINHO, 2006, p. 286).

A partir de 1950 as áreas centrais das principais cidades do mundo e também no Brasil deixam de ser o único lugar da cidade dotado de “centralidade” e passam a compartilhar desta dinâmica, até então inerente aos centros da cidade, com outros pontos do espaço urbano. Um exemplo são os subcentros dos bairros, que são espaços onde concentram-se o comércio e serviços, por causa da expansão das cidades para lugares periféricos, em que a distância com o centro tradicional permite a formação de um novo centro.

Constata-se que muitas atividades que estavam localizadas no centro vão sendo transferidas ou surgem fora das áreas centrais, em uma tendência de redefinição funcional e social das áreas centrais. (CORRÊA, 2000).

Tourinho (2006) faz uma importante diferenciação que define as conformações do centro no Brasil, tais como o Centro, o Centro Expandido e as Novas Centralidades:

[...] 1) *o Centro*, de caráter concentrado, resultante do desdobramento do “centro velho” no “centro novo”, cuja unidade se consolida nos anos 1950, caracterizado pela contigüidade física e pela complementação funcional; 2) *o centro expandido*, de caráter disperso, entendido como a área equipada consolidada entre meados da década de 1960 e fins da de 1980, resultante do período do chamado “milagre brasileiro”; e 3) *as novas áreas de centralidade*, de caráter fragmentado, criada após os anos 1980 fora do centro expandido, como resultado de fortes operações imobiliárias e urbanísticas ou, ainda, dentro dele, como produto de operações de revitalização urbana. (TOURINHO, 2006, p. 279).

Dentro destas novas áreas de centralidade, assistiremos, mais intensamente a partir dos anos 1980 no Brasil, a implantação de novos tipos de empreendimentos imobiliários que se expressam como uma nova centralidade urbana, por meio dos *shopping-centers* e hipermercados que irão concentrar lojas, serviços, restaurantes e áreas de convívio num ambiente fechado e de localização fora do centro tradicional.

A organização espacial produtiva que foi implantada com a industrialização foi a principal indutora da concentração urbana, por meio das novas oportunidades de trabalho e investimentos iniciais para o desenvolvimento da estrutura urbana na qual também se desenvolveu o setor terciário complementar a indústria.

Hoje assistimos a uma reorganização espacial promovida não somente pela indústria, como foi no passado, mas também pelas atividades terciárias por meio dos diversos processos como a dispersão do comércio, a formação de subcentros e das novas formas de centralização promovidas pelo capital por meio do setor terciário, como os *shopping-centers*, que exercem determinadas funções que antes cabiam aos centros tradicionais (serviços, compras, lazer etc.). Além dos diversos fatores que envolvem os planos urbanísticos das cidades que muitas vezes privilegiaram a circulação dos automóveis em relação a dos pedestres, influenciando de forma significativa o detrimento dos centros tradicionais das cidades.

Em um estudo sobre os centros principais das metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro Villaça (2004) afirma que os novos centros tendem a atender preferencialmente às classes dominantes e à maior parte da classe média, ou seja, a minoria da população urbana brasileira. Sendo que cada vez mais este tipo de centro oferece uma melhor acessibilidade para a classe que

atende, pois está implantado nos bairros de residência destas classes e pela ação do Estado torna-se mais adequado para o uso do automóvel, detendo o sistema viário, mas estas classes, ainda valorizam o metrô e implanta-o neste centro (São Paulo). Portanto, estas áreas têm uma grande capacidade de reunir escritórios, profissionais liberais, estabelecimentos de diversão e *shopping-centers*, constituindo-se este tipo de centro na única grande concentração de empregos, comércios e serviços para estas classes.

Villaça afirma que o “velho” centro tende a atender às camadas populares, ou seja, maioria da população brasileira, na localização tradicional, que foi abandonada pelas elites, e que concentra a maioria dos empregos populares. Mas que estas áreas vêm sofrendo com um descaso por parte do Estado que tem investido pouco em infra-estrutura, principalmente nos transportes, que ligam os bairros populares à este centro (Rio de Janeiro e São Paulo). (VILLAÇA, 2004).

De acordo com Harvey, a partir de determinado momento da história, o zoneamento planejador foi substituído pelo zoneamento de mercado baseado na capacidade de se pagar por uma alocação da terra. Este mecanismo valoriza e desvaloriza determinados espaços “enquadrando paisagens urbanas em novos padrões de conformidade”, assim como o centro da cidade pode ser “enquadrado” e assim como as classes médias e altas podem ser direcionadas para novos espaços por meio da valorização de mercado de novas áreas. (HARVEY, 1992).

Os processos de reorganização espacial das cidades, em especial de seus centros tradicionais, que muitas vezes sofreram uma espécie de “esvaziamento”, ou seja, a saída do comércio, dos habitantes e das atividades da área central para outros lugares, intensificou-se a partir dos anos 1950, e muitas vezes este tipo de processo ocorrido nos centros tradicionais, está associado a uma imagem de deterioração ou degradação destes lugares.

Esse processo de deterioração/ degradação intensifica-se após os anos de 1950, causado fundamentalmente, pelo crescimento e expansão do espaço urbano. Ao mesmo tempo em que os centros congestionam-se pela intensidade de suas atividades, amplia-se a concorrência de outros locais mais interessantes para morar e viver. Assiste-se ao êxodo de atividades ditas nobres e à saída de outras grandes geradoras de fluxos, como as implementadas pelas instituições públicas. A substituição faz-se por atividades de menor rentabilidade, informais e, por vezes, ilegais e praticadas por usuários e moradores com menor ou quase nenhum poder aquisitivo. Conseqüentemente, a arrecadação de impostos diminui e o poder público reduz a sua atuação nos serviços de limpeza e segurança pública. (VARGAS e CASTILHO, 2006, p.02).

Segundo Benfatti (2004, p. 09) “em algum momento, por volta dos anos 1970, além de anunciado o fim das utopias, das ideologias, do planejamento urbano, começamos também a perder o centro, o centro urbano”. Fenômeno que aconteceu simultaneamente em diversas partes

do mundo pelo crescimento das cidades, pelo surgimento de novas áreas favorecidas pelos empreendimentos imobiliários e a conseqüente saída das atividades e pessoas da área central. Mas, Benfatti afirma que o centro persiste, ele não deixou de existir e sim se transformou.

Portanto, afirmar que o centro da cidade esvaziou-se é incorreto, pois o que assistimos é uma transformação, ou uma refuncionalização, ou seja, o centro que era ocupado por uma determinada classe social, por certos tipos de comércio e serviços, vem sendo gradativamente “desocupado” e “re-ocupado” por novos moradores, comércios e serviços. Estes que podem ser de naturezas diversas; em alguns casos os centros foram ocupados por atividades menos rentáveis e populações de baixa renda; em outros casos, os centros passaram a ter uma outra função social, como por exemplo, se tornarem lugares turísticos.

Os centros tradicionais se renovam com novos elementos que não faziam parte deste no passado, elementos que dependem e variam em cada caso, em cada cidade e em cada país.

### **2.3 De volta ao centro**

Muitas vezes fala-se em “perda da centralidade do centro”, realmente em alguns casos percebe-se que outros pontos da cidade tornam-se mais centrais para uma parcela significativa da população que o próprio centro, mas o que assistimos hoje, é que se produzem diversas centralidades espalhadas pelo espaço urbano para atender as diversas demandas sem ser necessário um grande deslocamento, pois, então são pontos de centralidade para sua área próxima e não para um conjunto do espaço urbano como o centro tradicional foi no passado. E, por sua vez, o centro tradicional também dota-se de uma nova centralidade, que será funcional para novos comércios e serviços e para uma nova demanda social.

Benfatti (2004) diz que a partir dos anos 1970 para um número considerável de cidades no planeta, tais como Londres, Barcelona, Paris, Boston têm o início da preocupação com o futuro de seus centros tradicionais e que isto se torna mais visível pela mudança da agenda urbanística que passa a incluir assuntos como a intervenção intra-urbana. Passa-se a pensar na “recuperação” destes centros urbanos.

De acordo com Vargas e Castilho (2006), recuperar os centros tradicionais das metrópoles significa melhorar a imagem da cidade, que perpetua sua história, promove a reutilização de seus edifícios, valoriza o patrimônio construído, dinamiza o comércio e gera novos empregos.

Portanto, a partir dos processos de intervenção são implementadas ações que buscam novos investimentos, de moradores, usuários e turistas que possam otimizar a economia urbana.

Por volta dos anos 1970 a situação mundial caracteriza-se por uma desaceleração do crescimento econômico e por uma diminuição do crescimento demográfico e das taxas de urbanização, principalmente por parte dos países desenvolvidos, promovidos pela mundialização das trocas econômicas, pelo implemento de inovações científicas e tecnológicas que se refletiram diretamente no emprego, na economia, na sociedade e no espaço urbano.

Segundo Benfatti (2004, p. 11), são dois indícios que comprovam a desaceleração da urbanização: “o primeiro desses indícios é que está havendo um deslocamento geográfico do peso e da localização da rede urbana no mundo”, a partir de um determinado momento da história não é mais necessário concentrar redes urbanas numa só cidade ou num só centro da cidade; “O segundo, complementando o primeiro, é que a concentração urbana na Europa e na América do Norte tem apresentado números decrescentes [...] enquanto Ásia, África e América do Sul continuam mantendo taxas elevadas, aumentando o número de cidades com mais de 5 milhões de habitantes”.

Portanto, as grandes cidades, na maioria em países desenvolvidos, que se tornaram metrópole até o final do século XIX e início do XX, passaram a ter uma diminuição em sua taxa de crescimento urbano, mantendo uma população estabilizada permitindo uma maior atenção às suas áreas centrais, que apresentavam uma perda da população e de suas atividades econômicas no final dos anos 1960. Em contra partida, as metrópoles que ainda estavam se configurando nesta época, tais como Rio de Janeiro, São Paulo, Cidade do México, entre outras, conservaram um forte crescimento urbano e agravaram seus problemas urbanos (BENFATTI, 2004).

[...] A estabilização do crescimento e o decréscimo da população e atividades nas áreas centrais estariam gerando um outro tipo de preocupação: o esvaziamento, a perda de vitalidade, atualmente algo mais assombroso que o caos previsto para as metrópoles 100 anos atrás. Portanto, para essas metrópoles, a preocupação passa a ser não mais com o crescimento acelerado, mas com a dotação de urbanidade às grandes áreas que foram incorporadas à cidade do período precedente e com a situação de deterioração/esvaziamento das áreas centrais históricas: é a recriação da cidade a partir de seu interior. (BENFATTI, 2004, p. 12).

Vargas e Castilho (2006) colocam de forma distinta as motivações que nos fazem intervir e perpetuar a existência dos centros tradicionais:

**Quadro 1 – Motivações que conduzem as intervenções em centros urbanos.**

|                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Referência e identidade</i>                | Os centros têm um papel essencial quanto à identidade e à referência de seus cidadãos e visitantes.                                                                                                                                                                                                             |
| <i>História Urbana</i>                        | O centro é o lugar onde se encontram as sedimentações e estratificações da história de uma cidade.                                                                                                                                                                                                              |
| <i>Sociabilidade e diversidade</i>            | A variedade de atividades e a tolerância às diversidades reforçam o caráter singular dos centros urbanos em relação aos subcentros mais recentes.                                                                                                                                                               |
| <i>Infra-estrutura existente</i>              | Nos centros das cidades, geralmente, há um sistema viário consolidado, saneamento básico, energia e serviços de telefonia, transporte coletivo, equipamentos sociais e culturais de diversas naturezas. O descarte dessa infra-estrutura, tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental, é injustificável. |
| <i>Mudança nos padrões sócio-demográficos</i> | Alterações como maior expectativa de vida e conseqüente envelhecimento da população; redução do número de componentes na família; ampliação do trabalho feminino, entre outros aspectos, facilitam e reconduzem ao retorno de habitações nas áreas centrais.                                                    |
| <i>Deslocamentos pendulares</i>               | Estatisticamente, o centro de muitas cidades ainda concentra um maior número de postos de emprego. O retorno do uso residencial para o centro diminui sensivelmente a necessidade de movimento pendular diário moradia-trabalho.                                                                                |
| <i>Distribuição e abastecimento</i>           | Durante muitas décadas, vem ocorrendo a dispersão locacional dos negócios. Em diversas escalas, entretanto, os centros ainda retêm uma parcela da distribuição de bens e serviços.                                                                                                                              |

(VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 06)

Estas motivações são entendidas como vantagens apresentadas pelos Centros das Cidades para sua ocupação por moradias e comércio e podemos também compreender que alguns fatores que estão relacionados com a perda do dinamismo do centro poderiam ser refuncionalizados<sup>7</sup> e entendido como um novo impulso dinâmico da área central.

Os novos centros representados pelos subcentros de bairros e grandes formas do comércio como *shoppings*, hipermercados etc. tendem a se tornarem centros para uma parcela da população, mas também impulsionam novos usos da área central.

[...] os chamados novos centros (os da elites) tendem a se transformar nos centros principais, já que tendem a abrigar as instituições de comando da sociedade. Porém, o centro principal pode ser entendido de outras maneiras. Ele pode ser compreendido também como o ponto que otimiza os tempos de deslocamento (acessibilidade) da

<sup>7</sup> Dar uma nova função ou um novo significado à uma área ou objeto que está com seu uso parcial ou não está sendo usado, como por exemplo prédios anteriormente utilizados e que estão desocupados.

maioria da população da cidade; assim sendo, será o ponto que mais atraí e emite viagens, e a maior concentração de comércio e serviços da cidade. Sendo a maior concentração de atividades terciárias, será também a maior concentração de empregos na metrópole (mesmo nas indústrias). Neste caso, seria supostamente a área mais bem atendida pelos transportes. Esses aspectos, vitais para a população da cidade, dão uma visão da importância e do significado da existência de um centro principal. (VILLAÇA, 2004, p. 29).

Comin (2004), em um estudo que lida diretamente com o centro tradicional da cidade de São Paulo, trata das deficiências ou desvantagens apresentadas pelo centro que foram acumuladas historicamente. Muitas empresas saíram da região central por fatores de repulsão, tais como a obsolescência dos edifícios, congestionamento do trânsito, violência e degradação urbana, fatores que são reais, mas que foram exaltados, ressaltando-se que “novas-centralidades” em São Paulo foram incentivadas pelo poder público por meio de pesados investimentos em estrutura viária e urbana favorecendo à maior especulação imobiliária destas áreas.

Ainda se tratando de São Paulo, no mesmo estudo mencionado acima, no artigo de Nakano, Malta e Rolnik (2004) apontam que o desenvolvimento das áreas centrais em grande maioria é anterior a massificação dos carros, que é atualmente, o principal meio de locomoção das classes médias e altas. Além da questão, que o padrão das moradias na região central não são adequados para atender o padrão atual das famílias que possuem mais de um carro já que, muitas vezes, estes prédios não possuem sequer uma garagem. E que os edifícios comerciais também sofrem deste mesmo problema para sediarem empresas que dependem de clientes e funcionários de renda mais elevada que têm o carro como meio principal de transporte.

Estes autores afirmam que ao estimularem à circulação de pedestres, especialmente de renda mais baixa, criam condições favoráveis ao desenvolvimento do “comércio ambulante”, sendo que a própria circulação de pedestres, que é o atrativo para os ambulantes, muitas vezes, faz com que o comércio estabelecido sofra com a concorrência dos menores preços praticados nas ruas pelos “ambulantes” e também afasta do centro o consumidor de maior poder aquisitivo para outras áreas comerciais, com maior facilidade de circulação, estacionamento e segurança como os *shopping-centers*.

Como aponta este estudo o entendimento da atividade de “comércio ambulante” é bastante complexa, pois sabe-se que muitas vezes é praticado por trabalhadores que não encontram outras alternativas no mercado de trabalho urbano que em muitos casos é deficitário, mas que o comércio ambulante pode ter ligações com atividades ilegais, quanto a origem dos produtos comercializados, podendo ser contrabandeados, podem ocasionar evasão fiscal ou serem

falsificados, e quanto a irregularidade da atividade, que implica em algum grau de mediação ilegal entre autoridades e “ambulantes”.

Ressalta-se neste estudo a constante associação dos centros das cidades com o crime, o tráfico de drogas, a prostituição, a mendicância e a sujeira que é permeada no imaginário das pessoas de maior renda e acentuam negativamente a imagem do centro, prejudicando até mesmo o uso dos equipamentos culturais implantados nestas áreas, como livrarias, museus, teatros, centros culturais e também de equipamentos de lazer como praças, bares, restaurantes e casas noturnas. Esta imagem é ainda reforçada pelo baixo grau de ocupação noturna destas áreas. Segundo Comin, pensando o caso do Centro de São Paulo,

[...] a diversidade das formas de ocupação é essencial para a qualidade dos espaços urbanos, e nesse sentido a região [central] perdeu muito de seu dinamismo. Novamente aqui os fatores de repulsão foram muito estimulados pelas próprias políticas governamentais como, por exemplo, a construção de elevados, como Santa Cecília, e com isso levaram ao esmorecimento atividades como cinemas, teatros, e restaurantes tradicionais que antes garantiam a circulação noturna nestas áreas. (COMIN, 2004, p. 31).

As intervenções governamentais que transformaram o centro tradicional de São Paulo e que muitas vezes prejudicaram as atividades que ocorriam nele e a circulação das pessoas neste importante espaço público que é o centro, também é tratada por Frúgoli (1995) que afirma que as intervenções planejadoras são muitas vezes exigências da modernidade que privilegia, sobretudo, o fluxo e alteram a fisionomia por meio de metrô, viadutos, avenidas e vias expressas, e que levam a deterioração do centro da cidade que passa a ter uma ocupação destinada às classes populares.

Tourinho (2006) fala que a grande complexidade do centro “histórico, arquitetônico, urbanístico, legal, político, social, econômico, simbólico, residual, não dominado e diverso” faz dele um espaço de difícil apropriação que desagrade o capital imobiliário, financeiro, público ou privado, pois estes dependem da dominação do território para obter lucros. Pois cada recuperação de um fragmento do centro esbarra em um grupo de obstáculos.

A autora salienta que estes obstáculos estão relacionados a propriedade do solo, pois é um espaço muito fragmentado e que vêm sendo subdividido a um longo tempo e os investidores imobiliários necessitam atualmente de grandes áreas livres para abarcar as infra-estruturas modernas, que demandam um grande espaço para as construções, estacionamento etc., e isto é o

que falta ao centro. Além da regulamentação do uso do solo que é bastante diversa e os valores simbólicos de determinados espaços centrais.

Nesta perspectiva temos um centro da cidade, histórico, referencial e dinâmico ou degradado e oneroso, mas com significados para as pessoas e com uma relação pertencimento com o espaço urbano, por isso podemos destacar os processos de intervenção urbana, como uma tentativa de retomada do centro tradicional como referência à cidade.

Vargas e Castilho (2006, p. 07- 48) destacam três períodos de processos de intervenções urbanas para promover uma “re-valorização” das áreas centrais: a Renovação Urbana (décadas de 1950 e 1960); a Preservação Urbana (décadas de 1970 e 1980); e Reinvenção Urbana da década de 1990 aos dias atuais.

O período de Renovação Urbana que aconteceu principalmente durante as décadas de 1950 e 1960 assumiu uma preferência pelo novo, recebeu influências do Urbanismo Modernista juntamente com as práticas de reconstrução do pós-guerra na Europa. Fizeram parte deste período as grandes demolições e reconstruções que vinham de encontro com os interesses da elite que idealizou esta renovação e modernização das cidades dentro de seu ponto de vista.

Nos Estados Unidos este processo foi mais intenso, no qual os deteriorados centros das cidades que sofreram a saída da população para os subúrbios e a saída do comércio para os *shopings*, foram amplamente demolidos e renovados com novas construções, substituindo as funções de centro por funções de moradias com novas estruturas. Na Europa este processo foi menos intenso, por causa dos significados culturais destes centros de cidade e das guerras que haviam causado demolições em diversos prédios e monumentos.

Em 1957, a Companhia de Seguro de Vida de Connecticut liderou uma conferência nacional sobre a Renovação Urbana com mais de 50 participantes, entre os quais políticos, arquitetos, pesquisadores, investidores, banqueiros, publicitários e urbanistas, na qual se concluiu que os centros não respondiam mais às demandas dos seus cidadãos quanto ao tipo de habitação, traçados de ruas e usos urbanos. A principal aspiração deste grupo seria eliminar o congestionamento das áreas centrais, com a criação de grandes espaços para vias amplas, estacionamentos, instituições culturais. Além dessa transformação, o novo centro deveria trazer a natureza de volta entre os edifícios, promovendo uma completa mudança de uso do solo. Indústrias e armazéns cederiam seus lugares para torres de escritórios, bancos, agências do governo, hotéis e restaurantes, lojas de departamento, preparando-se para ser o espaço das artes, da educação e da recreação, e para grupos de moradores que desfrutariam a vida cultural e educacional do centro. (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 09).

O sucesso dos empreendimentos imobiliários de subúrbios e dos *shopping-centers*, intensificou a idéia de renovar o centro, reproduzindo a tática de planejamento empresarial.

Portanto foram desapropriadas grandes áreas para implantação de prédios, foram também adotadas estratégias de uso exclusivo da rua pelo pedestre, com a implantação de “calçadas”.

Estas estratégias não obtiveram o resultado esperado, pois os edifícios monofuncionais e fechados sobre si mesmos não promoveram a atração de outros usuários. Os “calçados” atraíram mendigos e pessoas desocupadas, afastaram pedestres e as melhores lojas.

No início dos anos 1970, muitas cidades como Toledo na Espanha e Boston nos Estados Unidos estavam retirando o “calçadão” e recuperando a rua, enquanto em São Paulo, Campinas e em diversas cidades brasileiras estavam adotando o “calçadão” como forma de recuperação do centro. (VARGAS e CASTILHO, 2006).

A Preservação Urbana, período que se deu ao longo das décadas de 1970 e 1980, marcou a negação do movimento anterior. Este movimento valorizou a importância da preservação das vizinhanças e a restauração dos edifícios históricos, aproximando-se mais da versão europeia de intervenção. Utilizou-se da reutilização de antigas estruturas para novas funções, como prédios industriais, estações de trens, armazéns, mercados e teatros para o comércio, serviços e atividades de lazer e cultura.

Este período foi marcado pela valorização da memória e de que os centros das cidades seriam essenciais na vida urbana, como identidade e orgulho cívico e que este passasse a ser um espaço diferenciado dos subúrbios e *shoppings*. Mas como atrair a população para os centros? Era necessário uma nova imagem e foram estabelecidas ações para atrair pessoas para o centro, tais como: a intervenção física, por meio de projetos arquitetônicos, restauração de prédios históricos e novos usos para estes; o estabelecimento de políticas urbanas, como incentivos para pequenos comerciantes permanecerem no centro, recuperação de centros históricos, praças etc.; e a implementação de programas de gestão compartilhada, organizações e programas envolvendo toda a sociedade civil, comerciantes na gestão da área central e na obtenção de recursos para recuperar e preservar o patrimônio representado pelos centros das cidades. (VARGAS e CASTILHO, 2006).

Algumas discussões surgiram a partir deste tipo de intervenção, dentre as principais, temos: a privatização dos espaços públicos, por meio das parcerias público-privada, que a crítica remete à produção de uma cidade idealizada para aqueles que perderam a urbanidade vivendo nos subúrbios, condomínios fechados horizontais ou verticais; o uso do comércio e serviços como estratégia de recuperação, que algumas críticas falam que se utilizam de prédios históricos como

um espetáculo, reformados para serem utilizados como objetos de consumo, mas que exclui socialmente; a criação de cenários, a preservação serve apenas de “palco” para o comércio e serviços; e o entendimento do que é histórico, pois é uma preservação somente arquitetônica, que não valoriza os aspectos da memória urbana do lugar. (VARGAS e CASTILHO, 2006).

E chegamos ao período atual que tem seu início aproximado nos anos 1990, e que está inserido no que David Harvey (1992) chama de “A Condição Pós-Moderna”, no qual a rigidez da sociedade industrial é substituída pela flexibilidade de estilos de vida, pela evolução da tecnologia, as segmentações de mercado, a evolução dos meios de transportes e a compressão da relação espaço-tempo, que irão se refletir territorialmente no espaço urbano e conseqüentemente nos centros das cidades.

Este período é denominado por VARGAS e CASTILHO (2006, p. 31 – 36) de Reinvenção Urbana.

A maior capacidade de comunicação permitiu que o território se transformasse em mercadoria para ser consumida por cidadãos de renda elevada, investidores e turistas, deixando de ser prioritariamente o *lócus* da produção para ser o *lócus* do consumo. (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 32).

A implantação de práticas de *city-marketing* se tornam comum neste período, a formação de uma imagem positiva da cidade e divulgação desta para a captação de investimentos por meio da ação do poder público e o capital imobiliário cria “localizações privilegiadas” e induz a demanda, pela oferta dos empreendimentos.

Um dos objetivos deste período é a recuperação das bases econômicas das cidades para gerar emprego e renda por meio do deslocamento do poder central para o poder local. Mas muito do que foi praticado e criticado no período anterior (Preservação Urbana) ainda persiste, como a intensificação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos, além do uso dos patrimônios preservados para finalidades comerciais.

De acordo com Vargas e Castilho (2006) mudou-se a dimensão dos projetos e o foco das intervenções, áreas urbanas deprimidas foram focalizadas, além das regiões centrais, como estruturas industriais, portuárias, orlas marítimas, estruturas ferroviárias, como por exemplo o já tido como um clássico exemplo de intervenção deste período, que é o da cidade de Barcelona na Espanha e suas obras para Olimpíada de 1992, que transformou sua área portuária e tornou-se conhecida por todo o mundo por meio do *marketing* da cidade.

As áreas centrais tornaram-se um foco da preservação histórica, enquanto as demais áreas degradadas e muitas vezes próximas do centro ou centros expandidos, tornaram-se locais das novas experiências urbanas.

O fato é que a “volta ao centro” tem sido persistente e traz uma série de inquietações teóricas que não se finalizam por aqui.

Vejamos, então, como o caso de Campinas se insere nestas discussões.

## **Capítulo 3. O Centro de Campinas**

### 3.1 Compreendendo a metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa que me propus realizar<sup>8</sup>, encontrei muitas dificuldades com relação a metodologia deste trabalho, gostaria de escrever como uma observadora através dos tempos no Centro de Campinas e depois agiria como um pesquisador-interlocutor mediando a teoria e o empirismo de minhas observações sobre o centro.

Estavam bem claros os objetivos desta pesquisa, que eram: fazer um levantamento bibliográfico sobre as teorias acerca do tema centro e, observar e analisar o centro tradicional de Campinas e mostrar no que ele se diferenciava de “ontem” e de “hoje”.

Os primeiros passos estavam relacionados com o levantamento de um acervo histórico para esboçar os caminhos que conformaram o Centro de Campinas. Para isto pude contar com o acervo do Centro de Memória da Unicamp (CMU), onde obtive um precioso material bibliográfico, composto de livros, revistas, jornais, fotos etc. A parte difícil foi estabelecer uma “ordem” neste material, uma sequência pela qual começaria a escrever.

A próxima etapa consistia em levantar a bibliografia teórica específica sobre o centro que, a princípio, é estudada por muitos pesquisadores e que, para minha surpresa, foi uma das etapas mais difíceis. Encontrei poucos livros diretamente direcionados ao Centro da Cidade, havia poucos estudos e a grande maioria dos trabalhos, estão relacionados a estudos gerais de temática urbana durante as décadas de 1970 e 1980.

O assunto Centro de Cidade tem penetrado nas mídias, nos jornais, na televisão e nos discursos políticos, mas que pouco tem sido discutido no sentido de compreender o que é esse centro na atualidade e qual é sua perspectiva para o futuro.

Mas encontrei “valentes” estudos sobre os centros focando as dimensões que eu havia planejado, principalmente relacionados ao centro de São Paulo e que pôde esclarecer e ajudar na montagem do difícil quebra-cabeça metodológico que viria a ser este capítulo.

Então adentrei na preparação do terceiro capítulo da dissertação, e precisava de subsídios para o meu polêmico método de observação, pois durante os anos de mestrado (2005-2007) voltei a frequentar o Centro de Campinas e comecei a escrever um diário de campo, com minhas

---

<sup>8</sup> O que sustenta o item 3.1. deste capítulo é, acima de tudo, minha experiência pessoal enquanto pesquisadora lidando com percalços em busca de material bibliográfico. Por isso, pareceu pertinente o uso da primeira pessoa aqui.

observações sobre o que é o centro e comprei uma máquina fotográfica que passou a ser minha companheira nestas visitas. Tirei muitas fotos que achei pertinentes neste trabalho de analisar e diferenciar “o que era e o que é” o Centro de Campinas.

Como cidadã nascida neste município guardo nostalgicamente lembranças do Centro da Cidade de Campinas, de minha infância vivida nele. Desse local onde residiam meus avós e onde eu brincava e o conhecia muito bem. Éramos amigos íntimos “eu e o centro”.

Meus avós deixaram de morar no centro, os tempos passaram e cada vez mais deixei de frequentar aquele lugar.

Mas o que são estas memórias em minha mente sem evidências? Mas o que era a sensação de que o centro estava ficando cada vez menor, cada vez mais sem função para mim sem provas materiais?

Chamei estas “provas” que precisava de “memórias auxiliares”. Pois, foi quando mais uma vez recorri ao acervo do CMU, para ajudar a montar minhas “memórias auxiliares”, ou minhas provas, minhas evidências que seriam o meu subsídio para escrever, para comparar o passado e o presente do Centro de Campinas.

Não foi encontrado nenhum material acadêmico diretamente relacionado à questão do centro tradicional de Campinas, escrito de 1970 até os dias atuais. E para esta tarefa de construção da trajetória do centro contava com minha memória, a memória das pessoas que estavam presentes no centro nesta época, com as fotos do arquivo do CMU e com os jornais que encontrei por lá, e assim foi montada a “estrutura óssea” deste desejado capítulo.

Durante semanas estive na hemeroteca do CMU, por sugestão da minha orientadora, buscando reportagens relacionadas ao Centro de Campinas de 1970 até 2004. Infelizmente não pude ter acesso aos jornais mais recentes da cidade de Campinas, já que, há uma norma da biblioteca que está organizando o acervo de jornais mais recentes para deixar disponível posteriormente.

Mas, o material levantado no qual chamei de “Dossiê Centro” que constitui em um pouco mais de quatrocentos artigos de jornais locais de Campinas, foi fundamental para orientar meu estudo de observação.

A partir da análise do material levantado, das observações de campo e dos depoimentos, espero, nas próximas páginas, poder resgatar elementos importantes da geografia e história do Centro de Campinas, e que este estudo seja uma contribuição sobre o Centro de Campinas.

Este capítulo tem uma divisão que consideramos necessária e que segue as discussões, transformações e interferências que influenciaram profundamente o Centro de Campinas. Esta divisão é composta de três momentos distintos: Décadas de 1970 e 1980; Década de 1990; e Década de 2000.

### **3.2 Décadas de 1970 e 1980: do glamour à decadência.**

A Foto 3.1 logo abaixo, retrata o Centro de Campinas em meados dos anos 1960, na parte inferior encontramos a região da Estação Ferroviária e a no canto inferior à direita a Praça Lago dos Cines, contornada pelo viaduto (hoje Praça Carlos Gomes que abriga o terminal de ônibus Miguel Vicente Cury ou Terminal Central). Em meados dos anos 1960, como pode ser observada na foto, a área do Centro de Campinas era pouco verticalizada, com uma concentração de prédios na sua maioria nas avenidas principais.

**Foto 3.1 – Vista Aérea do Centro de Campinas-SP entre 1963-1965**



*Foto: Coleção V8 – Centro de Memória da Unicamp.*

Este capítulo se inicia com um resgate das principais transformações no Centro de Campinas no final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, que acreditamos ser um momento peculiar no qual se inicia o debate mais intenso sobre o centro neste município.

### *3.2.1 – O Centro nos anos 1970*

Como foi visto no primeiro capítulo deste trabalho, o centro tradicional de Campinas no início do século XX, destacou uma rua comercial, a antiga Rua São José ou atual Rua Treze de Maio, que desbancou em circulação comercial as ruas mais tradicionais como a Rua de Cima (atual Rua Barão de Jaguara), Rua do Meio (atual R. Dr. Quirino) e a Rua de Baixo ou do Comércio (atual Rua Luzitana), pois foi uma importante via que ligou a Estação Ferroviária, porta de entrada de Campinas, com o núcleo principal.

Portanto, pela Rua Treze de Maio foram se instalando os comércios mais especializados, que dependiam das importações e de produtos vindos de outras localidades do Brasil e que chegavam pela ferrovia. Ao longo desta rua, também se instalaram hotéis de classe, hospedarias populares, serviços de telégrafo, correios, sapatarias, alfaiates, residências em grandes sobrados, além do dinâmico comércio.

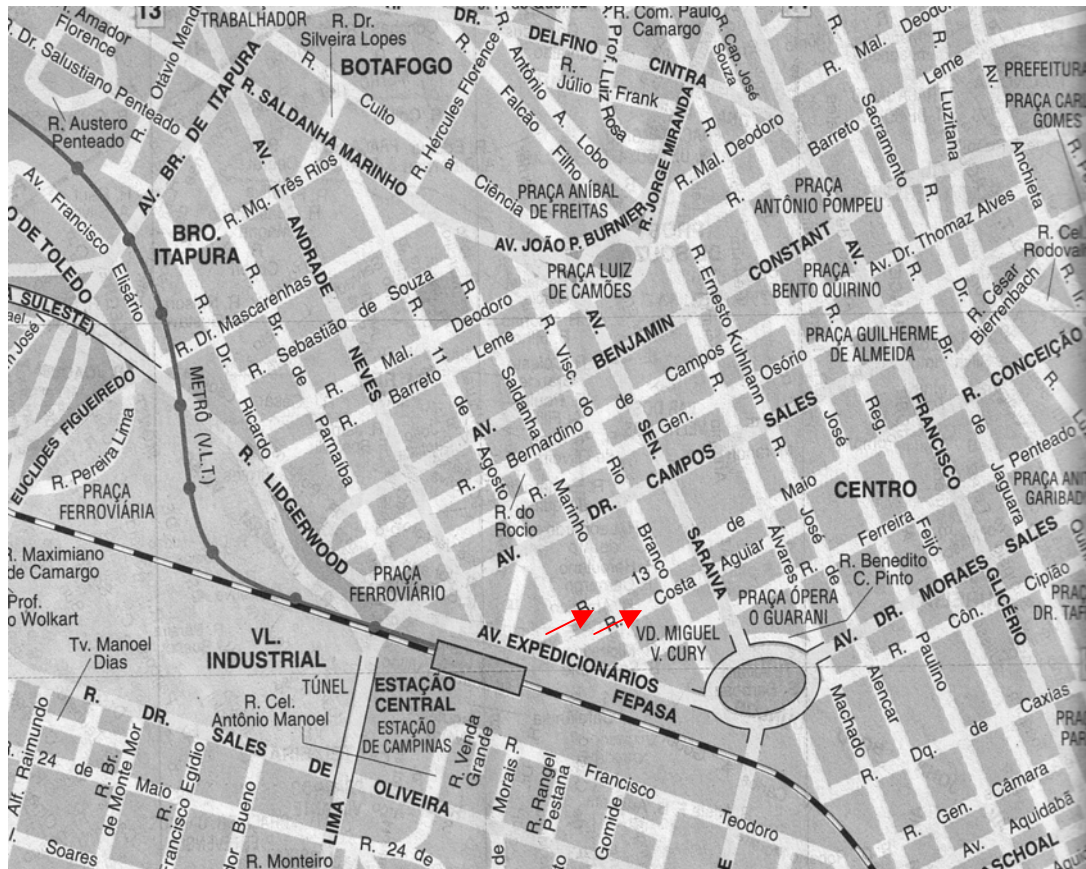
Até os anos 1970, esta rua não sofreu intervenções urbanas tão profundas quanto outras áreas do centro que fizeram parte do Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas de 1934-1962, elaborado por Prestes Maia.

Os anos 1970 certamente é um marco para o Centro de Campinas e para a Rua Treze de Maio que passa a ser o ponto de maior destaque na área central com a presença de grandes lojas de departamentos que elegeram a Treze de Maio, juntamente com a Rua Costa Aguiar, o local de encontro dos consumidores campineiros e por lá instalaram suas lojas ainda nos anos 1960 (Sears, Lojas Americanas, Casa Pernambucanas) e posteriormente nos anos 1970 (Muricy Magazine, C&A).

Após a demolição do Teatro São Carlos que ficava no quarteirão entre as ruas Treze de Maio e Costa Aguiar (entre as Ruas José de Alencar e José Paulino), formou-se um quadrilátero, que se conformou numa praça que ligava os principais pontos de comércio das duas ruas.

No Cartograma 3.1, podemos observar a área Central de Campinas. Destacam-se pelas setas as Ruas Treze de Maio e Costa Aguiar.

**Cartograma 3.1 – Área Central de Campinas**



*Cartograma: Listel Campinas (2005-2006). Publicar do Brasil. Escala 1:12.850*

Em 1975 a Rua Treze de Maio é reformulada por um plano urbanístico da Prefeitura de Campinas e se torna um “calçadão”, bloqueada para o trânsito de automóveis e própria para a circulação de pedestres, que juntamente com o quadrilátero formado com parte da Rua Costa Aguiar que também tornou-se calçadão e juntamente, estas ruas formaram o chamado “convívio” do Centro de Campinas.

A área do convívio resultou da reforma das ruas Treze de Maio e Costa Aguiar, recebendo calçada em toda a área, flores, bancos, iluminação, espelhos d’água, formando uma grande praça na qual as lojas, estabelecimentos de serviços e restaurantes davam suas portas diretamente para grande calçada. (ANSEMI, 1977).

A maior intervenção feita na Rua 13 de maio aconteceu em 1975, quando surgiu o Convívio. Foi o maior projeto de urbanização da área central depois do alargamento das Avenidas Francisco Glicério e Campos Salles executadas dentro do plano urbanístico

elaborado por Prestes Maia. O Convívio, projeto do paisagista Orivaldo Passadore, inspirado no calçadão de Curitiba, foi uma das intervenções mais ousadas acontecidas no Centro, avalia hoje Passadore. [...] Quando o Convívio começou a ser pensado, conta Passadore, a intenção foi a de criar no Centro, um local de lazer, com árvores e plantas, voltado ao bem-estar das pessoas. (COSTA, 05 de maio de 2002).

Consideramos esta fase como um tempo “áureo” da Rua Treze de Maio e do Centro de Campinas, em geral, o convívio atraía pessoas de todo o município e região para compras e lazer no Centro de Campinas, principalmente no convívio que possuía desde o comércio mais refinado das lojas de departamentos até o comércio mais popular.

A Foto 3.2 é uma composição de duas fotografias, à da esquerda retrata a Rua Treze de Maio no início dos anos 1970, quando ainda havia a linha de bonde. À da direita observa-se a Rua Treze de Maio, em dezembro de 1978, já reformulada para em Convívio, pode-se notar as luminárias e floreiras que compunham o calçadão.

**Foto 3.2 – Rua Treze de Maio, início da década de 1970 e 1978**



*Foto: Arquivo do Jornal Correio Popular. Publicada em (COREIO POPULAR, 05 de maio de 2002).*

Ainda, no centro nessa mesma época, tinha-se a loja de departamentos Mesbla, na Av. Campos Salles, e a presença do único supermercado de grande porte de Campinas, o Eldorado, na Av. Senador Saraiva, mais também a presença de dois Mercados Municipais no perímetro central, elementos indicativos de uma ocupação e preferência pelo centro da cidade para a implantação do comércio. Na Foto 3.3 temos o Supermercado Eldorado que localizava-se no Centro de Campinas, na Avenida Senador Saraiva, foi implantado em 1969 e perdurou até o final

dos anos 1980 quando foi totalmente destruído por um incêndio e a área deste supermercado permaneceu desocupada até 2007.

**Foto 3.3 – Supermercado Eldorado – 1980**



*Foto: Coleção V8 – Centro de Memória da Unicamp*

Além disto, o Centro de Campinas, era o lugar onde estavam o lazer e a diversão. Havia diversas praças e parques para as crianças brincarem, a maioria dos bons restaurantes e bares estavam por lá, os hotéis também eram no centro e todos os cinemas de Campinas estavam no centro, o Cine Jequitibá (na Avenida Anchieta com Rua General Osório), o Cine Ouro Verde (na Rua General Osório), o Cine Windsor (na Rua General Osório com Regente Feijó), o Cine Regente (na Rua Regente Feijó), o Cine Brasília (na Rua Regente Feijó) e o cine Carlos Gomes (na Avenida Campos Salles com R. Álvares Machado).

Desta forma, o Centro de Campinas desenvolveu-se durante os anos 1970 sem muito planejamento ou discussões e com muita valorização imobiliária da área central. Mas, ainda, no final desta década, temos a presença de novos fatores que irão influenciar na forma e na função do centro, a partir de então, são as grandes formas do comércio ou do setor terciário, que são os *shopping centers*, hipermercados e mega-lojas (ou *mega-stores*) que irão, a partir deste momento,

se implantarem em Campinas com uma estratégia de localização diferenciada do então consagrado centro da cidade.

### *3.2.2 – A implantação de novas formas do comércio a partir dos anos 1980 e suas influências nas transformações do Centro de Campinas.*

Acreditamos que para contextualizar o Centro de Campinas a partir dos anos 1980, temos que levar em consideração a presença das grandes formas do comércio que foram implantadas fora da área central e influenciaram na valorização imobiliária de áreas diferentes do centro e que darão um novo rumo ao desenvolvimento do centro e na implantação do comércio nele, pois até então, o centro em Campinas era o lugar mais valorizado por estes tipos de empreendimentos para a sua implantação e a partir deste momento outros lugares passam a serem também valorizados para o estabelecimento de comércio e por seus freqüentadores.

As primeiras grandes formas do terciário introduzidas no espaço urbano brasileiro foram os supermercados<sup>9</sup>, na década de 1950 na cidade de São Paulo, que, posteriormente, vieram a tornar-se hipermercado<sup>10</sup> nos anos 1970, a partir da centralização do capital em grandes grupos empresariais no comércio, e, um marco deste fenômeno no Brasil é a entrada no setor do grupo francês Carrefour, que acarretou em novos padrões de organização, administração, tamanho de loja e distribuição espacial demonstrando um faturamento muito acima da média fazendo com que os demais grupos adotassem os mesmos procedimentos a fim de permitir a concorrência. (FRÚGOLI, 1995).

Segundo Carlos Henrique Silva, o hipermercado é uma invenção francesa que introduziu não somente a grande dimensão do estabelecimento comercial, mas que ampliou a gama de produtos usuais oferecidos pelo supermercado como alimentos, produtos de higiene, limpeza, bazar, utensílios para eletrodomésticos, áudio/ vídeo, livraria, eletrônicos, decoração etc., como também, trouxe uma diferença marcante na localização, pois por possuírem uma área de venda maior, necessitam de grandes espaços para a implantação e construção de estacionamento e,

---

<sup>9</sup> “Supermercados são superfícies comerciais que concentram territorialmente e financeiramente o capital, possibilitando às pessoas encontrarem num mesmo local, um grande conjunto de mercadorias disponíveis para seu abastecimento, não sendo necessário ir à vários pontos da cidade para a compra de produtos.” (PINTAUDI, S. M. Os supermercados na Grande São Paulo: Contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles. São Paulo: USP, 1981 – Dissertação de Mestrado- FFLCH) *apud* (SILVA, C 2003, p. 92).

<sup>10</sup> “Hipermercados são os estabelecimentos de auto-serviço com diversificação de produtos tanto de base alimentar como não alimentar em uma superfície maior que 2500m<sup>2</sup> podendo alcançar até 15000m<sup>2</sup> de área de venda”. (PELLEGRINI, L. Il commercio in Itália. Bologna: Ilmulino, 2000) *apud* (SILVA, 2003, p.92).

portanto, saíram das áreas centrais e bairros, onde normalmente os supermercados se instalavam, para se localizarem nos grandes eixos viários metropolitanos. (SILVA, 2003).

O Carrefour foi o primeiro hipermercado do mundo. Sua primeira loja foi aberta em 1960 como um supermercado em Paris e já em 1963, inaugurava o primeiro hipermercado na periferia parisiense, com 2500m<sup>2</sup> de área e 400 vagas de estacionamento. Em 1969 a rede francesa inaugura sua primeira loja fora do país, o local escolhido foi a vizinha Bélgica, e durante os anos seguintes começa uma trajetória de dezenas de inaugurações pela Europa. Em 1975 o Carrefour inaugura sua primeira loja fora da Europa e decide-se pelo Brasil por ser nos anos 1970 um mercado consumidor potencial e de baixa concorrência. (SILVA, 2003).

Os interesses dos grandes aglomerados do terciário em se instalarem em mercados latino-americanos envolvem o elevado grau de urbanização, a presença de uma infra-estrutura favorável para a implantação, uma cultura popular marcada por propostas imediatistas consumistas e modernizantes, que vêem a chegada de cada novo empreendimento de porte grande como símbolo de progresso (CORAGGIO e CESAR, 2000).

A primeira loja brasileira do grupo Carrefour foi inaugurada na cidade de São Paulo na Marginal Pinheiros, no mesmo ano inauguram a segunda loja na Marginal Tietê e em 1978, o Carrefour saiu da capital do estado e inaugurou sua terceira loja no Brasil em Campinas, localizada na Rodovia D.Pedro I. ([www.carrefour.com.br](http://www.carrefour.com.br)).

Observa-se que a principal estratégia de um hipermercado como o Carrefour é de ampliar seu mercado consumidor não atendendo apenas as áreas próximas de onde está instalado, mas também um mercado regional por meio de sua localização facilitadora do acesso por automóvel.

Outra grande forma do terciário moderno, acima mencionada, é o *shopping-center*, definido como “um empreendimento imobiliário e comercial que ‘permite’ a reunião em um ou mais prédios contíguos das mais variadas lojas de venda a varejo, diferentes uma das outras não só pelos tipos de mercadorias que comercializam (ainda que a presença de várias lojas do mesmo ramo possibilite a compra por comparação), como também pela sua natureza (lojas de departamentos, supermercados, ‘boutiques’, serviços etc.” (PINTAUDI, 1997).

Entendemos, assim como Frúgoli que o *shopping-center* é mais que uma grande forma do terciário é também uma combinação de capital imobiliário, já que as lojas não são vendidas e sim alugadas, meio que permite o retorno prolongado do investimento. (FRÚGOLI, 1995).

O primeiro *shopping-center* instalado no Brasil foi o Iguatemi, em 1966, na cidade de São Paulo, em plena zona sul, em meio aos bairros onde se concentra a classe de alta renda paulistana, sendo também uma das maiores concentrações de renda per capita do país. Foi na década de 1970 quando este tipo de empreendimento se difundiu no país, havendo sua implantação em diversas capitais como Belo Horizonte, Curitiba, Distrito Federal e Salvador e, posteriormente, nos anos 1980 chega ao Rio de Janeiro.

Em Campinas, o primeiro shopping a ser implantado foi, como em São Paulo, o Iguatemi, inaugurado em 1980, sendo o primeiro *shopping-center* localizado numa cidade do interior no país. (PINTAUDI, 1992 in PINTAUDI e FRÚGOLI, 1992).

Entendemos que a implantação desse tipo de empreendimento, como os *shopping-centers* ou os hipermercados acabam sendo favorecidos devido a diversos fatores, tais como: a o surgimento de sub-centros que levam à uma desconcentração urbana, o caráter de consumo da sociedade atual, o *marketing* acirrado empregado por estas empresas, o aumento da violência urbana que afeta o comércio de rua, disseminando-se, assim, a idéia de que estes tipos de empreendimentos constituem em formas modernas, práticas e seguras. Outro aspecto é o caráter de atração proporcionada por meio de uma arquitetura típica do *shopping*, que favorece o consumo deste lugar que, para muitos, é aparentemente um lugar sem problemas sociais.

Muitos dos primeiros *shoppings* do país têm sua origem no capital nacional, por meio de construtoras ou grandes corporações brasileiras, sendo que a origem do financiamento destes primeiros estabelecimentos é proveniente de bancos públicos. Só recentemente, nos anos 1990, é que intensifica a entrada de empresas e capital estrangeiro na implantação de *shoppings* no Brasil.

Villaça diz que os *shopping-centers* são os sucessores das lojas de departamentos, por se basearem em uma economia de aglomeração e em uma variedade de produtos, com a intenção de diminuir os deslocamentos do consumidor, ao fazer com que este vá a um mesmo lugar para todas as suas compras, e que por sua vez, constitui em uma vantagem para os lojistas. Este tipo de variedade (chamado de *mix* pelos *shoppings*) nos centros tradicionais é definido pelo mercado, enquanto que nos *shopping-centers* é resultado de pesquisas e imposições do promotor do empreendimento (capital imobiliário e financeiro) e pelos comerciantes (capital mercantil). (VILLAÇA, 2001).

Nos subcentros tradicionais, o comerciante é quem toma várias decisões importantes a respeito de seu empreendimento, a começar pela localização do estabelecimento. No shopping, é o promotor imobiliário quem define não só a localização, mas uma série de normas aos comerciantes, como horário de funcionamento, aspectos de comunicação

visual, normas de segurança etc. Ao controlar e impor o mix, também há um domínio do capital imobiliário sobre o mercantil. O shopping representa, pois a penetração do capital imobiliário na esfera do capital mercantil e a sujeição do comércio varejista e dos serviços ao capital imobiliário e – através deste – ao financeiro. (VILLAÇA, 2001, p.303).

Além destes aspectos internos dos *shoppings*, temos também os aspectos externos e os impactos que causam nas localidades onde se implantam não somente espacialmente, como socialmente. De acordo com Frúgoli, estas estruturas modernas não suprimem toda a rede de comércio mais tradicional e de menor porte (padarias, açougues, feiras, botequins etc.), mas obriga parte delas a se modernizarem, seja quanto à organização interna, ou ao conjunto de produtos vendidos, ao tipo de arquitetura e formas de apelo, para manter algum potencial de competitividade. Nessa lógica, várias farmácias tornam-se *drugstores*<sup>11</sup>, padarias passam a anexar um mini-mercado, postos de gasolina incorporam “lojas de conveniência” etc. (FRÚGOLI, 1995).

Coraggio e César afirmam que estas grandes formas do terciário podem anular a competição dos comércios tradicionais e que, uma vez instalados no mesmo mercado várias formas de grande porte, podem dominar a competição política entre eles, fazendo com que os pequenos comerciantes sofram com as consequências dessa competição entre desiguais. (CORAGGIO e CÉSAR, 2000).

Carlos Henrique Silva destaca que uma das consequências das grandes formas do terciário é a de ameaçar a vitalidade do centro das cidades e que em alguns países, como a Itália, até meados da década de 1990, possuíam leis que protegiam o pequeno comerciante local, de forma que restringiam a implantação de *shopping-centers* ou hipermercados em cidades pequenas e médias. Porém, recentemente, estas leis já foram modificadas devido às pressões de mercado e as mudanças relacionadas à postura dos consumidores. (SILVA, 2003).

Podemos encontrar outras medidas de proteção aos pequenos comerciantes locais, como as adotadas em Paris, pelo Prefeito Delanoë, que proíbe a implantação de grandes formas de comércio nas áreas centrais, para que os pequenos comerciantes não fechem as portas e para que a cidade não se torne cheia de ruas especializadas em determinados produtos (como já acontece

---

<sup>11</sup> *Drugstore* é um tipo de farmácia que agrega outras espécies de produtos não somente farmacêuticos como os estabelecimentos comerciais deste tipo, funcionam como uma pequena loja de conveniência, com uma grande variedade de cosméticos, produtos de higiene pessoal e até mesmo alguns alimentos, eles também possuem uma configuração típica de supermercado, com prateleiras de auto-atendimento do consumidor e diversos caixas para pagamento e muitos têm um horário de funcionamento estendido podendo chegar a ser 24 horas, diferente das farmácias convencionais.

em alguns locais de Paris), visando diminuir a circulação de veículos. A prefeitura acredita que a presença de pequenos comércios nos bairros e no centro, como padarias, açougues etc. podem contribuir na diminuição de carros circulando nas ruas e no controle da poluição. (VARELA, 01/08/2004).

Villaça defende que o declínio dos centros das cidades, já havia começado antes mesmo da implantação dos *shoppings*, por meio de uma pulverização do comércio para os subcentros, mas que estas grandes formas do setor terciário contribuíram para o esvaziamento dos centros principais das grandes cidades brasileiras. (VILLAÇA, 2001).

Outro ponto levantado por Flávio Villaça é do impacto imediato que as grandes formas do terciário causa no lugar onde se implantam. Já que um subcentro tradicional pode levar até décadas para se constituir, para transformar a organização do lugar e é absorvido lentamente no cotidiano das pessoas, enquanto os *shoppings-centers* ou os hipermercados, causam um impacto imediato, transformando a organização do espaço e o cotidiano de forma brusca, provocando uma mudança drástica no espaço urbano das cidades em um curto espaço de tempo.

Para Silvana Pintaudi, a implantação dos shoppings e hipermercados provoca uma valorização do espaço na sua vizinhança, da mesma forma que ocorrem com os subcentros. Mesmo se o shopping ou o hipermercado estiverem instalados numa área distante da cidade e a margem de rodovias em terrenos antes pouco valorizados, haverá uma revalorização do lugar, causando o interesse imobiliário para outros empreendimentos comerciais, ou de serviços, podendo ser até mesmo residencial, dependendo das características específicas de cada lugar. Isto mostra o caráter centralizador e a capacidade de transformar o espaço urbano dos shoppings e hipermercados. (PINATUDI, 1992).

Esta mesma autora cita o exemplo do primeiro shopping do Brasil, o Iguatemi em São Paulo. O lugar onde foi instalado, a Rua Iguatemi (hoje Avenida Brigadeiro Faria Lima), não é fora da cidade, ou à margem de alguma rodovia, mas era um local com poucos comércios e muitas residências. Depois da implantação do shopping ocorreram desapropriações para permitir a circulação de um maior número de veículos e a construção da avenida no lugar da rua. Aos poucos, as moradias foram sendo substituídas por bancos, escritórios, serviços e outros comércios, restando poucas construções antigas, sendo que as ruas próximas ao *shopping* passaram a ser alvo da especulação imobiliária e seus terrenos e imóveis tiveram seu valor aumentado. (PINTAUDI, 1992).

A terceira grande forma do terciário que encontramos são as mega-lojas ou *mega-stores*, que são empreendimentos que têm como característica uma grande área de comercialização, com uma estratégia de localização semelhante a dos *shoppings* e hipermercados, ou seja, nas rodovias ou vias no entorno das grandes cidades.

Uma característica marcante das mega-lojas é sua segmentação de produtos. Encontramos estas formas de comércio sempre especializadas, como por exemplo, em material esportivo, onde se encontram reunidos produtos para todos os tipos de práticas esportivas, espaços para a prática de esportes dentro da loja, como mini-campo de futebol, demonstrações dos produtos, espaço para realização de eventos etc. Um outro exemplo de mega-lojas que é bastante difundida são as de material de construção e bricolagem, que também se constituem numa concentração dos mais diversos tipos de materiais para construção, decoração. Algumas possuem até mesmo alguns tipos de móveis, artigos para jardins, piscinas e têm uma gama de serviços diversos como nas lojas esportivas, também encontramos estas mega-lojas no ramo de móveis, com diversos tipos e preços e as mega-lojas de livros e cds, dentre outras.

### 3.2.3 – O Centro nos Anos 1980.

Tendo em vista estes fatores e tomando conhecimento das características de Campinas, podemos então dizer que dois elementos influenciaram na estruturação e na função do centro tradicional a partir do final dos anos 1970: o primeiro é a grande valorização imobiliária e esgotamento de áreas livres no centro para novos empreendimentos; e o segundo é a chegada destes novos agentes, tais como *shoppings*, hipermercados e mega-lojas que tinham uma estratégia locacional diferenciada e necessitavam de grandes áreas para sua implantação, que não havia disponíveis na área central.

A partir dos anos 1980 encontramos vários artigos nos jornais locais dando ênfase a necessidade de se elaborar um projeto para o centro, principalmente para organizar o crescimento desta área. É uma preocupação que enfatiza o discurso de “disciplinar o centro” porque esse cresceu além do esperado.

[...] Ontem representantes de setores da cidade estiveram reunidos com o secretário de Planejamento, Eduardo Homem de Mello, chegando todos à conclusão de que há a necessidade urgente de se estabelecer normas de ordenamento para as futuras construções no Centro, bem como a delimitação dessa área Central. (CORREIO POPULAR, 06/04/ 1982).

Neste momento foi constatado pelo poder público a necessidade de se “controlar” o crescimento do centro e também do centro expandido, por meio de um projeto de ordenamento e de um novo zoneamento para estas áreas e foi amplamente incentivado o desenvolvimento de comércio, de formação de sub-centros em outras áreas do município periféricas.

Em um artigo do Jornal Correio Popular de 1986, encontramos mencionado que para “desafogar” a área central e o Cambuí<sup>12</sup> cujos índices de ocupação apresentavam-se elevados, a Prefeitura Municipal pretendia promover a expansão para áreas periféricas por meio de um novo plano de zoneamento que, conseqüentemente, teria uma abrangência melhor do que apenas as antigas tentativas de melhoramento das áreas “velhas” da cidade, ou os bairros mais antigos que não tinham uma presença expressiva do comércio. (CORREIO POPULAR, 17/08/1986).

O mesmo artigo ainda destaca que o novo zoneamento também tem por objetivo deslocar a área de crescimento vertical para os bairros próximos ao centro favorecendo a implantação de uma melhor infra-estrutura nesses e restringindo os níveis de ocupação da área central. A Secretaria Municipal de Planejamento, conforme destacado no artigo, também teria justificado que esta seria uma forma de renovação de alguns bairros centrais antigos, tentando acabar com os cortiços, já que ocupavam prédios antigos das áreas centrais e como incentivo, essas áreas teriam aumentado o valor imobiliário desses terrenos, sendo comprados e demolidos os prédios, provocando a “renovação” destes bairros, como Vila Industrial e Bonfim.

Ainda neste mesmo artigo, tal posição da Secretaria de Planejamento com relação aos bairros centrais é criticada, como uma forma de desrespeito aos prédios históricos.

Em outro artigo do jornal O Estado de S. Paulo destacamos o seguinte parágrafo:

Para reverter esse modelo de crescimento horizontal, o projeto de zoneamento adota algumas estratégias, como a transformação de áreas classificadas como “residencial singular” em áreas de construções coletivas. As áreas em que será permitida a construção de edifícios, caso o projeto seja aprovado, compreendem alguns dos bairros mais tradicionais de Campinas, como Cambuí, Proença, Ponte Preta, Vila Marieta, São Bernardo e Vila Industrial. Outra alteração que o projeto introduz é a criação de “áreas mistas”, com permissão para o comércio de pequeno e médio portes e edificações habitacionais unifamiliares (uma moradia por lote) ou multifamiliares (várias residências no mesmo lote) em bairros como Taquaral, Guanabara, Botafogo, São Bernardo e Swift. “São regiões dotadas de infra-estrutura e em condições de suportar um aumento da população sem queda do padrão de vida”, destacou Magalhães Teixeira [então, Prefeito de Campinas]. (O Estado de S. Paulo, 01/10/1987).

---

<sup>12</sup> Bairro de Campinas situado no centro expandido, cuja data de origem é concomitante ao Centro Tradicional que predomina habitações para classe média alta e alta. Presença de um comércio sofisticado direcionado aos seus habitantes.

Por este projeto de zoneamento, que foi aprovado posteriormente, constata-se a opção adotada em se desenvolver outras áreas e promover a contenção do crescimento do centro, que do ponto de vista da Prefeitura, necessitava ser reduzido, pois não teria como o centro “crescer” verticalmente porque este estava no seu limite, com uma alta população e com um custo elevado, pois havia um esgotamento dos terrenos desocupados e também uma hiper valorização imobiliária da área central.

O Estado de S. Paulo, no mesmo artigo, destaca que a Prefeitura de Campinas tem como providências para conter a expansão da área central promover a redução dos índices construtivos, ou seja, a diminuição do número de vezes em que é permitido edificar em relação ao tamanho do lote, resultando em prédios mais baixos do que os atuais.

Esta opção feita na década de 1980 irá resultar no pouco índice de verticalização atual do Centro da Cidade.

Um fator que também ajudou na transformação do Centro de Campinas durante a década de 1980 foi a implantação dos quatro terminais de ônibus municipais ao longo do centro, durante a primeira administração do Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira<sup>13</sup>. Para isto, essas áreas deixaram de ter outras funções para a população, para darem lugar a um terminal de ônibus, como foi o caso da Praça Lago dos Cisnes que ficava dentro do entorno do anel viário Miguel Vicente Cury, que foi construído na segunda fase do Plano Prestes Maia em 1962, que em 1985, deu lugar ao terminal de ônibus Miguel Vicente Cury ou Terminal Central que fica dentro da praça que recebeu o novo nome de Praça Ópera “O Guarani”.

Na Foto 3.4 e na Imagem de Satélite 3.1 podemos observar a mesma Praça em dois momentos distintos, o primeiro quando tinha a função de área de lazer e depois com a função de Terminal de ônibus.

---

<sup>13</sup> Segundo a EMDEC (Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas) em [www.emdec.com.br](http://www.emdec.com.br) acessado em 15 de junho de 2007.

**Foto 3.4 – Praça Lago dos Cisnes início nos anos 1970**



*Foto: Antigo Cartão Postal de Campinas – Centro de Memória da Unicamp*

**Imagem de Satélite 3.1 – Local onde era a Praça Lago dos Cisnes, hoje o Terminal Central**



*Imagem Google Earth 05 de julho de 2007*

Podemos observar nas imagens acima a diferença de um lugar anteriormente utilizado para lazer e atualmente utilizado como terminal de transporte coletivo. Também nota-se na imagem de satélite os telhados na cor branca que circundam a área do terminal, que são os tetos das barracas dos “camelôs” em Campinas.

Na Foto 3.5 temos um dos portões de entrada do Terminal Central que fica trancado durante o período da noite em que não circulam os ônibus. Também vemos uma caixa de tomates encostada no portão que pertence a um “vendedor” ambulante que trabalha na região.

**Foto 3.5 – Aspecto do Terminal Central**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

Nas Fotos 3.6 e 3.7 podemos observar o aspecto da área do Terminal Central, que passou a concentrar um grande número de pessoas que circulam por sua área todos os dias, sendo um dos principais pontos de conexão do transporte público municipal. Também notamos a presença maciça dos “camelôs” e vendedores “ambulantes” na área.

**Foto 3.6 – Aspecto do Terminal Central e área de “camelôs”**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

**Foto 3.7 – Aspecto do Terminal Central**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

Dois dos quatro terminais de ônibus no centro foram para a área do Mercado Municipal, que é um prédio histórico inaugurado em 1908 e que acomodava em seu entorno uma estação de bondes até os anos 1960.

Nas Fotos 3.8 e 3.9 podemos observar o Mercado Municipal num momento próximo a data de sua construção com a estação de bondes em seu entorno e depois em 2007 com sua área de entorno totalmente transformada com a presença dos terminais de ônibus e barracas de “camelôs”.

**Foto 3.8 – Mercado Municipal e Estação de Bondes Carlos Botelho (entre 1908 e 1925)**



*Foto: Coleção V8 – Centro de Memória da Unicamp.*

**Foto 3.9 – Mercado Municipal de Campinas – junho de 2007**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

Na Foto 3.10 temos o Terminal Mercado I que está situado em frente o Mercado Municipal e que era um lugar que abrigava uma praça antes da implantação do terminal de ônibus.

**Foto 3.10 – Terminal Mercado I**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

Na Foto 3.11 temos a área de estacionamento do Mercado Municipal e o Terminal Mercado II que fica ao lado do Mercado.

**Foto 3.11 – Terminal Mercado II**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

Na Foto 3.12 temos o Terminal Central II situado na Avenida Moraes Salles, próximo ao Terminal Central.

**Foto 3.12 – Terminal II**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

Antes da criação destes terminais, os ônibus urbanos tinham diversos pontos de parada no Centro de Campinas e geralmente saiam de um bairro de origem e iam para outro bairro destino atravessando o centro. Depois da instalação dos terminais, o transporte de Campinas passou por uma reformulação e os terminais passaram ser um ponto de conexão do centro com os bairros.

Podemos dizer que nessas áreas foi intensificada a degradação dos imóveis, promovida por uma desvalorização imobiliária da área e pela presença constante de vendedores ambulantes e camelôs devido a grande circulação de pessoas após a implantação dos terminais.

No final desta década, na primeira administração Magalhães Teixeira é iniciada a construção de dois túneis para integrar a região central à Vila Industrial e São Bernardo, mas esta obra não foi terminada naquela administração. Posteriormente, na gestão seguinte foi terminado o Túnel 1 e até 2007 não estava terminada a obra do Túnel 2.

Outra mudança que reestrutura o centro no final dos anos 1980 é a reforma do Convívio que sobreviveu até 1987. O Corpo de Bombeiros constatou o aumento na circulação de pessoas no Convívio e considerou que a estrutura que se apresentava nele dificultaria o socorro no caso de incêndio e indicou que fossem realizadas mudanças para que facilitasse o trabalho dos bombeiros, bem como o acesso do local por caminhão. Esse fato levou o Prefeito de Campinas

José Roberto Magalhães Teixeira a modificar o Convívio, portanto foram removidos todos os “obstáculos” tais como bancos, floreiras, árvores, chafariz, as mesas, a iluminação foi alterada e o piso trocado.

O Centro de Campinas, então, adentra nos anos 1990 já bastante transformado.

### **3.3 Anos 1990, pensar sobre o Centro.**

O Centro de Campinas chega aos anos 1990 com a administração da prefeitura de Jacó Bittar, que pelos documentos estudados, não teve uma gestão com ênfase nas questões do centro tradicional. As vezes que tal tema entrou em discussão foi devido a preocupações do vice-prefeito Antônio da Costa Santos (Toninho), que chegou até mesmo a denunciar a própria Prefeitura durante a gestão por negligenciar leis orgânicas municipais.

Em 1991, depois de aprovada uma polêmica lei de zoneamento, em discussão desde os anos 1980, que proibia a construção de edifícios com mais de seis andares no perímetro que foi considerado Centro Histórico, a Prefeitura foi denunciada pelo próprio vice-prefeito, o arquiteto e urbanista, Toninho, depois eleito Prefeito em 2000 e assassinado em 2001, de autorizar uma construtora a erguer um edifício de 28 andares na Rua Conceição, que se inicia no final da Rua Treze de Maio em frente a Catedral Metropolitana (FOLHA DE S. PAULO, 25/09/1991).

Para isto foi derrubado o prédio do antigo Cinema Ouro Verde que por muitos era considerado um patrimônio do Centro de Campinas, mas que não foi respeitado pela ação da construtora e do poder público que alterou sua própria lei (CORREIO POPULAR, 24/09/1991). A área de entorno da Catedral Metropolitana, que é tombada pela CONDEPACC (Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas) é considerada histórica e são proibidos prédios em sua proximidade que sejam maiores que seis andares pela possibilidade de impedirem a visão do patrimônio tombado.

Após a denúncia, a construção foi embargada, mas a empresa responsável entrou com recurso e um mês depois o CONDEPACC modificou o decreto que estabelecia o limite de altura.

Um mês depois do recurso ter sido apresentado, o Condepacc alterou o decreto que estabelecia limites da altura para as construções na área de influência de bens tombados. O novo decreto foi assinado pelo Prefeito Jacó Bittar em 6 de maio. Foi mantida a redação do anterior e incluído apenas um artigo, que dá ao Condepacc o direito de autorizar a construção de prédios acima do limite de altura definido, condicionando esta licença a três requisitos: que os novos prédios não comprometam a visibilidade do bem tombado; que atendam às finalidades sociais, além daquelas de interesse dos seus

proprietários; e que contribuam para o aperfeiçoamento da qualidade arquitetônica e paisagem urbana. Assim o projeto do centro empresarial Encol foi aprovado (CORREIO POPULAR, 24/09/1991).

Na Foto 3.13 observamos o centro em frente ao Supermercado Municipal Campineiro na Rua Barão de Jaguará e ao fundo temos o Centro Empresarial Encol, localizado na Rua Conceição, sendo um edifício de 28 andares que pode ser visto em grande parte do centro, destoando das demais construções pela sua altura.

**Foto 3.13 – Supermercado Municipal Campineiro (R. Barão de Jaguará) e Centro Empresarial Encol**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

Na Foto 3.14 temos a Catedral Metropolitana de Campinas e podemos observar seu entorno a presença de prédios com mais de seis andares, porém construídos antes da lei de zoneamento. Esta área foi intensamente transformada durante o Plano Prestes Maia, no qual foi incentivada a construção de prédios altos nas consideradas avenidas largas, para a modernização da cidade, como é o caso da Francisco Glicério que a avenida em frente a Catedral.

**Foto 3.14 – Catedral Metropolitana de Campinas**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

Na Foto 3.15, temos um ângulo de visão da Catedral a partir da Rua Conceição, que também foi uma rua alargada durante o Plano Prestes Maia, mas que para os padrões atuais não possui uma grande largura. Esta é a rua onde está localizado o Centro Empresarial Encol. Podemos observar que os prédios altos atrapalham a visão da praça e da Catedral Metropolitana.

**Foto 3.15 – Rua Conceição – Área de entorno da Catedral Metropolitana**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

Em complemento às informações sobre as mudanças que influenciaram nas transformações do Centro de Campinas, em 1990 foi inaugurado um meio de transporte coletivo alternativo ao ônibus o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), uma espécie de metrô de superfície, que fazia a ligação do Centro de Campinas com os bairros da região oeste, tendo duas estações na região do centro, uma na Estação Ferroviária e outra próxima a Rodoviária, porém este sistema de transporte não atingiu sua inserção plena no sistema com apenas 6.000 passageiros por dia, não cobrindo seus custos operacionais, sendo desativado em 1995, Campinas continuou contando apenas com a opção do ônibus como a única forma de transporte coletivo e apontou para o forte crescimento da frota de veículos, que promoveu o adensamento do trânsito e o congestionamento em vários pontos da cidade. ([http://www.campinas.sp.gov.br/seplan/projetos/planodiretor2006/doc/tr\\_tracar.pdf](http://www.campinas.sp.gov.br/seplan/projetos/planodiretor2006/doc/tr_tracar.pdf)).

Em 1993 José Roberto Magalhães Teixeira assumiu novamente a Prefeitura de Campinas pela segunda vez e se comprometeu com um projeto de melhorias para o centro. Para isto promoveu discussões acerca do tema e especialistas em urbanismo estiveram em Campinas a convite da prefeitura municipal para participarem da discussão. Dentre eles, Jordi Borja, urbanista responsável pela conhecida reformulação da cidade de Barcelona na Espanha, para os jogos Olímpicos de 1992, que em sua visita à Campinas, a convite da Secretaria Municipal de Planejamento que estava promovendo uma sondagem sobre o centro, caminhou pelas ruas centrais e disse:

O centro de Campinas é feio, não tem equilíbrio, as construções não seguem nenhum padrão de altura, as fachadas são poluídas, o entorno das praças centrais congestionam a visão do pouco verde existente e, além disso, as ruas estreitas, com prédios muito altos, sufocam e dão um ar de degradação (COSTA, 14 de maio de 1993).

Borja enfatizou a “desordem” nas edificações, que causam desequilíbrio e impede a identificação das fachadas dos prédios e destacou que especialmente o centro da cidade, que é o espaço que reforça o sentimento de pertencimento e de cidadania, tem que ter perspectivas mais bonitas. Observou também que uma cidade que pretende ter prédios altos, precisa de ruas mais largas. Além disso Borja disse que uma vez a situação já instalada fica difícil organizar o centro e uma intervenção teria de ser profunda e com custo muito alto, pois teria que fazer desapropriação. Mas sugeriu se fazer uma intervenção “aos poucos”, na qual transformaria ruas mais estreitas em calçadas e ir demolindo prédios mais baixos aos poucos para aumentar o recuo das ruas.

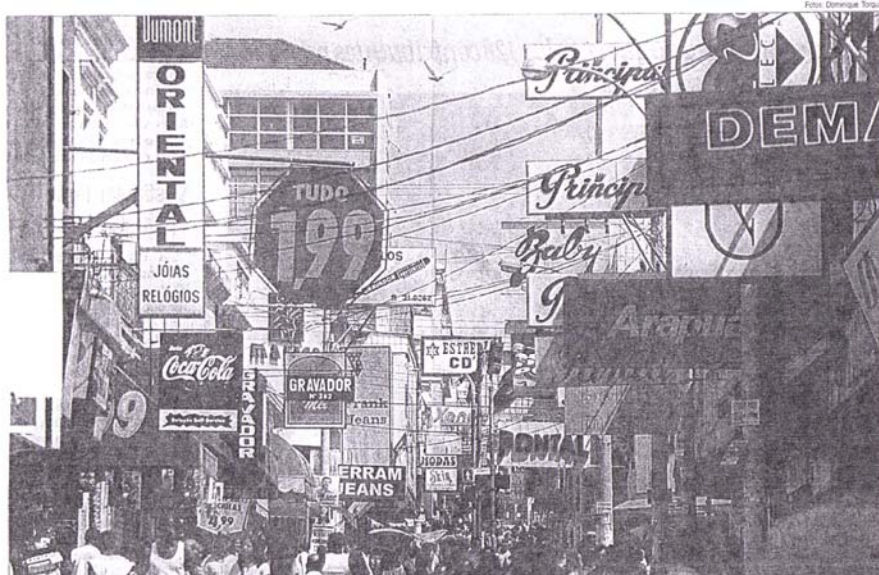
O urbanista também sugeriu uma política urbana com relação às fachadas dos prédios do centro, com incentivos fiscais para as empresas que reformulassem e fizessem a manutenção de suas fachadas.

Este polêmico urbanista afirmou que o Centro de Campinas não segue nenhum padrão para a altura de construções que por muitas vezes são demasiadamente altas para os padrões de largura das ruas e que acabam obstruindo a visão de praças e edifícios históricos, opinião com a qual concordamos, e demonstramos por meio de algumas das fotos presentes neste estudo. Também concordamos que é necessária uma intervenção profunda no centro, mas que terá um custo muito alto, frente a quantidade de obras que seriam necessárias para reformular o centro.

Na Foto 3.16 temos o aspecto do calçamento da Rua Treze de Maio e das fachadas das lojas em 1998. A rua possuía um aspecto poluído pelas placas das lojas e fios que atravessavam a rua e

as fachadas das construções eram tomadas por painéis que “escondiam” os prédios, deixando a rua com um aspecto de desorganização e degradação.

**Foto 3.16 – Aspecto das fachadas das lojas da Rua treze de Maio 1998**



*Foto: Dominique Torquato (Jornal Diário do Povo, 27 de agosto de 1998).*

O segundo mandato de Magalhães Teixeira ficou marcado pelo início de diversas discussões a respeito do futuro do Centro de Campinas. Planos foram sugeridos por especialistas, pelas associações da categoria comercial e pela prefeitura.

Em 1993 é anunciado pela prefeitura municipal um “megaprojeto” para mudar o centro. Muitas notícias sobre o assunto saíram nos jornais da época, mesmo sendo apenas uma intenção e não uma apresentação de um plano<sup>14</sup>.

Dentre as principais mudanças relatadas pela prefeitura estavam a mudança do Largo do Rosário, que teria suas marquises derrubadas e teria uma parte da praça coberta para a realização de eventos públicos. Em seu subsolo seria criado um estacionamento e este largo seria unido com a Praça Guilherme de Almeida (praça do Fórum Municipal) por meio de um calçadão que fecharia a Avenida Francisco Glicério na altura da Rua General Osório até a Rua Conceição, isto faria a união deste novo calçadão com o da Treze de Maio/Costa Aguiar, portanto, não haveria

<sup>14</sup> Por muitas vezes encontramos nos jornais a palavra “plano” e a palavra “projeto”, ambas utilizadas para falar de um mesmo objeto. Porém, cabe-nos distinguir o uso destas palavras, pois o plano urbanístico é uma intervenção profunda, com fases, resultados à longo prazo e na maioria das vezes é em grande escala, enquanto que o projeto urbanístico é uma intervenção de menor intensidade e numa escala menor. Optamos em adotar o nome que fora utilizado pela imprensa e Prefeitura da época..

mais a circulação de carros no núcleo central e o trânsito intenso da Avenida Francisco Glicério seria atenuado por meio de um túnel que atravessaria o subsolo do Centro de Campinas. Ainda anunciaram que os técnicos não sabiam quanto custaria esta obra, mas que seriam promovidas parcerias com a iniciativa privada para a realização da obra. (NUNES, 19/11/1993).

Em 1994 é o ponto onde se intensificam os questionamentos sobre o Centro de Campinas e mais propostas vão se incorporando ao projeto da Prefeitura Municipal. Em abril de 1994 sai uma matéria nos jornais com o anúncio da Prefeitura de que uma praças de 20 mil metros quadrados, com uma grande torre comercial seriam erguidas no Centro de Campinas, no quadrilátero entre as Avenida Moraes Salles, Francisco Glicério e Ruas Ferreira Penteado e José Paulino. (CORREIO POPULAR, 09/04/1994).

Para este projeto do Arquiteto Fábio Penteado, seria necessário a derrubada de todas as construções destas quadras (incluindo os Prédios dos Correios, Corpo de Bombeiros e o Terminal de ônibus Moraes Salles) exceto o Palácio dos Azulejos.

O Palácio dos Azulejos é tombado pelo patrimônio histórico, desde 1967 e foi construído pelo Barão de Itatiba em 1873. O Prédio foi o Paço Municipal até a construção do Palácio dos Jequitibás em 1968 e por isso é um valioso patrimônio do município. A intenção da Prefeitura era de que os proprietários de imóveis comerciais destas áreas trocassem o terreno por uma área na torre comercial e inclusive o prédio dos Correios e Telégrafos deveria ser demolido e adotaria este mesmo procedimento.

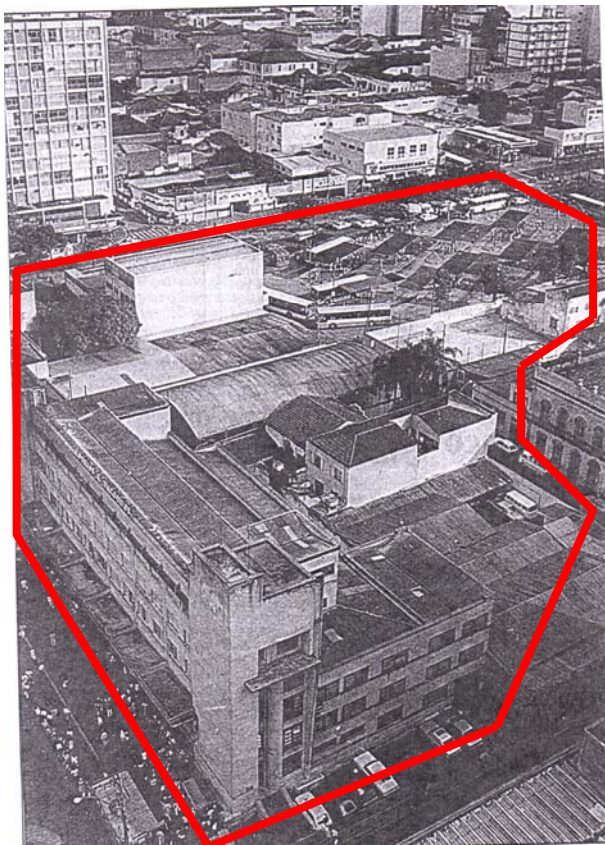
Para isto a Prefeitura de Campinas não pretendia gastar dinheiro e tinha como idéia abrir licitações para a iniciativa privada. Os cálculos realizados na época estimaram um gasto por volta de 70 milhões de dólares com as construções e desapropriações:

[...] “O grupo que aceitar participar do empreendimento (arcando com as desapropriações, do projeto, das construções) ganharia em troca o direito de explorar a torre comercial por um determinado período. Estamos também estudando como a Prefeitura poderá ter algum ganho financeiro, uma vez que grande parte da área é municipal”, comentou o secretário de Planejamento Ulysses Semeghini. (CORREIO POPULAR, 09/04/1994).

Nesta mesma notícia, o arquiteto idealizador do projeto disse que valorizou a idéia de que o Centro de Campinas seria “revigorado” com esta obra, pois as quadras transformadas em praça dariam uma abertura visual ao centro e que a torre comercial construída não precisava ser uma escultura, mas teria de ser esteticamente “extraordinária” pois traria ao espaço a modernidade.

Na Foto 3.17 temos em destaque aquela área que a prefeitura considerou necessária ser desapropriada e demolida para a construção de uma praça e uma torre comercial. O prédio mais alto à esquerda é o Prédio dos Correios, a direita é o Corpo de Bombeiros, no canto direito acima é o Terminal Moraes Salles e a direita fora da área em destaque é o Palácio dos Azulejos que podemos ver em mais detalhes na Foto 3.18.

**Foto 3.17 – Área para desapropriação no projeto de reformulação do Centro de Campinas em 1994**



*Foto: CORREIO POPULAR (09 de abril de 1994)*

**Foto 3.18– Palácio dos Azulejos**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

Mas, já nos dias seguintes ao pronunciamento da Prefeitura Municipal, os comerciantes e proprietários de imóveis da referida quadra ofereceram resistência à desapropriação da área, afirmando que só sairiam mediante a indenização a preços justos de mercado, pagos aos imóveis e terrenos e que também exigiriam o pagamento do lucro cessante<sup>15</sup>, ambos depositados previamente. A Prefeitura também informou que as despesas referentes à desapropriação não ficariam ao seu cargo, e sim seriam de responsabilidade da empresa que assumisse a construção do empreendimento, pois teria o direito comercial de explorar a área durante um determinado período. (CORREIO POPULAR, 13/04/1994).

Deste momento em diante os jornais trazem reportagens quase em frequência diária referente ao dilema entre Prefeitura e comerciantes do Centro de Campinas. Muitas destas notícias e até mesmo entrevistas da Associação Comercial, Sindicato dos Lojistas, Associação de Arquitetos, de Engenharia apelam para que seja feita alguma coisa com relação ao centro, mas que seja realizado com muito planejamento e cuidado. Nesta época era clara a opinião da Prefeitura e do Secretário de Planejamento, Ulysses Semeghini, de que o centro estava “à beira de

---

<sup>15</sup> Valor pago referente a indenização por perdas comerciais que é calculado com base no faturamento da empresa.

um colapso”, pois vários empreendimentos do tipo edifício comercial estavam sendo construídos na área central e centro expandido, além do trânsito que estava se intensificando a cada dia.

“A sobrecarga é inevitável” disse na sexta-feira o secretário de Planejamento e Meio Ambiente, Ulysses Semeghini. Com uma rede de esgotos projetada na década de 1950, ruas estreitas, linhas e troncos telefônicos congestionados, sistemas viário e de transporte comprometidos e um setor de serviços sub-dimensionado, a permanência no Centro pode tornar-se um suplício. Pior: a Prefeitura admite que não há recursos para investir na melhoria dos serviços públicos. (NUNES, 22/05/1994).

O arquiteto Fábio Penteado, nesta mesma época, apresenta um outro projeto para o centro que é a reformulação a Rua Treze de Maio, por meio da transformação da rua em um *shopping*. Os jornais noticiam que a Prefeitura estaria estudando as propostas apresentadas para o centro. (PEREIRA, 17/06/1994).

No mês de junho de 1994 vários vereadores se manifestam contra o projeto da Prefeitura criando resistência às desapropriações. Foram apresentados à Prefeitura abaixo - assinados recolhidos por vereadores solicitando o impedimento de tal obra. O Vereador Luciano Zica do PT disse que seria um crime e falta de respeito com uma das áreas mais tradicionais da cidade e complementa que “investir no centro é humanizá-lo, em termos de segurança, facilidade de estacionamento e outras necessidades” e o Vereador Sérgio Benassi do PC do B declara que é um projeto ambicioso que necessita de maiores cuidados com os interesses imobiliários envolvidos e a viabilidade econômica do projeto. (PEREIRA, 19/06/1994).

Mas, em 15 de julho deste mesmo ano a Câmara aprova o projeto de “revitalização”<sup>16</sup> do Centro, estabelecendo os critérios para a obra e garantindo o direito de recebimento de indenizações por parte dos comerciantes durante o período da obra. Porém, uma comissão formada por lojistas e vereadores se posicionou contra o projeto e se propuseram questionar na justiça a forma como foi aprovado. (ALVES, 16/07/1994).

O fato é que todos os projetos apresentados pela Prefeitura na época, com relação a reformulação do Centro de Campinas, causaram muita polêmica, como a revitalização da área envoltória do Palácio dos Azulejos, o *shopping* de rua da Treze de Maio, a reforma do Largo do

---

<sup>16</sup> Com relação ao uso do termo revitalização, Francisco de Oliveira faz uma importante consideração. Ele diz: “Tomemos o caso das novas revitalizações dos centros históricos, que está na moda. Qualquer revitalização, cujo nome já trai seu significado, pois quer dizer que antes, até não havia vida, significa apenas o deslocamento do conflito, não sua resolução [...]. [Tiram-se] os pobres, mendigos, prostitutas, bares de má fama... Esvazia-se a história de quem viveu lá: em lugar de memória esquecimento.” (OLIVEIRA, F., 2002, p.20-21).

Rosário e a proposta de pólos de trânsito<sup>17</sup> que também foi apresentado com finalidade de organizar o trânsito da região central.

Temos que destacar que uma discussão maior e mais democrática com relação ao centro não aconteceu com a sociedade campineira, e sim somente poucas manifestações por parte de vereadores e de alguns comerciantes do centro.

O secretário de Planejamento, Ulysses Semeghini, defendeu a legalidade do projeto, dizendo que a matéria aprovada era apenas a declaração de utilidade pública da área a ser desapropriada e que depois, seria aberto um concurso para a escolha do melhor projeto para a área do Palácio dos Azulejos. (MONTEIRO, 19 de julho de 1994).

Em agosto de 1994 a Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas (AEAC) encaminhou à Prefeitura uma proposta alternativa na qual sugeria a construção de um teatro na área do Terminal Moraes Salles e um hotel no centro da cidade no lugar do Corpo de Bombeiros. Desta forma, não precisariam desapropriar os imóveis que não são de sua propriedade. A AEAC disse que com essa alternativa os lucros obtidos com o hotel compensariam a construção do teatro, e se caso não for possível esta construção, devido a área de preservação do entorno do Palácio dos Azulejos, a Prefeitura poderia compensar o empreendedor doando um outro terreno cujo valor compensasse a construção do teatro. (COSTA, 11/08/1994).

Ainda em agosto de 1994 a justiça anula a votação realizada pela Câmara que aprovou o projeto por pedido de alguns vereadores que consideraram a votação ilegal.

A justiça entendeu que o projeto não poderia ter sido votado sem antes estar publicado por 30 dias no Diário Oficial, como prevê a Lei Orgânica do Município. A presidência da Câmara forneceu informações para a justiça sobre a tramitação do projeto de lei e pediu a reconsideração da liminar e vai deixar agora para o prefeito decidir o que fazer com o entrave jurídico formado. (COSTA, 11 de agosto de 1994).

Deste momento em diante amainaram-se os ânimos para dar continuidade aos projetos de remodelação do Centro de Campinas. O Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira ficou doente e se licenciou por diversas vezes e veio a falecer por consequência de um câncer no fígado em 26 de fevereiro de 1996. (<http://www.psdb-sp.org.br/historia/magalhaes.php>).

O Vice-Prefeito que assumiu o cargo, Edivaldo Orsi, concretizou um dos projetos idealizados pela Prefeitura de relevante importância para o centro, o Projeto Rótula e Contra-

---

<sup>17</sup> Pólos de Trânsito foi o nome dado ao projeto apresentado pela Prefeitura de Campinas para organizar o trânsito na região central. Consistia na criação de dois anéis de trânsito que circundariam o centro, um no sentido horário e outro no sentido anti-horário, na qual todas as mãos das avenidas de um determinado sentido tivessem uma única direção. Este projeto posteriormente foi chamado de Rótula e Contra Rótula.

Rótula de 1996, que foi implantado nas principais vias que circundam o centro, para amenizar os efeitos do tráfego intenso nesta região, “compõem-se de dois anéis concêntricos, de fluxo unidirecional, um no sentido horário (contra-rótula) e outro no sentido horário (rótula)”, este sistema organiza a circulação Centro, mas não evita o tráfego diametral das ruas que cruzam o Centro. ([http://www.campinas.sp.gov.br/seplan/projetos/planodiretor2006/doc/tr\\_tracar.pdf](http://www.campinas.sp.gov.br/seplan/projetos/planodiretor2006/doc/tr_tracar.pdf)).

No início de 1996, último ano da administração Magalhães Teixeira/ Orsi, a prefeitura se deu conta que não houve investidores interessados no projeto de revitalização do centro, certamente devidos aos altos custos envolvidos e também pela falta de discussão sobre os projetos. No início do mesmo ano foi aprovada uma lei de incentivo ao centro, na qual investidores desta área teriam isenção parcial ou total do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) dependendo do projeto ou do programa para reformular o centro, e posteriormente esta lei foi modificada para ampliar sua abrangência, beneficiando também as ações como recuperação de fachadas, despoluição visual ou reforma de praças. (COSTA, 25 de janeiro de 2006).

No final da administração pouco foi feito para a revitalização do centro e apenas uma obra muito mais modesta do que a planejada foi realizada na Praça Guilherme de Almeida (Praça do Fórum Municipal) e na praça em sua frente, o Largo do Rosário, que foram derrubadas as marquises e as praças foram reconstituídas com a aparência que tinham na década de 1930 e receberam uma padronização nas bancas de jornal e de frutas que existem em ambas praças.

Nas Fotos 3.19 e 3.20 podemos observar o Largo do Rosário e a Praça Guilherme de Almeida antes e depois da reforma.

**Foto 3.19 – Largo do Rosário e Praça Guilherme de Almeida - 1960**



Foto: Largo do Rosário - 1960.

*Foto: Prefeitura Municipal de Campinas. In: Histórico dos Planos Diretores, p. 05  
<http://www.campinas.sp.gov.br/seplama/projetos/planodiretor2006/doc/historico.pdf>*

**Foto 3.20 – Largo do Rosário e Praça Guilherme de Almeida - 2007**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

No ano de 1996 também começam a vigorar nas páginas dos jornais locais as primeiras matérias relacionadas a presença dos camelôs e vendedores ambulantes no centro. Inicialmente eles começaram a ocupar a área do entorno do Mercado Municipal e, posteriormente, foram subindo a rua lateral ao mercado, a rua Álvares Machado, que vai até o Terminal Central. A ocupação destes vendedores nesta rua trouxe mais questionamentos às propostas de revitalização do centro e suscitou a atenção dos lojistas que passaram a se preocupar com a frente de suas lojas, que em muitos casos estavam com as calçadas ocupadas pelos ambulantes e camelôs.

Em 1997 inicia-se uma nova administração na Prefeitura de Campinas, a do prefeito Francisco Amaral, que começa lançando um plano para o centro: o “Campinas Toda Nova”, que tinha por finalidade estabelecer parcerias com a iniciativa privada para recuperar urbanisticamente o centro.

Em um artigo do jornal Diário do Povo (ALVES, 28/02/ 1997), o então vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC), Guilherme de Campos Júnior, afirmou “que o comércio do centro vem perdendo clientes justamente por causa da degradação da região”, o presidente da Associação Regional dos Escritórios de Arquitetura (AREA), Jorge Villar, afirmou que a revitalização é uma necessidade antiga do centro e que as velhas edificações devem ser substituídas por empreendimentos multifuncionais, que englobem compras, prestação de serviços, atividades culturais e conjuntos habitacionais, ainda manifestaram-se a favor da revitalização o Diretor no Brasil da Federação Internacional das Profissões Imobiliárias, Carlos Francisco Valverde e o secretário de Planejamento, Silvio Romero que falou que entre as propostas para o centro estavam a análise dos projetos do *Shopping* de Rua para a Treze de Maio e a revitalização da área envoltória do Palácio dos Azulejos.

Nesse contexto a Prefeitura anunciou que em 90 dias lançaria um *Master Plan* com diretrizes para uma intervenção no centro:

O comércio, a indústria, construção civil, arquitetos, urbanistas, engenheiros são unânimes em afirmar: o centro de Campinas é horroroso. E estão se unindo para mudar essa realidade, definindo pontos a serem atacados para que o Centro seja seguro, limpo, bonito e principalmente, que seja um lugar agradável para se morar. [...] Mais que um banho de loja, as entidades querem um Centro vigoroso, indutor de desenvolvimento da cidade e que seja o cartão postal de Campinas. “É hora de todo mundo arregaçar as mangas e fazer alguma coisa pela cidade”, diz o presidente da Associação dos Executivos de Campinas e Região (Acre), Márcio Cury. [...] A Prefeitura, diz o secretário de Planejamento Silvio Romero, não quer ser a idealizadora do projeto, por que acredita que para ele ter sucesso deve existir um pacto da comunidade. (COSTA, 28/05/1997).

Neste mesmo artigo de jornal, mencionado na citação acima, temos apresentadas algumas idéias sobre o centro de que o programa de revitalização idealizado pelas associações e Prefeitura deverá conciliar a função de habitação, com lazer, cultura com museus e teatros, estacionamentos, serviços administrativos e de prestação, administração pública e a implantação de um *shopping* com pequenas lojas. E ainda, o centro deve ter espaços vinculados ao consumo, como espaços destinados a feiras de artesanato e espaços abertos para reuniões cívicas. Também querem que seja erguido um edifício símbolo para a Campinas, para ser referência da cidade, “como é a Torre Eiffel em Paris”, para reafirma o caráter de lugar central.

O Presidente da ACIC da época, Guilherme Campos Júnior declarou no jornal Correio Popular (COSTA, 28/05/1997), que os camelôs são as principais causas de deterioração do centro. Ele, como presidente da Associação Comercial e Industrial de Campinas, propôs à SETEC (Serviços Técnicos de Campinas) autarquia que administra o solo público, uma idéia de os camelôs utilizarem um prédio na Avenida Andrade Neves, esquina com Bernardino e Campos, próximo à Rodoviária, de 3,5 mil metros quadrados, para formar uma espécie de “zona franca de Campinas”, cuja ACIC ajudaria na manutenção do prédio.

Campos Júnior afirmou que já fazia 15 dias que a proposta havia sido feita à SETEC e que não havia obtido nenhuma resposta, ele disse que o comércio estava fazendo tudo o que pode para a revitalização. E que ele reconhece que retirar os camelôs do centro é uma decisão política que “ou se toma essa decisão, com todas as conseqüências que ela pode ter, ou continuaremos cada vez mais tendo um centro degradado”. Ainda considerou que há falta de segurança, poluição visual, ausência de uma política de desenvolvimento urbano e de incentivo à ida no centro que devem ser abordados na elaboração de um projeto para o centro.

Durante meses as idéias referentes ao “plano para o centro” circularam nos jornais. É constatada uma vontade por parte das associações de “mudar o centro”, a sensação de que o Centro está degradado, e que está diminuindo a freqüência da classe média neste lugar paira no ar. Há uma meta por parte da Prefeitura e associações de “devolver a área central de Campinas à comunidade”, como se o centro tivesse sido tirado das pessoas e vinha sendo tomado pela violência, desorganização, que até mesmo o calçadão que foi construído para os pedestres vinha sendo tomado pelo comércio informal.

A Associação Campinas Toda Nova<sup>18</sup>, que foi formada pensando-se nos moldes da Viva o Centro de São Paulo, foi finalmente criada em 10 de julho de 1997 e recebeu apoio financeiro da indústria e de empresas para realizar seu trabalho de sondagem, de levantamento de material histórico, de incentivo às atividades culturais na área central durante o dia e a noite, de fomentar a frequência da classe média no centro.

No final do mês, os empresários vão escolher um executivo de alto nível, com salário de R\$ 10 a 15 mil mensais, para gerenciar a nova associação. [...] cada entidade indicará um representante para o conselho da associação. Estes representantes vão definir as mantenedoras, isto é, empresas que vão garantir o capital para o funcionamento da entidade. O próximo passo será definir onde será a sede da associação e o início de seu funcionamento efetivo, para que possam ser iniciados os estudos das prioridades pra a revitalização. De acordo com o secretário Silvio Romero, o Programa Campinas Toda Nova visa a melhoria da qualidade de vida em Campinas. Para este programa funcionar, ele realmente precisa da participação da iniciativa privada. “Nós queremos tornar o Centro da cidade agradável de dia e de noite”, resume. [...] mas o objetivo principal será trazer o campineiro de volta ao Centro. (REZENDE, 11/07/1997).

Enquanto isto os jornais locais foram publicando uma série de reportagens, combinando em suas páginas opiniões dos diversos segmentos que compõem a diversidade do Centro de Campinas. Os comerciantes que expressavam em grande maioria uma certa satisfação com as iniciativas para revitalizar o centro que, para muitos deles, já estava decadente e parcela significativa desses, defendia a implantação do *shopping* de rua na Treze de Maio, pois, só assim poderiam concorrer com os *shopping-centers* nos dias de chuva. Mas, não compreendiam ao certo qual era o plano da associação e da prefeitura; se iriam apenas cobrir a rua com telhado, se iriam fechar durante a noite etc. Os camelôs e ambulantes, em muitos casos, demonstraram uma insatisfação com o projeto de revitalização, afirmando que defenderiam o projeto se eles puderem ficar no centro depois de realizada a revitalização. As associações defendiam a renovação do centro e a provável saída dos ambulantes e camelôs das ruas. E a opinião da imprensa, percebida nas entrelinhas dos jornais, que certamente era a favor da revitalização, de uma política para o centro e da saída dos trabalhadores informais das ruas.

A área central de Campinas é o que se pode chamar de mercado persa. Falta de segurança, pregações religiosas, comércio irregular, gritarias, mendicância e distribuição de folhetos. Isso pode ter fim em pouco tempo. A formação de uma associação que vai cuidar de revitalizar o centro de Campinas está dividindo a opinião dos mais diversos ramos do comércio local. Vendedores ambulantes, lojistas e consumidores, sem saber muito bem o que realmente será feito, não entram em um acordo quando o assunto é “reestruturação” de toda a região central. [...] “Essa região aqui sempre foi uma Torre de Babel”, mas piorou nos últimos anos. O que era pra ser banca de jornal e revista, está

---

<sup>18</sup> Foi lançado pela Prefeitura um programa para o centro chamado Campinas Toda Nova e também foi proposta a criação de uma Associação Campinas Toda Nova com a participação de vários segmentos da sociedade.

vendendo doces, cigarros e utilizando uma área maior do que a legalizada pela Prefeitura”, afirma o empresário Ezequiel Magalhães Júnior, proprietário da loja Ezequiel Roupas, que fica no calçadão da 13 de maio. (PILONI, 12/07/1997).

E se passaram mais que 90 dias e nenhum *Master Plan* foi apresentado pela Prefeitura ou pela Associação Campinas Toda Nova para finalmente revitalizar a área do centro. No início de 1998, circula nos jornais a notícia de que a Prefeitura está promovendo um concurso para o projeto de revitalização do centro, já com um novo secretário de Planejamento, Walter Kufel.

Em meados de 1998, o centro volta a ser notícia, pois o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC) encaminhou um projeto de revitalização da área central para a ACIC, com a finalidade de convencer os comerciantes a reformarem as fachadas de suas lojas e a Prefeitura em oferecer algum incentivo fiscal para esses. O Presidente da ACIC, Guilherme Campos Júnior se manifestou a favor do projeto e sugeriu novos itens, como por exemplo, a proibição de publicidade em lixeiras e pontos de ônibus, a fiscalização da Prefeitura com relação ao tamanho das placas das lojas e a proibição de cartazes, faixas e bandeiras nas ruas. (PASCHOALIN, 27/08/1998).

No final desta década os dois últimos cinemas do centro passaram por mudanças, o Cine Jequitibá foi fechado e o prédio tornou-se igreja e o Cine Windsor mudou sua programação de filmes do circuito tradicional de cinema para filmes pornográficos.

Em 1999 temos nos jornais reportagens falando de alguns comerciantes da área central que por iniciativa própria revitalizaram suas fachadas e organizaram seus prédios, melhorando a infra-estrutura de suas lojas. Comerciantes investiram até mesmo em elevadores e escadas rolantes para que o consumidor compare as lojas do centro com as dos *shoppings* e revalorizar a área central.

Porém, o tão esperado projeto da Prefeitura Municipal não se concretizou e o Centro de Campinas adentrou mais uma década tendo seus problemas ampliados.

### **3.4 Década de 2000, vida no Centro.**

O ano de 2000 foi o último do mandato do Prefeito Francisco Amaral e ficou registrado nos jornais como o final de mais uma administração sem as grandes mudanças almejadas para o centro.

Nesse ano, se torna mais intensa a presença no centro dos comerciantes informais, que são os camelôs (que vendem mercadorias em uma barraca fixada num determinado lugar, como as de uma feira livre), os paredeiros (que penduram suas mercadorias numa parede para a venda), os carroleiros (que comercializam suas mercadorias em carros tracionados por eles e circulam pela área central) e os ambulantes (que circulam o centro com suas mercadorias em suas mãos para a venda).

A maioria desses trabalhadores tem sua mercadoria de procedência ilegal e, que muitas vezes, não é recolhido o imposto ou taxas sobre as mesmas. Também, os comerciantes informais geralmente não pagam pelo espaço utilizado, pois trabalham em vias públicas e não há o recolhimento de taxas pela Prefeitura ou pagamento contribuição previdenciária pela maioria destes trabalhadores.

O trabalho informal no Centro de Campinas a partir de 2000 tomou maior visibilidade e se tornou, de certo maneira, mais organizado, pois o grande número de trabalhadores informais que atuavam no centro permitiu sua mobilização e criação de um sindicato.

Em outubro de 2000 o jornal Correio Popular noticiou que a “rua dos camelôs”, a Álvares Machado, também conhecida como “camelô *shopping*” e “camelódromo”, contava agora com uma cobertura no corredor da rua no qual trafegam os pedestres e também com um sistema de ventiladores para amenizar as temperaturas no momento das compras, todo este sistema foi implantado com o dinheiro dos trabalhadores informais que contribuem com o sindicato. (VILLA, 19/10/2000).

Podemos observar na Foto 21 o aspecto da rua dos camelôs, a cobertura, iluminação e sistema de ventilação sobre as barracas e corredor de pedestres. Também há um sistema de câmeras implantado recentemente pelos próprios camelôs, com placas implantadas nas entradas dos corredores com os dizeres: “sorria, você está sendo filmado”. Pela foto também podem ser observadas o tipo de barraca utilizada pelos camelôs, que foram confeccionadas em aço, e que estão fixas em seus “boxes”.

**Foto 3.21 – Camelô da Rua Álvares Machado**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

O Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal, no ano de 2000, levantou que aproximadamente 5 mil pessoas viviam deste tipo de trabalho em Campinas no referido ano, mas que apenas 579 eram reconhecidas pela Prefeitura. A Prefeitura logo afirmou que este era um problema difícil de ser resolvido, pois era um problema da esfera social, que envolvia uma série de fatores, como por exemplo o desemprego que vinha se ampliando ao longo dos anos em Campinas, por motivos de fechamento de fábricas, automação industrial etc. (VILLA, 22/10/2000).

Como a principal área de atuação da grande maioria destes informais era o Centro de Campinas, isso levou os Comerciantes e a ACIC a acusarem o poder público de omissão, e de considerarem que esta ocupação sem controle por parte dos informais era um dos fatores que mais degradavam o centro.

No final de 2000 o Prefeito recém-eleito de Campinas, Antônio da Costa Santos, o Toninho, em entrevista para o jornal Correio Popular, falou sobre a necessidade de revitalização das áreas da Estação Ferroviária e do Palácio dos Azulejos, inserindo estas áreas no circuito cultural e social do centro para que estas áreas deixem de serem um local abandonado pela maioria da população. (LIMA, 26/11/2000).

Apesar da empolgação do Prefeito recém eleito, com a preocupação com o patrimônio histórico de Campinas<sup>19</sup>, a população e a imprensa em geral se mostrava descrente com relação ao centro de Campinas e as possibilidades de realização de uma revitalização.

Revitalizar o centro de Campinas, promovendo intervenções urbanísticas, resgate arquitetônico e estimulando a utilização de áreas de convívio e lazer, é uma idéia que, de tão batida, já é encarada com descrença por grande parte da população. Há pelo menos quinze anos o assunto é abordado por projetos, programas e principalmente promessas de políticos e administradores municipais. Até hoje, nada de concreto e significativo foi feito. (VILLA, 10/01/2001).

Em abril de 2001 foi anunciado pela Prefeitura Municipal, a revitalização do Palácio dos Azulejos e de sua área de entorno, incluindo as demolições do terminal de ônibus Moraes Salles e do prédio do Corpo de Bombeiros na Rua José Paulino. Para este projeto foi descartada a desapropriação e demolição dos imóveis residenciais e comerciais que compõem o entorno. Foi estimado pela equipe de trabalho do projeto um gasto em torno de R\$ 2,6 milhões, no qual a Prefeitura se propôs a prospectar parcerias com a iniciativa privada para a realização da obra. (Correio Popular, 29/04/2007).

O Prefeito Toninho afirmava em diversas matérias dos jornais que se a Prefeitura Municipal valorizasse o espaço do centro, por meio da conservação das áreas públicas, preservação de patrimônios históricos etc., serviria de exemplo e incentivo para que cada um fizesse sua parte, em residências ou estabelecimentos comerciais do centro, sem necessidade de uma lei de incentivos para essa finalidade.

Em maio de 2001, como parte do projeto da Prefeitura de revitalização do centro, os lojistas começaram a se articularem para ampliar o horário de atendimento das lojas do centro. E conseguiram. O comércio passou a funcionar das 8h às 19h de segunda à sexta-feira, das 8h às 16h aos sábados e até às 20h nas vésperas de datas especiais (dias das mães, crianças, pais, namorados, natal). (GAQUES, 09/05/2001).

Esta foi uma forma do comércio ter um horário mais flexível em relação ao seu concorrente direto, o *shopping*, mas que na verdade amplia o horário de circulação de pessoas no centro, mas não “revitaliza” ou povoa a área central.

Paralelamente, entre janeiro e julho de 2001, a Prefeitura, como forma de amenizar o aumento dos trabalhadores informais no Centro de Campinas, fez um cadastro dos ambulantes e

---

<sup>19</sup> O Prefeito Antonio da Costa Santos era arquiteto urbanista, nascido em Campinas, foi Professor Titular do Curso de Arquitetura da PUC-Campinas e um estudioso do patrimônio histórico do Município e do Centro da Cidade.

carrioleiros e em julho os regularizou para o pagamento de taxa anual pelo uso do espaço público. (GASQUES, 27/07/2001). Esta ação da Prefeitura foi de grande repercussão e não agradou os lojistas e as associações comerciais que defendiam a posição de que este tipo de comércio informal é um dos principais agentes de degradação do centro.

Em 10 de setembro de 2001, o Prefeito Antonio da Costa Santos, foi assassinado dentro de seu carro, quando estava saindo do *Shopping Iguatemi* em Campinas. A hipótese da Polícia Civil de São Paulo é de que o veículo tenha sido abordado por bandidos que em seguida atiraram no Prefeito. (Folha de S. Paulo, 12/09/2001).

O fato é que com sua morte os projetos para o Centro de Campinas, tão desejados por Toninho, foram adiados. A administração da Prefeitura de Campinas foi assumida pela Vice-prefeita Izalene Tienne que se comprometeu em prosseguir com os projetos do prefeito.

A sociedade entrou num período de dúvidas quanto ao futuro do centro de Campinas e da segurança do município, já que o próprio Prefeito havia sido assassinado.

Neste momento intensificaram a presença dos comerciantes ambulantes no centro, a desorganização das ruas comerciais do centro, e a imagem de insegurança gerou muitas reportagens nos jornais referentes a baixa frequência do campineiro ao centro e a situação difícil do comércio em concorrer com o mercado informal.

Na Foto 3.22 podemos observar a Rua Álvares Machado no trecho próximo ao Mercado Municipal (que é um trecho liberado para o tráfego de automóveis), tomada e fechada para a circulação de veículos. Nota-se que os comerciantes informais ocupam as calçadas e a via principal da rua espalhando as mercadorias no chão, em mesas improvisadas ou segurando nas mãos.

**Foto 3.22 – Rua Álvares Machado no trecho liberado ao tráfego de veículos.**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

Em dezembro de 2001 o então, vice-presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (FACESP) e vice-presidente da Associação Comercial de Campinas (ACIC), Guilherme Campos Júnior, mais uma vez expressou seus sentimentos e da Associação que representa, um tanto pessimista, com relação ao centro de Campinas no jornal *Correio Popular*.

Em resumo, Campos Júnior, disse que estava acontecendo uma “invasão” do comércio informal no Centro de Campinas, e que não havia regras ou leis que impedissem este acontecimento, pois não havia uma fiscalização e nem uma política urbana orientadora e, que desta forma, seria difícil implantar um plano de revitalização. Ele também questionava porque tantas cidades têm regras e conseguem defender o patrimônio histórico-cultural e Campinas não. Além disso, Campos Júnior lamentou o fato da morte do Prefeito, e disse que perdeu-se o rumo com a ausência de Toninho, pois agora os projetos pareciam abandonados. (CAMPOS JÚNIOR, 14/12/01).

Em janeiro de 2002 a Prefeitura anunciou um projeto para a revitalização do “calçadão” da Treze de Maio, no qual seriam realizadas intervenções como mudança de piso, mobiliário, fachadas, enterramento das fiações elétricas e telefônicas e com um custo mínimo calculado em

R\$ 6 milhões. O coordenador da Prefeitura do Projeto Centro, Valter Pomar, anunciou que havia duas possibilidades de revitalização: a primeira com a Prefeitura fazendo as obras necessárias e emergências utilizando seus recursos próprios, seriam reformados apenas o piso, o mobiliário e a Prefeitura convenceria os lojistas a reformarem as fachadas; a segunda possibilidade seria com a participação da iniciativa privada para embutir no piso toda a fiação elétrica, rede de telefonia e de fibra óptica. (COSTA, 26/01/2002).

Pomar, ainda enfatizou, que a Prefeitura já possuía os cálculos para as obras de revitalização para o Palácio dos Azulejos, Estação Ferroviária e mais doze pontos do centro, que somados, atingiam a cifra de aproximadamente R\$ 3 milhões. Ele também afirmou que a Prefeitura estava com muita vontade política, mas que faltava investimento privado para a realização das obras.

A Prefeitura de Campinas tomou a decisão de começarem a reformar do jeito que o orçamento permitia. Gastaram em torno de R\$ 50 mil com as obras emergenciais para o Palácio dos Azulejos poder ser reaberto e empregaram um outro montante em obras extremamente necessárias na Estação Ferroviária para que ela pudesse ser utilizada. A Prefeitura tinha a intenção de instalar por lá a Zeladoria do Centro e o projeto “Estação Cultura”, no qual o espaço da antiga estação ferroviária seria utilizado para atividades culturais, eventos e cursos direcionados a população.

Em fevereiro de 2002 foi instalada a Zeladoria do Centro na estação (COSTA, 12/02/2002), e também surgiu uma associação, não nos moldes da Viva o Centro em São Paulo, como a administração anterior havia desejado (Campinas, Toda Nova), mas sim uma associação que partiu das pessoas que moram no centro e dos comerciantes que atuam por lá, a Associação Amigos do Centro de Campinas (AACC) que tinha por objetivo promover a “vida no centro”, com atividades culturais e de lazer, à noite e nos finais de semana, para toda população de Campinas participar, não apenas para os moradores do centro.

A Foto 3.23 mostra a Estação Ferroviária de Campinas, que é um marco histórico para a cidade. Esta estação sofreu algumas reformas, mas não foi revitalizada conforme planejado e possui uma área de entorno bastante degradada, com diversos imóveis desocupados, entre eles barracões, onde funcionaram fábricas no início do século XX e casarões do tempo do café, que podem ser observados nas Fotos 3.24 e 3.25.

**Foto 3.23 – Estação Ferroviária de Campinas**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

**Foto 3.24 – Área de entorno da Estação Ferroviária**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

**Foto 3.25 – Área de entorno da Estação Ferroviária – Sobrado**

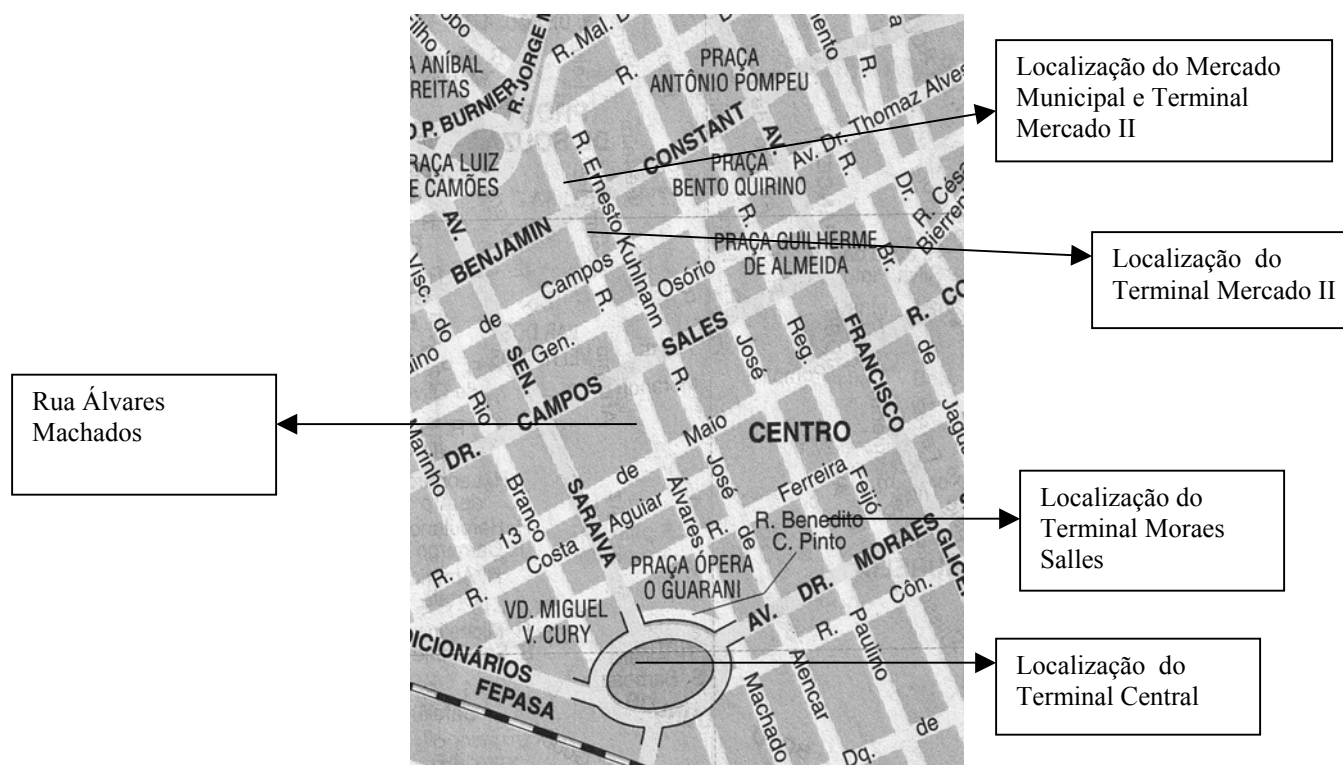


*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

Mas, o que mais marcou as transformações do Centro de Campinas neste período foi a expansão do comércio informal que se implantou inicialmente nos anos 1990, no início da rua Álvares Machado, muito próximo ao Mercado Municipal e no entorno do terminal de ônibus Mercado I.

Posteriormente mais comerciantes informais se espalharam ao longo da Álvares Machado alcançando o Terminal Central e o Terminal Moraes Salles.

**Cartograma 3.2 – Localização da Rua Álvares Machado e Terminais de Ônibus.**



*Cartograma: Listel Campinas (2005-2006). Publicar do Brasil. Escala 1:12.850*

A estratégia dos camelôs de Campinas foi de se implantarem ao longo da via mais utilizada para atravessar o centro pelos usuários do transporte coletivo.

O sistema de transporte urbano de Campinas funciona por meio de ônibus que saem dos bairros e a grande maioria para nos terminais. Portanto, as pessoas que moram num determinado bairro e trabalham em outro e usam o transporte coletivo precisam, na maioria das vezes, irem até o centro, parar em um destes terminais e, em muitos casos, ir para outro terminal para fazer a conexão de ônibus para outro bairro. Para isto as pessoas utilizam a rua Álvares Machado que é o caminho mais curto entre os terminais Mercado I e II e terminais Central e Moraes Salles. Então esta rua funciona como um ponto de ligação de todos os terminais instalados no Centro de Campinas.

Tal situação trouxe muitas matérias nos jornais destacando o descontentamento dos comerciantes com relação a presença dos informais, que tem “pontos privilegiados” do comércio, não pagam impostos e muitas vezes comercializam mercadorias provenientes de contrabandos, tais como cigarros, eletrônicos e brinquedos, sem pagarem impostos e sem serem fiscalizados pela Prefeitura. Os comerciantes alegam que é uma concorrência desleal, pois os preços

praticados pelos camelôs são muito menores que os praticados pelas lojas formais que pagam impostos nas mercadorias, imposto territorial e em muitos casos aluguel.

O comércio informal possui até um sistema de “garantia” do produto para seus consumidores. A maioria deles, carimbam as embalagens dos produtos, rubricam e colocam a data da compra e o prazo de troca em caso de defeito, além disto muitos camelôs entregam no ato da compra ou de uma simples visita para consulta de preços um cartão com o nome da “barraca de camelô”, número do *Box*, número de telefone celular e até mesmo o endereço do correio eletrônico.

Foi constatado também que alguns camelôs possuem um sistema de confiança com alguns clientes, oferecendo o parcelamento da compra com cheque e a prática de “cheque pré-datado”. Em algumas barracas até se aceitam cartões de crédito.

É impressionante a variedade de produtos oferecidos nas barracas de camelôs. São brinquedos (Foto 3.26), roupas, calçados que imitam importados, bolsas, cigarros, CD e DVD piratas e eletrônicos (Foto 3.27 e 3.28) que são o grande forte dos informais, dentre estes podemos destacar os mais vendidos de acordo com o comerciante informal que preferiu não ser identificado “o que mais se vende por aqui é eletrônico, som do Paraguai de ótima qualidade e muitos watts para carro, aparelho de DVD e vídeo game *play-station* II que aqui tem garantia e custa metade do preço ali da loja”.

**Foto 3.26 – Barracas de Camelô da Rua Álvares Machado, no entorno do Terminal Mercado I**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

**Foto 3.27 – Barraca de Camelô de produtos eletrônicos na Rua Álvares Machado, próximo ao Terminal Central**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

**Foto 3.28 – Barraca de Camelôs de eletrônicos e variedades, próximo ao Terminal Central**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

Além das barracas fixas, podem ser encontrados vendedores ambulantes de pilhas, agulhas para limpar o fogão, isqueiros, cadarço de tênis, alça de silicone para soutien e uma variedade muito grande de produtos. Também temos os “prestadores de serviços de alimentação” que vendem comida carregada em carrinhos de feira ou nos braços e que tem público cativo, nos quais seus principais fregueses são os próprios comerciantes informais. Esses vendedores carregam em seus carrinhos cafezinho, leite, pão com manteiga e salgados (Foto 3.29).

**Foto 3.29 – Vendedor Ambulante de Salgados na rua Álvares Machado**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

O horário de funcionamento dos camelôs também é mais amplo do que o do comércio formal, já por volta das seis horas da manhã encontramos barracas funcionando até as oito e nove horas da noite também foi encontrado ambulantes trabalhando, enquanto as lojas formais têm um horário de abertura entre oito e nove horas da manhã e um fechamento as seis horas da tarde. Nos finais de semana os informais também trabalham nos dois dias, em horário integral no sábado e, na maioria das vezes, por meio período no domingo, quando as lojas do centro não abrem.

Em depoimento, um comerciante informal disse: “a gente tem que trabalhar muito! afinal aqui na ‘cidade’ não pára de passar gente em todos os horários”.

Numa matéria do ano de 2002 do jornal Correio Popular foi publicado que muitos comerciantes do centro estavam alugando espaços nas paredes das ruas para os ambulantes e paredeiros para exporem suas mercadorias e até mesmo para deixarem essas guardadas nos estabelecimentos durante a noite. O jornal declarou que em muitos casos o aluguel era diário, na

faixa de R\$ 15,00 a R\$ 30,00, dependendo do tamanho da parede e também do movimento do dia e em alguns casos o aluguel era mensal de R\$ 200,00 a R\$ 400,00. (Correio Popular, 15/07/2002).

A mesma reportagem também afirmava que muitos lojistas estavam adotando a prática dos camelôs de expor seus produtos na calçada e até mesmo colocando seus vendedores do lado de fora da loja a fim de atrair o cliente. Na Foto 30 podemos ver um exemplo desta situação.

**Foto 3.30 – Loja na rua Álvares Machado divide a calçada entre vendedor ambulante e seus produtos**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

Outro ponto que desestimula os lojistas é o preço do solo no centro. Em 2002 o repórter Evandro Coev, do Correio Popular, circulou pela área de camelôs tentando comprar uma barraca de uma trabalhadora informal de 4,4 metros quadrados e ela disse que por R\$ 100 mil em dinheiro vendia o ponto para ele. O presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), Edvaldo Souza Pinto se manifestou falando que havia uma loja a venda na Treze de Maio com 157 metros quadrados pelos mesmos R\$ 100 mil e alertou sobre essa situação preocupante. Mas a SETEC declarou que os pontos “legalizados”, ou seja, que possuem licença da Prefeitura, podem ser comercializados ou alugados. (COEV, 12/09/2002).

Durante o trabalho de campo realizado em fevereiro de 2006 encontramos diversas vezes placas nas barracas de “passamos o ponto”. Em conversa com o trabalhador de umas destas

barracas ele disse: “Esta barraca não é minha não, eu só trabalho aqui, o dono dela tem várias barracas no camelódromo, ele vende e compra barraca, esta daqui é ponto bom e tá valendo uns R\$ 200 mil”.

Constatamos que o Centro de Campinas está tendo dois tipos de valorização do solo, a do comércio formal e a do comércio informal que tem apresentado um valor imobiliário por metro quadrado que ultrapassa o valor do solo legal.

Declaradamente, em matéria de jornal, a Prefeitura de Campinas admitiu que o centro precisava de uma redefinição com a inauguração do *shopping* Parque D. Pedro em março de 2002. (CORREIO POPULAR, 17/03/2002).

Esse *shopping* é um dos maiores do Brasil e da América Latina. Caracteriza-se por possuir lojas de diversos tipos, concentrando muitas lojas populares e magazines, que são comuns estarem implantados nos centros das cidades e que atraem o público de classe média.

O Diretor de Planejamento Ricardo Badaró naquela ocasião, disse ao jornal que era nítido o fortalecimento do eixo às margens da Rodovia D. Pedro I, que concentra também os *shoppings* Iguatemi e Galeria, além do hipermercado Carrefour, os atacadistas Vila Nova (hoje Tenda) e Makro, e as *mega-stores* Decathlon (esportiva) e Leroy Merlin (construção e bricolagem). Estabelecimentos que, do ponto de vista de Badaró, oferecem conforto, segurança e estacionamentos. Portanto, era o momento de acelerarem as obras de reorganização urbanística do centro e dos lojistas investirem não somente nas fachadas de seus imóveis, mas também contribuírem com a modernização da infra-estrutura do centro.

Para isto foram pensadas diversas estratégias pela Prefeitura para fomentar a “vida” no centro, que foram consideradas fundamentais para a revitalização, também contribuíram com idéias na época os comerciantes e moradores do centro. Essas idéias estavam quase que diariamente circulando em pequenas notícias nos jornais, tais como: “precisamos reocupar o centro com novos moradores”, “as facilidades de se morar no centro”, “devemos abrir modalidades comerciais 24 horas para dar vida noturna ao centro”, “o centro é habitado por idosos e estudantes, devemos incentivar as famílias a morarem no centro”, “vamos promover o turismo histórico no centro da cidade” etc. Na época, houve até a bizarra idéia que acabou realizada, que foi a promoção de um desfile de lingerie na Rua Treze de Maio para “agitar” os acontecimentos do centro.

Também eram publicadas matérias que falavam da degradação do centro que afastava moradores e a freguesia do comércio, por causa da falta de segurança, conforto, estacionamento, presença do comércio informal e infra-estrutura como praça de alimentação e áreas de descanso e lazer, que certamente tinham a contribuição do descaso da Prefeitura Municipal com o centro que acentuava este fato. De acordo com a Secretária Municipal de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAMA) em 1991 eram 16.626 moradores do centro e em 2001, eram 14.632. Indicativos que mostram a diminuição da população do centro. (SEPLAMA, 2002).

A cada dois dias o Centro de Campinas perde um morador. Nos últimos 10 anos, o processo de degradação e insegurança reduziu de 16.626 para 14.632 o número de habitantes dessa região da cidade, segundo dados da Prefeitura. A redução vai acontecendo lentamente, à taxa de 1,27% ao ano, mas é parte do mesmo processo que vem fazendo os cinemas, os restaurantes e os hotéis saírem do Centro: abandonado pelas administrações municipais recentes, perdeu investimentos, e seu calçadão, avenidas e praças foram sendo tomados pela sujeira, pelo descaso e pelo comércio irregular. [...] No lugar dos moradores, vieram os camelôs que fizeram e espaços públicos como as calçadas e o passeio um espaço privado. “O comércio também está saindo do Centro por causa dessa concorrência desleal. Se não tivermos ações rápidas e enérgicas, a situação ficará irreversível. Ninguém vai investir no Centro se não tiver certeza de que haverá um processo de revitalização de verdade”, afirma o presidente da Associação Regional de Habitação (Habicamp), Renato Valbert. (COSTA, 18/03/2002).

A citação acima, reforça a pressão por parte da imprensa, dos moradores do centro, dos comerciantes e das associações referente a Revitalização do centro, porém há uma visão generalizada de que os camelôs são responsáveis pela degradação do centro.

Porém, podemos constatar que foi uma conjunção de fatores que acentuaram a degradação do centro, tais como: o descaso das administrações da Prefeitura, a ausência de um planejamento direcionado a área Central, a falta de fiscalização, as conjunturas socioeconômicas que permitiram uma condição de desemprego acentuado nos anos 1980 e 1990 promovendo o trabalho informal, a especulação imobiliária que voltou seus olhos para outros lugares fora do centro, a falta de investimentos públicos e o sentimento no início dos anos 1980 de que “precisava sair do centro, ou reorganizá-lo” pois ele está chegando no seu limite que fez com que investidores e moradores se redirecionassem para outros lugares da cidade.

Neste contexto chegamos na década de 2000 com uma intensa subutilização do espaço do Centro de Campinas, com diversos prédios e terrenos em área comercial desocupados. Como o terreno do antigo supermercado Eldorado, na Avenida Senador Saraiva, uma das mais disputadas pelo comércio até os anos 1980, prédios inteiros na Avenida Francisco Glicério desocupados (prédio do Restaurante Mineiro, do “Bandeirão” Municipal, do Banco Rural), prédios onde

funcionaram hotéis no passado (Hotel Savoy na Rua Regente Feijó), sobrados históricos tais como o prédio sede do Jockey Clube de Campinas na Praça Bento Quirino, com um majestoso salão de bailes, no qual não acontece mais nenhum evento.

Em março de 2002 foi anunciado nos jornais, a saída do Fórum de Justiça de Campinas do centro, pela falta de espaço e por questões de segurança pública. Com isto saíram também do centro um grande número de advogados que tinham seus escritórios nos arredores do Palácio de Justiça localizado na Praça Guilherme de Almeida. (COSTA, 24/03/2002).

Em 2002 o engenheiro e urbanista Dênio Benfatti causou muita polêmica entre os planejadores da Prefeitura, comerciantes, imprensa, habitantes e freqüentadores do centro, ao afirmar ao jornal Correio Popular que a saída dos terminais de ônibus do centro inibiria a presença de camelôs. O urbanista defendeu que a revitalização do centro estava ligada a uma nova configuração do transporte coletivo e que seria necessária uma eliminação dos terminais que concentram o fluxo de pessoas. (COSTA, 07/04/2002).

Na entrevista Dênio enfatizou que: “[...] terminal atrai pessoas e, se você extermina isso, deixa de ter camelôs de forma concentrada. E quando isso acontecer, você terá condições de controlar um pouco o lugar onde eles se instalam” também comparou a situação dos terminais de ônibus do Centro de Campinas com o de outras cidades dizendo que o ponto final dos ônibus não precisam ser no centro.

A opinião do urbanista gerou uma grande polêmica entre os comerciantes e os camelôs, que declaram serem contra a idéia de retirar qualquer terminal de ônibus do centro, mesmo que já a tempos a Prefeitura vinha contemplando a idéia de retirar o terminal Moraes Salles que faz parte da área de entorno do Palácio dos Azulejos.

O Ex-secretário de Transportes de Campinas na época em que foram implantados os terminais, Eduardo Homem de Mello, se pronunciou desvinculando os terminais de ônibus da presença de camelôs. Ele disse que na época que foi implantado o Terminal Central, tinha sido uma solução muito avançada de recuperação para aquela Praça que era considerada uma área perigosa e que era para ser somente terminal e não o que se tornou aquela área. Homem de Mello declarou que era necessária uma atitude enérgica da Prefeitura para “limpar o solo” dos camelôs. (COSTA, 10/04/2002).

A discussão estava lançada, e as idéias estavam sendo discutidas como não havia sido antes e muitas idéias e propostas passaram a circular nos cadernos de jornais.

Em 15 de abril de 2002 a Prefeitura de Campinas divulgou as ações emergências para o centro, entre estas estavam: o Complexo Ferroviário, a efetiva ocupação do local com atividades culturais; o Centro de Educação Profissional Prefeito Antonio da Costa Santos (CEPROCAMP) em um dos barracões do complexo ferroviário com recursos do Ministério da Educação; a revitalização da área do entorno da Estação Ferroviária; a implantação do Arquivo Histórico Municipal no prédio da antiga Cervejaria Columbia na Avenida Andrade Neves, muito próximo à estação ferroviária, o prédio era de posse de uma igreja evangélica; restauro das vilas operárias Manoel Dias e Manoel Freire (Vila Industrial, mas por muitos considerada como parte da área central); revitalização da Treze de Maio, embutir redes elétricas e outras, revitalizar calçamento e fachadas de prédios, normatização das propagandas na área; restauração do Palácio dos Azulejos; desativação do Terminal II (Moraes Salles) e do Corpo de Bombeiros; restauro da Catedral Metropolitana com recursos do Ministério da Cultura; revitalização da área de entorno do Largo do Rosário; Plano de “embelezamento”, melhoria de segurança e limpeza do centro para ser executado pela zeladoria do centro; a formulação de um programa específico para os camelôs; mudanças relacionadas ao trânsito e ao transporte, priorização do transporte coletivo e do pedestre no centro; e a análise da possibilidade de construção de um Teatro Municipal com projeto de Oscar Niemeyer. (COSTA, 16/04/2002).

Este conjunto de ações foi considerado de grande relevância para a revitalização do Centro de Campinas, mas que foram vistos com grande ceticismo, por parte da população e comerciantes, pois havia um sentimento de que “mais uma vez” não sabiam se a Prefeitura iria realmente trabalhar em prol da realização das obras.

No ano de 2002 podemos falar que o Centro de Campinas, certamente foi um dos líderes de assunto nos jornais locais, eram na forma de artigos informando que determinada associação estava apoiando a revitalização, na forma de notícias que informavam as ações já realizadas pela Prefeitura, também na forma de críticas a administração municipal e aos camelôs, mas proporcionou um ambiente no qual sentia-se que algo estava sendo discutida com relação ao centro.

Mas, várias reportagens também informavam sobre as tradicionais lojas que estavam fechando na Treze de Maio enquanto que a ACIC culpou o descaso da Prefeitura com o centro e a presença maciça dos camelôs que afastaram a classe média do centro. Em meados dos anos 1990 foi a tradicional loja Bittar, que pertencia a família do ex-prefeito Jacó Bittar. Na década de

2000 a Calçados Piccolotto; a Wrangler e, em 2006, a Casa Campos do Presidente da ACIC (e Vice-prefeito de Campinas de janeiro de 2005 a março de 2007 quando renunciou para assumir o cargo de Deputado Federal em Brasília) Guilherme Campos Júnior.

Dos 291 estabelecimentos comerciais que encerraram suas atividades no primeiro semestre de 2002, 40% estava no centro, conforme estimativa da ACIC, superando todos os fechamentos de estabelecimentos do ano anterior. (COSTA, 07/07/2002).

Outro fator que veio fazer parte das matérias de jornais da época, foi a violência no centro, situações de roubos e furtos, bem como a presença de usuários de drogas nas ruas centrais durante a noite o que causava medo nos moradores do centro que constantemente se queixavam de barulho e vandalismo e risco de assalto se saíssem de casa a noite.

Durante todo o ano de 2002 e 2003 foram realizadas reuniões, elaboradas propostas para a revitalização e foram feitas tentativas de arrecadação de verbas para as obras. Foram realizadas tentativas de “faxina” em quadras do centro por meio do incentivo dos comerciantes de reformarem suas fachadas, retirarem as propagandas excessivas e arrumarem suas calçadas. A Prefeitura entrou com a limpeza, iluminação e arborização.

A Associação Amigos do Centro de Campinas (AACC), juntamente com a Associação Regional dos Escritórios e Arquitetura (AREA) propuseram a “Praça do Chope” na Praça Antônio Pompeu, considerada como “marco zero” de Campinas, local onde está o túmulo-monumento de Carlos Gomes e o prédio sede do Jôquei Clube, uma vez que este local já concentrava um conjunto de bares e choperias. Porém não foi uma idéia intensamente difundida e podemos constatar que projeto não vingou. (PEREIRA, 25/09/2002). Nas Fotos 3.31 e 3.32, podemos observar a Praça Antônio Pompeu, o Monumento-Túmulo do Maestro Carlos Gomes, a sede do Jôquei Clube de Campinas e o aspecto dos bares da Praça.

**Foto 3.31 – Aspecto da Praça Antônio Pompeu – Jôquei Clube, Monumento – Túmulo Carlos Gomes e Bares ao fundo.**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

**Foto 3.32 – Aspecto dos Bares da Praça Antônio Pompeu.**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

Também foi elaborado um manual pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas (CONDEPACC) e pelo Departamento de Uso e Ocupação do Solo (DUO), para orientar o uso da publicidade no Centro.

Alguns comerciantes por iniciativa própria reformaram seu imóvel, retirando os luminosos das fachadas e colocando placas nos moldes do Manual de Orientação à Publicidade, mesmo antes da Prefeitura iniciar seus trabalhos, e não foram somente comerciantes da Treze de Maio, mas de vários pontos do centro.

A Presidente do Sindicato dos Informais, Maria José Sales, declarou que: “também queremos participar da revitalização do Centro” e informou que os camelôs iriam padronizar as barracas e garantir espaço para a passagem de pedestres. (Correio Popular, 10/11/2002).

No final de 2002 a Prefeitura Municipal anunciou que estaria começando os trabalhos de revitalização no início de 2003, mas várias matérias dos jornais indicavam que o cronograma estava atrasado, como a Zeladoria do Centro que ainda não havia sido concluída e o projeto que ainda faltava informações.

Entre os fatores que estavam atrasando o início das obras no centro estava o custo:

A recuperação do Centro de Campinas proposta pela Administração Municipal deverá custar no mínimo, R\$ 20 milhões para revitalizar alguns dos espaços incluídos no programa, que contempla 14 ações. A inexistência desses recursos no orçamento municipal é o grande impedimento para que as reformas propostas aconteçam num ritmo que a cidade espera. [...] O custo mínimo da recuperação do Centro é quase metade dos valores destinados para toda a cidade em 2003. (COSTA, 26/01/2003).

Frente a esta situação em fevereiro de 2003 a Prefeita Izalene Tiene anunciou que a Prefeitura investiria R\$ 6 milhões na revitalização da Treze de Maio e Costa Aguiar (calçadão). Incluíam nestes gastos a retirada e a instalação subterrânea das redes de energia e telefonia, a remodelação de todo o calçadão e a instalação de equipamentos urbanos. E que seria exigido dos comerciantes locais a despoluição visual e a recuperação das fachadas dos imóveis. (COSTA, 07/02/2003).

A Prefeitura também conseguiu R\$ 200 mil para o restauro do Palácio dos Azulejos por meio da Lei Rouanet do Governo Federal, que concede benefícios fiscais às empresas que investem em cultura. Mas ainda eram necessários R\$ 220 mil para o início das obras pois só é permitido o início quando o montante total atingisse 20% do total do valor autorizado para arrecadação que era de R\$ 2,1 milhões. (COSTA, 07/02/2003).

Em maio de 2003, as verbas provenientes da Prefeitura foram liberadas. Inicialmente R\$ 4,7 milhões para a revitalização do centro e complementação da verba para o início das obras da Catedral. Esta verba veio dos lucros da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (SANASA), empresa de economia mista que tinha como seu principal acionista a Prefeitura Municipal de Campinas. O coordenador do Projeto de Revitalização do Centro afirmou que era a primeira vez que a Prefeitura utilizava este tipo de recurso e que, provavelmente, viriam ainda R\$ 600 mil necessários para a construção de um camelódromo que abrigaria 250 ambulantes próximos ao Terminal Central e que estavam legalizados e atuavam nos canteiros das Avenidas Senador Saraiva e Moraes Salles. (COSTA, 13/05/2003).

Em janeiro de 2004 foi lançado o cronograma das obras de revitalização da Treze de Maio, com início previsto para abril e término para setembro, antes das eleições, no último ano da administração Toninho/ Izalene. (ROSSI, 22/01/2004).

A primeira parte da obra foi a construção imediata antes de abril de 2004 do camelódromo para retirada dos 250 informais das calçadas e canteiros de Avenidas. Os primeiros trabalhadores informais transferidos foram em fevereiro para a área que ficou popularmente conhecida como *Shopping Novo dos Camelôs*.

O outro problema foram os ambulantes da Treze de Maio que eram cerca de 40 e que seriam removidos quando as obras se iniciassem, mas que não tinham para onde ir. A promessa foi de alguns serem recolocados no novo camelódromo, nas ruas adjacentes à Treze de Maio e alguns em pontos fixos da Treze após a reforma. (ZANCHETTA, 15/04/2004).

Assim, em 14 de abril iniciaram as obras para a revitalização. Porém muitos problemas ocorreram durante as obras, como obstáculos nas obras de escavação para passagem das redes, greve dos operários da empresa contratada para execução da obra, e os prazos foram sendo adiados. Por consequência disso os comerciantes começaram a se preocupar, pois o maior momento de vendas que são os meses de novembro e dezembro estavam se aproximando e a Treze de Maio estava sem piso ainda.

A entrega da obra prevista para setembro foi sendo entregue em etapas, e também a parte que deveria ser executada pelos lojistas atrasou, muitos deixaram para realizarem a despoluição visual e reforma das fachadas no último momento.

O Palácio dos Azulejos foi parcialmente reformado e foi entregue a população, mas ainda precisa de mais reformas e revitalização de sua área de entorno.

A Catedral Metropolitana conseguiu os recursos do Ministério da Cultura e foi reformada.

A obras foram aceleradas no final de 2004 mas, mesmo assim, a rua Treze de Maio foi entregue inacabada em dezembro, com o piso do corredor central terminado, mas com o acesso às lojas cobertos por rampas de madeira.

A finalização da obra ficou para o Prefeito seguinte Hélio de Oliveira Santos e seu Vice-prefeito Guilherme Campos Junior (também Presidente da ACIC), que assumiram em janeiro de 2005 a administração da Prefeitura Municipal.

As obras da Treze foram finalizadas e o que percebemos é que a atual Prefeitura vêm seguindo este projeto que começou a ser elaborado nos anos 1980, pois conseguiu o recurso proveniente do Ministério da Educação para a abertura do Centro de Educação Profissional Prefeito Antonio da Costa Santos (CEPROCAMP) que começou a funcionar em junho de 2006 e também desativou o terminal de ônibus Moraes Salles no ano de 2007.

Nas Fotos 3.33 e 3.34 podemos observar o aspecto da Treze de Maio após a revitalização e melhoria nas fachadas dos prédios após a despoluição visual e reforma.

**Foto 3.33 – Aspecto da Treze de Maio após a revitalização.**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

**Foto 3.34 – Aspecto das fachadas da Treze de Maio após a despoluição visual e reformas.**



*Foto: Francis Pedroso, junho de 2007.*

Novos investimentos vem sendo feitos no centro pela iniciativa privada. Em 2005 foi aberto uma loja da rede Varejão Oba, na rua Benjamin Constant, muito próximo ao Mercado Municipal. As lojas dessa rede de varejão é tradicionalmente implantada em Campinas em áreas onde habitam a classe média. Em 2006 foi aberto na Avenida Orozimbo Maia o supermercado Dia, pertencente à rede *Carrefour*, em 2007 estão terminando de construir um Hipermercado Compre Bem da rede Pão de Açúcar, na Avenida Senador Saraiva no mesmo local onde era o Supermercado Eldorado, área que ficou desocupada por aproximadamente 20 anos.

Nesse capítulo foi possível levantar as transformações ocorridas no Centro de Campinas dos anos 1970 até o ano de 2007. Desta forma, estudamos os diversos planos que a Prefeitura elaborou para o centro e os que realmente foram executados.

Percebe-se a importância de organizar o Centro de Campinas pela relevância e uso que esse tem pela população. Mas, também nota-se que a quantidade de obras que precisam ser realizadas não condizem com o orçamento disponível para a realização.

Conclui-se que as administrações públicas têm que adotar estratégias criativas e que possam contemplar sempre em seus planos as reformas gradativas do centro e um projeto de conservação constante, para que uma determinada administração não privilegie um bairro em

detrimento ao outro. Que possa ser feito um trabalho constante não só no centro, que na maioria das vezes representa a gênese da cidade, mas em todos os bairros, para que não sejam necessários grandes montantes de verbas para revitalizar que sempre representa uma grande dificuldade para administrar.

## Conclusão

Por meio deste estudo foi possível resgatar as condições que propiciaram a formação do Centro da Cidade de Campinas. Desde o momento em que a Estrada dos Guaiases foi desviada para o campinho do meio, este local nunca mais foi o mesmo e tornou-se posteriormente o centro. Portanto, pudemos observar a relação estratégica que os meios de transportes, as facilidades de circulação e de comunicação desde os tempos mais remotos de Campinas.

Constatamos que a presença da ferrovia atraiu pessoas, atividades de serviços e indústrias para o centro, pois trazia as facilidades do moderno transporte de trem, que ligava Campinas com a capital São Paulo e, portanto, com o mundo, pois os trens iam até a cidade litorânea de Santos, cujo porto era o principal do século XIX no Brasil.

Os meios de transporte e comunicação promoveram o adensamento populacional de Campinas, pois permitiu a implantação de indústrias e um intenso comércio, gerando empregos que atraíam moradores para Campinas e também atraíam a aristocracia do interior do estado para morarem ou fazerem compras no Centro de Campinas, no qual os trens traziam as melhores mercadorias da capital e do exterior.

Nesse contexto de rápido crescimento econômico e demográfico, o Centro de Campinas adentrou o século XX, sofrendo com uma epidemia de febre amarela, mas com o desejo de crescer e de ser novamente comparada com a capital. Campinas ansiou a modernidade e contratou o urbanista Prestes Maia para fazer o planejamento de toda a cidade, mas principalmente com a atribuição de remodelar o Centro de Campinas para que ele fosse um dos mais importantes centros do Brasil, moderno, atraente para os moradores, com ruas largas e prédios altos. Assim as elites locais desejavam transformar Campinas.

As linhas mestras que deram a forma do Centro e que permanece com poucas alterações até os dias de hoje. As transformações foram marcantes, com a derrubada de prédios históricos, o alargamento das ruas, mas as compensações com relação as novas construções acreditamos que não atingiu o esperado.

Mesmo assim, acreditamos que o Centro de Campinas viveu um período de glória durante as décadas de 1960 e 1970, com investimentos, novas construções, lojas de departamentos e o Convívio que foi implantado no final daquela década. Mas parecia que o centro era apenas um lugar de comércio. Não se pensava em outra atividade para o centro.

A rua Treze de Maio tornou-se sinônimo de centro da cidade para Campinas. Na minha experiência pessoal demorei muito tempo para entender que o Centro da Cidade não era só a Rua Treze de Maio, mas sim uma área tão grande quanto os outros bairros, só que era um pouco diferente, pois tinha mais atividades comerciais concentradas do que os outros lugares, mais praças também e nas minhas impressões da infância, o centro também era o lugar mais divertido da cidade. E as outras ruas? E as praças, parques, jardins? E os habitantes do Centro?

Acreditamos que em algum momento nos anos 1970, ou talvez em 1980 no caso de Campinas começamos a perder o centro urbano, com a intensa valorização imobiliária, que não valorizou o patrimônio e a história do centro. Foi uma valorização calcada nas atividades de comércio, em uma modernidade representada pelos prédios altos e esquecemos das raízes históricas, dos laços de origem que os centros representam para as cidades do lugar de encontro e convívio não só para Campinas, mas para a maioria das cidades.

Os centros durante muito tempo foram os lugares da cultura, onde ficavam os teatros, os museus, os cinemas, as estátuas e os túmulos de pessoas ilustres. Eram os lugares onde passeávamos, conversávamos, nos identificávamos, reconhecíamos as diferenças e nos manifestávamos.

Nos anos 1980 a Prefeitura de Campinas frente ao grande crescimento demográfico da cidade, com o início dos congestionamentos de trânsito no centro e a grande valorização imobiliária desta área, começam a pensar no futuro do centro e na necessidade de planejá-lo.

Mas a situação era de complexidade maior do que se imaginava. O Centro de Campinas não era mais aquele que Prestes Maia conheceu. Agora ela era o resultado de anos de construções altas em ruas estreitas, de prédios modernos ao lado de prédios históricos, de praças reformadas e com funções alteradas, de calçadas e ruas fechadas, de lojas de diversas ao lado de ambulantes que ocupavam as ruas e calçadas ilegalmente. O centro era o resultado de vinte anos de descaso das políticas públicas.

Pensar no centro e na cidade havia se tornado uma necessidade, pois as cidades se organizavam de forma diferente. Elas cresceram, as pessoas se dispersaram pelos bairros e o comércio também se espalhou. O centro era caro de se pagar e muitas vezes não atendia a certos apelos da modernidade da vida na cidade.

Além disso a cidade contava também com novas formas do comércio, com procura crescente e que desempenhavam um papel tal quanto o centro. Cada vez mais, as pessoas

passaram a ir ao hipermercado, ao *shopping-center*, a uma mega-loja ou a utilizar diversas atividades de comércio e serviços que se capitalizaram por toda a mancha urbana. O Centro de Campinas tornou-se difícil de se chegar de carro e estacionar.

Um processo de degradação tomou o destino do centro, que durante os anos 1980 e 1990 tomaram as páginas dos jornais. Foram inúmeras as discussões, opiniões divergentes, mudanças e transformações. O Centro de Campinas tornou-se um foco de discussões para as diversas experiências urbanísticas.

Foram muitos projetos elaborados para a reorganização do centro, mas poucas eram viáveis para as condições financeiras do município. Muito se discutiu, mas pouco foi realizado. As discussões sempre tomaram os rumos da revitalização para a volta da frequência das pessoas que deixaram de vir “comprar” no centro e passaram a frequentar os *shoppings*.

Acreditamos que não existe reformulação ou revitalização se esta for pensada apenas para uma esfera, a econômica, pois os problemas com relação ao centro da cidade incorporam as esferas sociais e políticas. A violência, os vendedores informais, o transporte coletivo, os terminais de ônibus, a mendicância, a poluição visual das placas, o barulho dos carros, a poluição, a ausência de programas sociais e de vida cultural fazem parte de um emaranhado de causas que explicam um certo esvaziamento do centro.

Seguindo a tendência de muitas outras cidades do Brasil e do mundo, Campinas tem novos moradores, frequentadores e comerciantes no centro, que não são os mais sofisticados. Os estabelecimentos que permanecem atendem a grande população que frequenta o centro, que é atualmente a população de classe baixa e média que utiliza em grande parte o transporte coletivo.

Porém, Campinas ainda tem no seu centro a presença de lojas de departamentos como a Americanas, C&A, Pernambucanas e Renner. Possui faculdades no centro como o Campus Central da Pontifícia Universidade Católica, a Fundação Getúlio Vargas e Escola Superior de Propaganda e Marketing de Campinas, além da presença de moradores universitários que habitam o centro por ter um dos aluguéis mais baratos da cidade. Campinas também está intensamente marcada também pela presença do mercado informal e dos grandes terminais de ônibus no centro.

No início dos anos 2000 houve a importante iniciativa de reformular o centro. Mas, tal iniciativa concentrou-se em determinada região comercial e não foi estendida por toda a área central.

Muitas pessoas que conversamos durante a pesquisa nos questionaram, mas será que precisamos ainda do centro? Para que se preocupar com ele? Muitos disseram que é uma tendência natural o lugar entrar em decadência e as vezes até deixar de existir, pois existem outros lugares para freqüentarmos.

Concordamos que há muitos lugares para freqüentarmos para fazer as compras, mas poucos lugares que possibilitam a diversidade cultural e social do Centro de Campinas, que não “morreu”, que não “esvaziou”, mas sim mudou, foi transformado. Ele continua existindo e com um público muito grande das pessoas que encontram por lá alguma identidade ou alguma facilidade em freqüentá-lo.

Esperamos que as próximas intervenções do Centro de Campinas consigam realizar projetos que considerem o centro além do lugar de compras. Que esses projetos não fiquem somente como idéias no papel. E que possam perpetuar esse lugar que é raiz de nossa cidade, de nossa história e de nossa identidade.

## Referências Bibliográficas

BADARÓ, Ricardo. O Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas (1934-1962). São Paulo: T/ USP, 1986. (dissertação)

BAENINGER, Rosana. Espaço e Tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista. Campinas: CMU/ UNICAMP, 1996.

BATTISTONI Filho, Duílio. Campinas: uma visão histórica. Campinas: Pontes, 1996.

BENFATTI, Dênio. De Volta ao Centro. In: SCHICCHI, Maria Cristina, BENFATTI, Dênio (orgs.). Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro. Campinas-SP: PUCCAMP/ PROURB, 2004.

CABRAL, Antônio. Campinas Elevada à Cidade. In Câmara de Vereadores de Campinas (org.). Monografia Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

CAMPOS JÚNIOR, Teodoro. Subsídios Para a História de Campinas. In: Monografia Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952).

\_\_\_\_\_. A Cultura do Café. In: Monografia Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952).

CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. 2 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1977.

CASTELLS, Manuel. A questão Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COMIN, Álvaro A. Diagnóstico, oportunidades e diretrizes de ação. In: COMIN, Álvaro, Somekh, Nádia. Caminhos para o Centro: estratégias de desenvolvimento para a região Central de São Paulo. São Paulo: PMSP e CEBRAP, 2004.

CORAGGIO, José Luis e CESAR, Ruben. Qué debe hacer el gobierno local ante los grandes emprendimientos en el comercio minorista? In Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais nº2, São Paulo: 2000.

CORRÊA, Roberto. L. O Espaço Urbano. São Paulo: Ática, 2000.

FRÚGOLI, Heitor. Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez/EDUSP, 2000.

\_\_\_\_\_. São Paulo: espaços públicos e interação social. São Paulo: Marco Zero, 1995.

HARVEY, David. A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

LAPA, José Roberto do Amaral. A Cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900. São Paulo: EDUSP, 1996.

LEFEBVRE, Henry. O Direito à Cidade. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 1969.

MENDES, José de Castro. Retratos da Velha Campinas. São Paulo: Departamento de Cultura, 1951.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente. São Paulo: USP – FFLCH (Tese de Livre Docência), 2000.

NAKANO, Kazuo, MALTA, Candido, ROLNIK, Raquel. Dinâmicas dos sub-espços da área central de São Paulo. Caminhos para o Centro: estratégias de desenvolvimento para a região Central de São Paulo. São Paulo: PMSP e CEBRAP, 2004.

OLIVEIRA, Francisco. Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local? *In*: SPINK, Peter *et alii* (orgs.). Novos Contornos da Gestão Local: conceitos em construção. São Paulo: Polis/ FGV – EAESP, 2002.

PINTAUDI, Silvana Maria. O Shopping Center no Brasil: condições de surgimento e estratégias de localização. *In*: PINTAUDI, Silvana Maria, FRÚGOLI Jr., Heitor. (orgs). Shopping Centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: UNESP, 1992.

PINTAUDI, Silvana. M. Os Shopping-Centers brasileiros e o processo de valorização do espaço urbano. In Boletim Paulista de Geografia nº 65. São Paulo: AGB, 1997.

ROLNIK, Raquel. O que é Cidade. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, Antonio da Costa. Campinas, das Origens ao Futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmária da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992). Campinas: UNICAMP, 2002.

SEMEGHINI, Ulysses. Campinas (1860 a 1980): agricultura, indústria e urbanização. Campinas: IE/ UNICAMP, 1988 (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Carlos Henrique C. As grandes superfícies comerciais: os hipermercados Carrefour no Brasil. In Geousp – Espaço e Tempo nº14, São Paulo: Departamento de Geografia USP, 2003.

SPOSITO, Maria Encarnação B. O Centro e as Formas de Expressão da Centralidade Urbana. In: Revista de Geografia v. 10. Rio Claro: UNESP, 1991.

SPOSITO, Maria Encarnação. Capitalismo e Urbanização. São Paulo: Contexto, 14ed., 2004.

THUT, Roberto. Toponímia de Campinas. In: Monografia Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952).

TOURINHO, Andréa de Oliveira. Centro e Centralidade: uma questão recente. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino, CARLOS, Ana Fani (orgs.). Geografia das Metrópoles. São Paulo: Contexto, 2006.

VARGAS, Heliana Comin, CASTILHO, Ana Luisa H. de. Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados. Barueri, SP: Manole, 2006.

VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-Urbano no Brasil. São Paulo: Nobel, 2001.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o Centro de São Paulo. In: SCHICCHI, Maria Cristina, BENFATTI, Dênio (orgs.). Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro. Campinas-SP: PUCCAMP/ PROURB, 2004.

## **Referências Bibliográficas de Jornais**

ALVES, Manuel. Câmara aprova o projeto de revitalização do Centro: vereadores aprovam projeto de lei que traz mudanças à área do Palácio dos Azulejos. Correio Popular, Campinas, 16 de julho de 1994.

ALVES, Manuel. Vida Nova para o Centro: decreto da Prefeitura pretende estimular a revitalização urbana da região central da cidade por meio de parcerias com a iniciativa privada. Diário do Povo. Campinas, 28 de fevereiro de 1997.

ANSELMÍ, Renato V. Treze de Maio: uma rua em dois tempos. Jornal de Domingo, Campinas, 12 de junho de 1977.

ATÉ o Centro vai ter que se redefinir. Correio Popular, Campinas, 17 de março de 2002.

CADERNO Especial de Aniversário do Município de Campinas. Correio Popular, Campinas, 14 de julho de 2004.

CAMPINAS ordena Crescimento. O Estado de São Paulo. São Paulo, 01 de outubro de 1987.

CAMPINAS em luto: funeral de prefeito leva 100 mil às ruas; polícia crê em assalto. São Paulo, Folha de S. Paulo, 12 de setembro de 2001

CAMPOS JÚNIOR, Guilherme . Operação fecha loja. Correio Popular, Campinas, 14 de dezembro de 2001.

CENTRO terá praça com torre comercial: área de lazer de 20 mil metros quadrados será construída entre as Avenidas Francisco Glicério e Moraes Salles.

COEV, Evandro. Ponto de camelô custa até R\$ 100 mil: preço do metro quadrado é 32 vezes maior que o cobrado no comércio formão; aluguel de bancas varia de R\$ 350 a mais de R\$ 2 mil. Correio Popular, Campinas, 12 de setembro de 2002.

COSTA, Maria Teresa. Urbanista Espanhol vê Centro feio e sem estilo: responsável pela reformulação de Barcelona caminha pelas ruas e se impressiona com a desordem das edificações. Correio Popular, 14 de maio de 1993.

\_\_\_\_\_. Aeac propõe novo projeto de urbanização para o Centro: engenheiros e arquitetos sugerem a construção de um teatro e de um hotel. Correio Popular, Campinas, 11 de agosto de 1994.

\_\_\_\_\_. Lei quer atrair empresas para beneficiar o Centro: alterações tentam convencer empresários a investir na área central. Correio Popular, Campinas, 25 de Janeiro de 1996.

\_\_\_\_\_. Campinas se une para revitalizar Centro: em no máximo 90 dias deverá estar concluído um plano com diretrizes para uma intervenção da área central da cidade. Correio Popular. Campinas, 28 de maio de 1997.

\_\_\_\_\_. Plano para calçadão sai este mês. Correio Popular, Campinas, 26 de janeiro de 2002.

\_\_\_\_\_. Zeladoria se instala na Estação Cultura. Correio Popular, Campinas, 12 de fevereiro de 2002.

\_\_\_\_\_. Degradação afasta morador do Centro: população da região cai de 16,6 mil para 14,6 mil em dez anos, apontam dados da Prefeitura. Correio Popular, Campinas, 18 de março de 2002.

\_\_\_\_\_. Saída do Fórum provoca êxodo de advogados. Correio Popular, Campinas, 24 de março de 2002.

\_\_\_\_\_. Revitalização do Centro exige saída de terminais: opinião é do urbanista Dênio Benfatti, que defende uma reconfiguração do transporte coletivo na área Central de Campinas. Correio Popular, Campinas, 07 de abril de 2002.

\_\_\_\_\_. Ex-secretário desvincula terminais de camelôs. Correio Popular, Campinas, 10 de abril de 2002.

\_\_\_\_\_. As ações emergenciais no Centro de Campinas. Correio Popular, Campinas, 16 de abril de 2002.

\_\_\_\_\_. Projeto do Convívio, em 1975, foi a maior intervenção no local. Correio Popular, 05 de maio de 2002.

\_\_\_\_\_. Camelô provoca êxodo no Centro, diz ACIC: balanço mostra que das 291 lojas que fecharam no 1º semestre deste ano em Campinas, 40% estavam instaladas na região central. Correio Popular, Campinas, 07 de julho de 2002.

\_\_\_\_\_. Custo é principal entrave à recuperação do Centro: revitalização de espaços da área central da cidade está orçada em pelo menos R\$ 20 milhões pela Prefeitura de Campinas; projeto soma 14 ações. Correio Popular, Campinas, 26 de janeiro de 2003.

\_\_\_\_\_. Prefeitura investirá R\$ 6 milhões na 13 de Maio: administração municipal pretende assumir sozinha a remodelação do calçadão comercial; local recebe 150 mil pessoas por dia. Correio Popular, Campinas, 07 de fevereiro de 2003.

\_\_\_\_\_. Verba de R\$ 4,7 milhões para a revitalização é liberada. Correio Popular, 13 de maio de 2003.

\_\_\_\_\_. Justiça anulou primeira votação. Correio Popular, 11 de agosto de 2004.

DESAPROPRIAÇÃO do Centro é Calculada em CR\$ 30 bilhões. Correio Popular. Campinas, 13 de abril de 2004.

ESPAÇO vai ser revigorado, diz arquiteto. Correio Popular. Campinas, 09 de abril de 1994.

GASQUES, Vilma. Lojistas querem mudar horários do comércio. Correio Popular, Campinas, 09 de maio de 2001.

GASQUES, Vilma. Prefeitura regulariza 282 ambulantes: desde janeiro, comerciantes informais do setor de alimentação estão tendo situação legalizada em Campinas, Campinas, 27 de julho de 2001.

LIMA, Zezé de. Reduto dos “excluídos” expõe desafios da Estação Ferroviária em Campinas, exigem revitalização, reconhece prefeito eleito. Correio Popular, Campinas, 26 de novembro de 2000.

MONTEIRO, Edimarcio A. Secretário defende legalidade. Correio Popular, Campinas, 19 de julho de 1994.

NUNES, Tote. Megaprojeto da Prefeitura vai mudar o Centro: região do Rosário terá calçadões, estacionamentos e até fonte luminosa. Correio Popular. Campinas, 19 de novembro de 1993.

NUNES, Tote. A região central cresce em direção ao caos: a estrutura urbana do centro da cidade é insuficiente para receber os 18 prédios que estão sendo construídos. Correio Popular, Campinas, 22 de maio de 1994.

PASCHOALIN, Eliana. Condepacc quer faxina geral no Centro: projeto em parceria com a Acic, pretende convencer comerciantes a reformarem fachadas de lojas em troca de benefícios fiscais. Diário do Povo. Campinas, 27 de agosto de 1998.

PEREIRA, Carlos Lemes. Projeto estava engavetado há 14 anos. Correio Popular. Campinas, 17 de junho de 1994.

PEREIRA, Carlos Lemes. Para vereador, projeto é “criminoso”. Correio Popular. Campinas, 19 de junho de 1994.

PEREIRA, Carlos Lemes. Revitalização de praça no Centro passará por audiências populares. Correio Popular, Campinas, 25 de setembro de 2002.

PILONI, Débora. Centro de Campinas está um verdadeiro mercado persa. Diário do Povo. Campinas, 12 de julho de 1997.

PREFEITURA é acusada de mudar lei para favorecer obra de construtora. Correio Popular, 24 de setembro de 1991.

PROJETO incentiva expansão nas áreas periféricas da cidade: Lei de zoneamento urbano gera polêmica. Correio Popular, Campinas, 17 de agosto de 1986.

REVITALIZAÇÃO tira terminal do centro: projeto da Prefeitura prevê ainda demolição dos anexos do prédio do Corpo de Bombeiros na região central. Correio Popular, Campinas, 29 de abril de 2001.

REZENDE, Luciana. Executivos se unem para revitalizar o Centro: associação criada ontem vai usar dinheiro de empresas para revigorar áreas que vêm sofrendo deterioração acelerada. Diário do Povo. Campinas, 11 de julho de 1997.

ROSSI, Rodrigo. Reforma da 13 de Maio começa em abril: projeto ficou orçado em R\$ 4,6 milhões e tem previsão de ser finalizado em setembro, antes das eleições. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 de janeiro de 2004.

VARELA, Flávia. Prefeito Socialista Muda Cara de Paris. Folha de S. Paulo, 01 de agosto de 2004).

VICE-prefeito acusa secretário de favorecer em Campinas. Folha de S. Paulo, 25 de setembro de 1991.

VILLA, Marcelo. “Camelô *shopping*” ganha sistema de ventilação. Correio Popular. Campinas, 19 de outubro de 2000.

VILLA, Marcelo. Revitalização da região central é eterna promessa. Correio Popular, Campinas, 10 de janeiro de 2001.

ZANCHETTA, Diego. Ambulantes terão que sair da 13 de maio: após reunião, secretário de cultura, Valter Pomar, anuncia a retirada de 4 pontos de vendedores da principal rua do comércio. Correio Popular, Campinas, 15 de abril de 2004.

ZONA CENTRAL: começa discussão do projeto. Correio Popular: Campinas, 06 de abril de 1982.

## **Referências Bibliográficas da Internet**

<http://www.campinas.sp.gov.br/seplama/projetos/planodiretor2006/doc/historico.pdf> acessado em 12 de julho de 2007, p.05

[http://www.campinas.sp.gov.br/seplan/projetos/planodiretor2006/doc/tr\\_tracar.pdf](http://www.campinas.sp.gov.br/seplan/projetos/planodiretor2006/doc/tr_tracar.pdf) acessado em 12 de julho de 2007, p. 05 e16).

<http://www.carrefour.com.br> acesso em 03 de julho de 2007.

<http://www.psdb-sp.org.br/historia/magalhaes.php> acessado em 12 de julho de 2007.

## **Bibliografia**

ALVES, Glória da Anunciação. Cidade, como te ver? São Paulo: Dissertação de Mestrado – USP, 1992.

BARRETTO, Margarita . Vivendo A História de Campinas. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

BEALL, Jo. A City for All: valuing difference and working with diversity. London, England: Zed Books, 1997.

BOTACINI, Vicente. História de Campinas. Campinas: Hortograph, 2003.

BRITO, Jolumá. História da Cidade de Campinas. V.1 a v. 42, Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1969.

CALVINO, Ítalo. As Cidades Invisíveis. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

CARLOS, Ana Fani A. A Cidade. São Paulo: Contexto, 1994.

CARRION, O. B. K. Dinâmica Recente do Setor Terciário em Face da Reestruturação Produtiva das Metrôpoles. [sem informações editoriais]

CHOAY, Françoise. O urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CUNHA, José Marcos P. da (org). Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas, SP: NEPO/ Unicamp, 2006.

DAVIS, Mike. Cidade de Quartzos: escavando o futuro em Los Angeles. Trad. Renato Aguiar. São Paulo: Scritta, 1993.

DOUGLAS, Mike; FRIEDMANN, John. Cities for Citizens. West Sussex, England: Wiley, 1998.

FURTADO, André. Desconcentração Industrial. São Paulo: Fundação SEADE, V.3. 1986. (Série São Paulo 80).

FRÚGOLI, Heitor Jr. Os Shopping-Centers de São Paulo e as Formas de Sociabilidade no Contexto Urbano. São Paulo: Dissertação de Mestrado, USP, 1989.

GASPAR, Bertholdo F. Andorinhas que cantam histórias de Campinas. Rio de Janeiro: Dep. Nacional do Livro, 2001.

HAROUEL, Jean Louis. História do Urbanismo. Campinas: Papirus, 1990.

HARVEY, David. Consciouness and the Urban Experience: studies in the history and Theory of Capitalist Urbanization. Baltimore, Maryland, USA: The Johns Hopkins University Press, 1985.

\_\_\_\_\_. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

KON, Anita. Setor Terciário Paulista, Desenvolvimento e Estagnação. In Revista São Paulo em Perspectiva, 6(3): 48-54, julho/ setembro. São Paulo: Fundação Seade, 1992.

LEFEBVRE, Henry. A Revolução Urbana. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. A Cidade do Capital. Trad. Maria Helena R. Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LEITE, Rogério P. Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas-SP: UNICAMP; Aracaju-SE: UFS, 2004.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação Urbano-Industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. Espaço e Debates, São Paulo, ano XIV, n.38, 1994.

LIPIETZ, Alain. O Terciário, da acumulação capitalista: proliferação e polarização, São Paulo: AGB, Seleção de Textos nº 16, 1984.

MARIANO, Julio. Campinas: de ontem e ante-ontem. Campinas: Maranata, 1970.

MELLO, F. F. Formação Histórica de Campinas: breve panorama. In: Subsídios para a Discussão do Plano Diretor. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 1991.

MUNFORD, Lewis.(trad. Neil R. da Silva). A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 4ed., 1998.

OLIVEIRA, Francisco. O Estado e o Urbano no Brasil. In: Revista Espaço e Debates n.º 06, São Paulo: NERU, Cortez, 1982.

PACHECO, Carlos A. A Terceirização dos 80, de tudo um pouco. In Revista São Paulo em Perspectiva, 6(3): 27-38, julho/ setembro. São Paulo: Fundação Seade, 1992.

PATARRA, Neide L., BAENINGER, Rosana. Movimento Migratório: novas características, novas indagações. In: Anais do 3º Encontro da ANPUR. São Paulo, s.n., 1989.

PUPO, Celso Maria de Mello. Campinas, seu berço e juventude. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.

REDE Anhanguera de Comunicação (RAC). Campinas Século XX. Campinas: RAC, 2001.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Direito à Cidade e o Estatuto da Cidade. In: Revista Cidades, vol. 2, nº 3, pág.89-110. Presidente Prudente: Grupo de Estudo Urbanos, 2005.

SABOIA, João. O Terciário: um setor em crescimento no Brasil. In Revista São Paulo em Perspectiva, 6(3):25-26, julho/ setembro. São Paulo: Fundação Seade, 1992.

SASSEM, Saskia. As Cidades na Economia Mundial. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo. Nobel, 1998.

SILVA, Claudete C. Desenvolvimento Econômico, Modelo Federativo e Município no Brasil. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1998.

SPÓSITO, Eliseu. A Vida nas Cidades. São Paulo: Contexto, 2ed., 1996.

STROHAECKER, Tânia. M. A Zona Periférica ao Centro: uma revisão bibliográfica. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, (50) 4 171-183, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes, RODRIGUES, Glaucio Bruce. Planejamento Urbano e Ativismos Sociais. São Paulo: UNESP, 2004.

TOPALOV, Christian. Os saberes sobre a cidade: tempos de crise? In Revista Espaço e Debates nº34, São Paulo: NERU, Cortez, 1991.

TUNES, Regina H. Da Desconcentração à Reconcentração Industrial: A análise da relação entre a dinâmica dos ramos industriais no município de São Paulo no final do século XX. Tese de Mestrado. São Paulo: USP, 2004.